

EDITORIAL

O volume atual aborda determinadas questões cáusticas no século XXI: desespero, ética, valores, interações mediadas pelo espetáculo e hiper-realidade. Em conjunto, estes fatores tem ocasionado o aumento da depressão que é refletida em pesquisa intercultural.

Caroline Schmidtum apresenta relato de experiência abordando alguns desafios e dificuldades enfrentadas no trabalho de avaliação psicológica realizado com crianças surdas em um contexto educacional. **Ariana Kelly Leandra Silva da Silva** aborda a Diversidade Sexual e de Gênero em perspectiva teórica que considera a construção de sujeitos sociais críticos. Indaga alguns mecanismos que a sociedade ocidental utiliza para articular o preconceito na esfera da orientação sexual. O texto permite encontrar mecanismos para que a violência de Gênero seja mitigada.

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada & Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira procuram compreender a subjetividade e vivências de prazer e sofrimento de sujeitos no ambiente de trabalho, bem como suas implicações para a dinâmica das relações sociais. **Vitor F. Sampaio**, busca abranger o que significa conhecer a si mesmo em uma perspectiva fenomenológica existencial. Utiliza como fio condutor uma visita a um local conhecido (universidade), realizada por duas pessoas (professor e aluno). A partir do exemplo, interpreta, possíveis compreensões sobre o si mesmo e os caminhos para conhecer-se. Utiliza como fundamento hermenêutico a ontologia de Martin Heidegger.

Virginia Moreira, Regina Heloisa Maciel & Thalita Queiroz de Araújo mostram por meio de pesquisa transcultural que o desemprego, o excesso de trabalho, a competitividade e a falta de sentido do trabalho são constitutivos da depressão. Também, argumentam como a situação vivida no trabalho globalizado contribuiu para a *epidemia de depressão* que afirma ser vivida

nos dias atuais. **Carlos Roger Sales da Ponte** descreve em diálogo com pressupostos de Rollo May a experiência da angústia e o conceito de autoconsciência, acontecimento exclusivamente humano e necessário à vivência e compreensão do estar angustiado.

Adriane do Socorro Costa Leite, Adriane Henderson de Matos, Ingrid Bergma da Silva Oliveira & Lucivaldo da Silva Araújo ponderam a inserção da Terapia ocupacional no contexto da assistência em saúde ao sujeito infectado pelo HIV. Os autores afirmam que a intervenção tem contribuído para a produção de novas maneiras de fazer uma clínica ocupacional através do contato com o mundo da arte e da cultura.

Finalizamos o número com a investigação *CRISE DE VALORES OU VALORES EM CRISE?* Uma questão aposta na obra de TAILLE, Yves de La; MENI, Maria Suzana de Stefano (orgs). (2009). Porto Alegre: Artmed. **Ana Paula Chagas Monteiro** resenha o livro demarcando a complexidade do tema apresentado no volume em oito investigações: cinco abordando os jovens e três os professores. O livro destaca reflexões pertinentes ao cenário das sociedades capitalistas produtoras de posturas individualista e hedonista, assim como evidencia as mudanças que as pessoas têm vivido continuamente em seus valores morais. Sobretudo, são objetos de meditação a indignação, o civismo, as cotas raciais, as virtudes, a solidariedade, a justiça e a educação.

Aproveitem a leitura.

Adelmo Pimentel
Editora Geral

AVALIAÇÃO LUDOTERÁPICA CENTRADA NA CRIANÇA SURDA

PSYCHOLOGICAL EVALUATION CENTERED ON THE DEAF CHILDREN

Caroline Schmidt

Serviço de Acolhimento Institucional João e Maria do município de Itapema/SC.

>
—\
o
O

Resumo

O presente artigo enquadra-se como um relato de experiência, onde descreve os desafios e as dificuldades enfrentadas no trabalho de avaliação psicológica realizado com crianças surdas dentro do contexto educacional, referente ao período de 2010-2012. Apresenta também as bases utilizadas para a sua concretização, tendo estas se dado a partir dos pressupostos rogerianos. Do ponto de vista metodológico, classifica-se como exploratório e qualitativo, pois de acordo com Gil (1991) e Minayo e Minayo (2001), visa uma maior familiaridade com o problema, na medida em que busca a compreensão do significado das relações que se estabelecem. Espera-se que este relato de experiência possa auxiliar a todos os profissionais envolvidos com a criança surda a olharem para a particularidade da existência e da experiência desta criança, valorizando assim, a capacidade que todo organismo vivo tem de tender a sua atualização (Rogers, 1997).

Palavras-chave: --chave:avaliação psicológica; desenvolvimento infantil; comunicação intercultural; surdo.

Abstract

The following article fits as an account of experience, where describes the challenges and difficulties faced in the work of the psychological evaluation conducted inside the educational context with deaf children in the period 2010-2012. Also present the bases used for its implementation from the assumptions rogerian. From the methodological point of view, classifies as exploratory and qualitative, because, according to Gil (1991) and Minayo and Minayo (2001), seeks a greater familiarity with the problem, as it seeks to understand the meaning the relationships that are established. It is hoped that this experience report could help all professionals involved with the deaf child to look to the particularity of existence and experience of this child, thus valuing the capacity that every living organism has of tend to its actualization (Rogers, 1997).

Key words: psychological evaluation; child development; communication between cultures; deaf.

Resumen

En este artículo se clasifica a sí mismo como un relato de experiencia, que describe los retos y las dificultades que enfrentan en el trabajo de evaluación psicológica llevada a cabo con los niños sordos en el contexto

educativo, para el período 2010-2012. También se presentan las bases utilizadas para su realización, y éstos se dan a partir de los supuestos rogerianos. Desde el punto de vista metodológico, se clasifica como exploratorio y cualitativo, ya que según Gil (1991) y Minayo y MINAYO (2001), busca una mayor familiaridad con el problema, ya que trata de comprender la importancia de las relaciones se establecen. Se espera que este informe experiencia puede ayudar a todos los profesionales que intervienen en el niño sordo a mirar la particularidad de la existencia y la experiencia de este niño, aumentando así la posibilidad de que cada organismo vivo tiene que atender a su actualización (Rogers, 1997).

Palabras clave: evaluación psicológica, el desarrollo del niño, la comunicación intercultural, sordos.

1. Introdução

É fato que o ser humano não se expressa apenas por meio de palavras. Quem nunca leu ou ouviu alguém falar que o nosso "corpo fala"? A importância das palavras em uma interação entre pessoas é apenas indireta. Como Mesquita (1997) refere, resultados de diversos estudos demonstram que as relações interpessoais são mais influenciadas por canais de comunicação não-verbais do que verbais. Mas e quando levamos este tipo de comunicação a um patamar superior e nos atemos à população surda e a sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

Como podemos fazer parte de uma relação que é corporalmente tão complexa de um modo que possamos nos tornar seguros de que a comunicação estabelecida está proporcionando, a ambas as partes, um real entendimento da interação social que ocorre no momento? É claro que nem mesmo com o uso das palavras podemos ter esta garantia de segurança, mas ao entrarmos no terreno da comunicação não verbal a possibilidade de equívocos torna-se maior. Como Mesquita (1997) bem afirma, "um gesto vale mais do que 1000 palavras, mas são necessárias mais que 1000 palavras para abordar um assunto tão amplo que contemple o gesto e seu possível significado".

A partir disso, transcorrem-se a seguir, de modo breve, algumas considerações sobre a história e formação da cultura surda e os

princípios fundamentais para o entendimento da comunicação humana em um nível não verbal, bem como suas implicações para o processo de avaliação psicológica.

2. Um breve histórico da cultura surda

A comunicação é uma característica inerente ao ser humano e uma necessidade social fundamental. Aprendemos a nos comunicar a partir de nossa exposição à língua natural de nosso meio. Desta forma, para pessoas que não apresentam dificuldades auditivas, o aprendizado de um idioma ocorre a partir da exposição auditiva ao mesmo, tendo como expressão deste a fala.

As pessoas surdas apresentam como qualquer ser humano a necessidade de comunicar-se. A partir disso, as Línguas de Sinais são constantemente desenvolvidas, possibilitando assim, o aprendizado de uma língua pela visão. Este processo é fruto da habilidade humana de adaptar-se frente às especificidades do meio, o que mais a frente será explicado pela tendência atualizante do indivíduo e pela tendência formativa do meio.

A grande dificuldade encontrada na história surda até a atualidade é o preconceito ou até mesmo o desconhecimento da importância da exposição da criança surda a língua de sinais desde a tenra idade, possibilitando assim um desenvolvimento psicológico saudável. A Federação Nacional de Educação e Integração

dos Surdos (Feneis), afirma ainda que inúmeros centros educativos para crianças surdas constataram que utilizar a Língua de Sinais desde cedo beneficia o desenvolvimento linguístico da criança, dando ainda base para um melhor desempenho acadêmico e social, facilitando inclusive o aprendizado de uma língua escrita.

Por serem consideradas essenciais, estas reflexões vêm aparecendo constantemente no meio jurídico em busca de seu devido reconhecimento. É válido citar o Decreto n- 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Libras como língua oficial da população surda brasileira, bem como as constantes lutas no âmbito da educação em busca de uma proposta de ensino bilíngue. O compromisso de uma educação bilíngue é o ensino da Língua de Sinais como língua principal, seguido pela compreensão da língua portuguesa escrita, caracterizando-se esta então como a segunda língua da criança surda (Pereira & Vieira, 2009). O Projeto de Lei 725/2012, do Deputado Wellington Luiz, que visa a criação de uma Escola Pública Bilíngue no Distrito Federal aparece como última conquista neste contexto.

Apesar destes avanços é necessário entender que a história da cultura surda nem sempre foi assim. Estas lutas vistas nos dias de hoje, são reflexo da necessidade do grupo se afirmar socialmente e culturalmente frente a uma história marcada por perseguições e represálias. Quadros (2006) coloca como exemplo que na Antiguidade os surdos não eram considerados seres humanos competentes. Acreditava-se que pelo fato do surdo não ouvir e não falar, ele não pensava. Os sinais não eram considerados uma língua, mas sim gestos primitivos.

Santana e Bergamo (2005) também afirmam a situação de marginalidade social vivida pelo grupo surdo. Afirmam que sempre houve a estigmatização e a menor valia dos surdos. Por muito tempo o grupo surdo foi compreendido como inferior, pois se acreditava que o desenvolvimento da cognição não era possível sem a presença de

uma língua oral. É fato que muitas foram as represálias sofridas pelo grupo surdo, mas Strobel (2008) coloca como maior evento de preconceito e repressão contra pessoas surdas o Congresso de Milão (1880). Nesta conferência internacional apresentou-se como deliberação a superioridade da comunicação de base oralista e a proibição do uso da língua de sinais, sendo inclusive adotadas medidas que impedissem o uso desta língua, como por exemplo, o ato de amarrar as mãos dos alunos.

De acordo com Moura (2000), a Língua de Sinais apenas volta a ganhar força social em 1981 com a criação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência. Apesar disso, Strobel (2008), lembra que isso não significa o desaparecimento do método oralista. Apesar dos avanços em busca de reconhecimento da cultura surda ser enorme, muitas barreiras ainda necessitam ser transpostas.

A prática profissional mostrou que muitos pais de crianças surdas ainda apresentam medo de expor seus filhos a Língua de Sinais e isto prejudicar seu treino auditivo e a sua capacidade de desenvolver a língua oral. Este pensamento é característico do Congresso de Milão, onde se alegava que a língua de sinais prejudicava a capacidade de fala das crianças. Argumentava-se que as "crianças são preguiçosas", por isso sempre que possível, mudariam do difícil método oral para a facilidade de comunicação da língua de sinais (Widell, 1992).

Ao privar a criança de sua comunicação natural, tem-se como resultado atrasos no desenvolvimento acadêmico e até mesmo comprometimentos sociais, pois nestes casos o que se revela não são apenas crianças que não sabem a Libras, mas sim crianças que ainda não aprenderam nenhuma língua. Neste contexto cabe refletir com os pais destas crianças se realmente é válido comprometer o desenvolvimento psicológico de seus filhos pelo motivo de ensiná-los a falar, em sua maioria das vezes, sem

entendimento conceitual adequado do que se esta falando.

Moreira (2007) explica que esta dificuldade de aquisição de conceitos ocorre quando o sistema sensorial utilizado para a aquisição de linguagem está inadequado às particularidades do sujeito. Afirma que sem sua língua natural, os surdos encontram dificuldades para realizar abstrações, encerrando seu pensamento unicamente sobre suas experiências concretas. Reforça que o atraso na aquisição da linguagem acarreta problemas na aprendizagem e desenvolvimento, entretanto, salienta a capacidade do sujeito surdo desenvolver suas potencialidades mediante um ambiente linguístico apropriado.

3. A comunicação para além da língua

Após a exposição destas breves considerações sobre a história da cultura surda que visavam a contextualização do leitor neste universo, será proposto aqui reflexões mais amplas no que dizem respeito á comunicação humana e algumas de suas possíveis implicações para o processo de avaliação psicológica.

Como exposto anteriormente, considera-se o homem um ser social que se constitui a partir destas relações sociais, pois como Rogers (1997) coloca, apesar de o ser humano ser o protagonista de sua história e possuir de forma inata uma tendência á atualização de seu organismo, muitas pessoas tendem a se esconder atrás de fachadas afastando-se de seu referencial interno, visto as enormes pressões sociais em que vivem.

A tendência a atualização é um elemento natural de todos os organismos vivos, ela visa ao crescimento, independente das condições e adversidades. Procura constantemente desenvolver as potencialidades do individuo para assegurar sua conservação e seu enriquecimento, levando-se em conta as possibilidades e os limites do meio. (Rogers & Kinget, 1977; Cavalcante Junior & Feitosa de Sousa, 2008). Sabendo disso, e considerando-se a

comunicação como um elemento primário de relação, podemos compreendê-la como um fator facilitador ou dificultador a tendência atualizante do organismo.

De acordo com Bordenave (1982), a comunicação é definida como um processo, como toda forma de nos comunicarmos consciente ou inconscientemente, seja através da linguagem verbal, gestual ou corporal. Salienta que é possível utilizar diferentes meios para auxiliar na compreensão da mensagem, podendo estas, exercer influências passíveis de modificar opiniões, ações e sentimentos em diferentes níveis. Justifica, desta forma, o receio que muitas vezes criamos tentando agradar aos outros enquanto vivemos limites que não nos permitem ser livres para sermos quem realmente somos (Rogers, 1997).

Para além do exposto, se acreditarmos que para a comunicação humana ser mutuamente entendida e compartilhada bastar-se-ia o uso de signos e símbolos em comum, estaríamos cometendo um grande equívoco. Toda comunicação intercultural tem como maior desafio a expressão do que se deseja transmitir. As significações do transmissor e do receptor podem ser diferentes, especialmente quando o meio de comunicação utilizado não é o habitual de alguma das partes. Exemplo disso é o caso de um ouvinte que possui como primeira língua (L1) o português, uma língua de base oral-auditiva, e um surdo que possui como L1 a LIBRAS, uma língua espacial-visual. Ao tentarem se comunicar, por mais que uso de símbolos e signos seja o adequado, eles não bastam por si só. Tal como o ouvinte utiliza a entonação adequada da voz para passar a intensidade desejada da mensagem, o uso da expressão corporal e facial na LIBRAS é usada pelo surdo como o recurso para transmitir a mensagem que deseja de forma eficaz. Natalie Rogers (1983) corrobora esta afirmação na medida em que apresenta o movimento como uma forma de facilitação da auto-expressão.

Certamente, uma barreira de comunicação comum encontrada entre um

surdo e um ouvinte reside no fato de o ouvinte não dominar plenamente sua comunicação não-verbal. Mesquita (1997) afirma que algo comum de acontecer com as pessoas é elas transmitirem um mensagem verbal discordante do que o seu corpo e movimento estão expressando. Rogers & Stevens (1967) explicam que esta reação chama-se incongruência, a qual mais a frente será abordada.

4. O processo da avaliação ludoterápica centrada na criança surda

A avaliação psicológica de que trata este artigo configurava-se como uma avaliação com fins de encaminhamento da criança surda, pois tinha como objetivo identificar a possível existência de atrasos no desenvolvimento que poderiam ser trabalhados em serviços oferecidos pela rede de apoio que abrange a comunidade. Desta forma, fazia-se necessário atentar para as regras de cada serviço e qual o perfil de usuário atendido no mesmo, pois enquanto alguns serviços aceitavam um usuário com elevado grau de comprometimento, outros admitiam apenas a surdez por si só.

Cada serviço de atendimento especializado possui particularidades óbvias que devem observadas. Um serviço de treino auditivo por exemplo, naturalmente exige perfis mais rígidos de usuários do que um serviço de aprendizagem de Libras. Isso ocorre, por dois motivos. Primeiro, porque a Libras é regulamentada segundo o Decreto n-5.626 de 22 de dezembro de 2005, como a língua oficial dos surdos, desta forma, seu acesso não deve ser negado, salvo em casos de comprometimentos físicos que impeçam o seu aprendizado, exigindo-se desta forma o uso de comunicação alternativa¹. Segundo

É conceituada pela ASHA apud Cesa (2009) como uma área que busca compensar e facilitar, temporária ou permanentemente, os prejuízos e incapacidades de indivíduos com dificuldades na comunicação expressiva e/ou em sua compreensão. Pode ser necessária para indivíduos que tenham prejuízos nos modos de comunicação gestual, falado e/ou escrito. Johnson

lugar porque apesar de ambos terem como princípio básico a capacidade de aprendizagem, o treino auditivo é muito mais cansativo a criança surda e exige maior nível de atenção concentrada/seletiva, memória de trabalho e capacidade de raciocínio, visto configurar-se como uma forma de comunicação que utiliza um sistema sensorial não conhecido pela criança surda.

Buscava-se analisar a atenção concentrada/seletiva, pois de acordo com Camilo (2012), ela caracteriza-se como a capacidade do indivíduo selecionar uma fonte de informação e manter foco sobre este estímulo ou tarefa, capacidade essa essencial ao processo de aprendizagem. Já a memória de trabalho era analisada, pois Montgomery apud Grivol e Hage (2011) explica que ela é responsável por manter o pensamento, a aprendizagem e a comunicação, mostrando-se desta forma essencial a sua análise. Montgomery apud Grivol e Hage (2011) e Miller apud Grivol e Hage (2011), completam que a memória de trabalho configura-se como a capacidade do indivíduo processar e armazenar informações em curto prazo, mas que podem ser mantidas se ativadas pela repetição ou pela transferência a memória de longo prazo. Este mecanismo costuma ser trabalhado em atividades de busquem o aprendizado de uma língua.

Por fim, a capacidade de raciocínio era observada em consonância com os pressupostos da Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento - AAIDD. Esta Associação considera a inteligência como uma habilidade mental geral que inclui raciocínio, planejamento, resolução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rápido aprendizado e a capacidade do sujeito aprender com a experiência.

Considera-se importante ter clara a necessidade desta análise como algo

apud Cesa (2009) completa que refere-se ao recurso, estratégias e técnicas que complementam modos de comunicação existentes ou substituem as habilidades de comunicação inexistentes.

fundamental, pois somente a partir da compreensão dos fenômenos psicológicos a serem avaliados temos a possibilidade de visualizar as estratégias técnicas mais adequadas ao perfil do avaliando e a demanda da avaliação. É necessário lembrar aqui que apesar da teoria rogeriana trabalhar com o pressuposto de atitudes terapêuticas e não de técnicas previamente estipuladas ao encontro terapêutico (Rogers e Kinget, 1977), esta análise ainda assim torna-se necessária como recurso para guiar o terapeuta sobre quais fenômenos psicológicos ele deve estar atento após se permitir a experiência no encontro com a pessoa a ser avaliada. Isto permite uma organização metodológica da avaliação, dando vez a experiência e a análise desta em momentos distintos.

As funções mentais da criança necessitam estar operando em nível compatível com a exigência da atividade proposta, ou seja, com o serviço de apoio no qual ela será inserida, caso contrário um serviço mais adequado ao seu perfil deve ser buscado. O DSM-IV-TR (2002) reforça a importância de buscar esforços terapêuticos adequados, pois com eles os quadros de dificuldades de adaptação do sujeito/meio tendem a apresentar melhoras.

É necessário compreender que um atraso no desenvolvimento não significa uma incapacidade, mas sim apenas uma dificuldade de adaptação. Rogers apud Hipólito (1999) ao postular o nascimento da Terapia Centrada no Cliente em uma Conferência na Universidade de Minnesota (1940), afirma que nosso alvo deve estar em auxiliar a integração do indivíduo com base em sua tendência para o crescimento, a saúde e a adaptação. Compreende a experiência terapêutica como uma experiência de crescimento, onde a ênfase está nos elementos tais como eles aparecem no presente.

Muitas vezes o que difere é apenas o tempo que levará para a adaptação ocorrer. Como vimos anteriormente, a maior dificuldade das pessoas surdas ao longo de toda história foi estarem inseridas em um

ambiente linguístico inadequado as suas necessidades. O reflexo deste ambiente linguístico inadequado, até hoje muito presente em nossa sociedade, gerou uma das dificuldades encontradas no processo da avaliação ludoterápica.

Encontrou-se na relação com estas crianças surdas a aparente ausência de um meio de comunicação, seja pela nossa não apropriação plena da língua da outra pessoa, ou seja pelo fato de a mesma desconhecer qualquer tipo de língua, característica comumente encontrada em crianças surdas durante aproximadamente dois anos de trabalho neste campo. Ao realizar a avaliação psicológica destas crianças, foi possível encontrar este dado preocupante e alarmante. Crianças já em idade escolar, frequentando aulas e vivendo em suas famílias de modo segregado de entendimento. Com base nisso, pode-se perguntar de que forma tornou-se possível avaliar estas crianças sem uma língua estabelecida? A resposta está na teoria rogeriana: dando possibilidade à experiência e deixando esta preocupação, ao menos momentaneamente, de lado.

Experienciar é estar disponível à experiência, é estar desprovido de uma atitude defensiva e analítica, é permitir o funcionamento do organismo a partir de nosso centro (Rogers & Kinget, 1977). Em uma consulta psicológica, o terapeuta é responsável por auxiliar o sujeito a experimentar a liberdade experiencial de si mesmo, podendo assim, perceber e integrar de forma mais clara seus fenômenos internos.

Foi a partir das três atitudes psicológicas facilitadoras da teoria rogeriana (congruência, aceitação incondicional e empatia) que se tornou possível enxergar de fato estas crianças, mesmo desprovidas de uma língua pré-estabelecida. Rogers & Stevens (1967), definiram congruência como a capacidade de uma pessoa agir a partir de seu referencial interno, exigindo desta forma, autenticidade. Quando uma pessoa é verdadeiramente congruente, ela torna-se capaz de auxiliar outras a sua volta

comunicando, sempre que se faça adequado, os sentimentos que vivencia, possibilita no outro a busca da verdade no nível de sua própria experiência. O sujeito incongruente age de acordo com seu selfideal, ou seja, de acordo com uma construção perceptiva ideal de como ser e agir. Esta incongruência ocorre quando a pessoa se afasta de seu referencial interno, sua reação passa a estar desvinculada das sensações que experimenta. Como dito anteriormente, uma das causas disso está nas pressões sociais da atualidade, quando a pessoa sente algo que foge dos padrões sociais, tende a se camuflar e a não comunicar o seu selfreal.

Já, a aceitação incondicional, diferente do que o próprio nome possa sugerir, não é aprovar todas as atitudes de uma pessoa, mas acolher de forma incondicional a expressão das mesmas, é um processo que também exige autenticidade. Na incondicionalidade o que temos é um estado de mente sem dualismos, se aceita a experiência do sujeito da forma como ela se apresenta (Rogers & Kinget, 1977; Lee, 2010).

Por fim, a empatia foi apresentada por Rogers & Kinget, 1977, como a capacidade de apreender os aspectos tanto cognitivos quanto emocionais da experiência de outra pessoa, de se colocar verdadeiramente no lugar do outro, de ver o mundo como ele o vê, de assumir tanto quanto for possível a estrutura de referencia interna da outra pessoa. Imerge-se no seu mundo subjetivo e participa-se de sua experiência tanto quanto a comunicação verbal e não-verbal possa permitir.

Ao trabalhar com pessoas, devemos usar os recursos mais acessíveis às mesmas, no caso de surdos, a melhor via é a visual. Ao se fazer uso do corpo, do movimento e da expressão de forma integrada à mensagem a ser transmitida, possibilita-se não só uma via de comunicação natural e acessível, mas também a possibilidade da pessoa surda perceber a congruência do terapeuta. Estar verdadeiramente presente e atento a expressão do outro buscando a sua real compreensão para além do comportamento

expresso por si só, demonstra ao outro um interesse genuíno em sua pessoa, valorizando-a pelo que ela é (Rogers, 1992). Esta forma de agir demonstra a aceitação positiva incondicional sem necessariamente fazer uso da língua oral, possibilita ainda o estabelecimento de uma relação verdadeiramente empática.

Tassinari (1997) coloca que a Psicoterapia Expressiva Centrada na Pessoa apresenta a possibilidade de abordar o ser humano a partir de suas formas emergentes de expressão. Esta forma de se relacionar apresenta a possibilidade de explorarmos a conexão entre a auto-expressão, o poder pessoal e o crescimento/cura sem necessariamente fazermos uso de uma língua. A atenção do terapeuta deve estar sobre a forma de expressão da criança surda, quais suas escolhas lúdicas e como ela as conduz. A partir disso torna-se possível a compreensão de quais as possíveis relações ou implicações são esperadas pelo mundo desta criança frente a sua forma de se expressar. Apenas a partir desta reflexão torna-se possível o estudo individualizado de cada caso, possibilitando assim orientações adequadas a família e aos outros profissionais envolvidos com esta criança.

Como dito anteriormente, os processos de expressão humana podem ser difíceis em um primeiro momento, mas tendem a ocorrer de forma natural no momento em que nos dedicamos ao seu aprendizado de forma experiencial. É por esta razão que os cursos de expressão corporal só se tornam eficazes para aquelas pessoas que se permitem mergulhar na experiência e se despir de suas partes autocríticas.

A partir da incorporação das atitudes psicológicas facilitadoras apresentadas a forma de comunicação não verbal, foi possível olhar estas crianças enquanto pessoas, seres em desenvolvimento fazendo o possível para viver da melhor forma, muitas vezes em um ambiente um tanto quanto desmotivador de estímulos. Apesar das dificuldades provenientes das diferenças linguísticas entre a criança e seus pais, viu-se que a sua

adaptação ao ambiente ocorria de forma tão rica quanto à de uma criança ouvinte. Diz-se isso porque se via claramente o proveito que tantas crianças tomavam da imagem que lhes atribuíam. Como exemplo elucidativo desta questão, foram muitas vezes observados pais e mães que colocavam em seus filhos a imagem de "coitados" e "bebês" chegando com queixas de atraso no desenvolvimento, manhas e rebeldias em casa. Estas famílias precisaram ser instruídas no manejo da relação com esta criança, pois ao observá-las em diferentes ambientes, pode-se ver que se tornavam extremamente espertas e ágeis, mostrando assim que apesar do seu desenvolvimento estar comprometido pela falta de comunicação com os demais, continuaram se desenvolvendo a seu modo. Entretanto, era claro a existência de consequências diferentes para cada criança. Foi possível ver que a falta de um domínio linguístico prejudicava as áreas acadêmica, social, afetiva, e até mesmo prejudicaria a área ocupacional em seu futuro.

O exposto mostra, que ao buscarmos tanto quanto possível, proporcionar um clima baseado nas atitudes facilitadoras de Rogers, mais teremos a possibilidade de enxergar verdadeiramente uma pessoa. Ao fazer isso em um processo de avaliação ludoterápica, teremos a possibilidade de enxergar o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra.

Como podemos ver, é fato que o desenvolvimento não fica estagnado, mesmo com a falta de algo tão essencial como a comunicação. Isso acontece graças a Tendência Formativa, a qual diz que todo organismo vivo tende ao crescimento. É a forma pela qual as forças atualizantes de todos os organismos se estabelecem, dando coerência e sentido, formando assim um conjunto. A atualização ocorre de acordo com a formação apresentada por este conjunto, é a capacidade auto-reguladora do organismo que se manifesta (Cavalcante Junior & Feitosa de Sousa, 2008).

A experiência mostrou que mesmo sem uma língua temos a possibilidade de estarmos

juntos do ~~ser~~ da criança, entretanto, como profissionais da área da educação, temos o dever de auxiliá-la e dar suporte ao desenvolvimento de uma interação para além da experiência. É preciso, em parceria com os outros profissionais, buscar a cognição, a análise e a crítica tomando o cuidado de não perder a essência desta criança, o seu centro, o seu experienciar. É ir além da simples repetição da escrita, dos sons e gestos, é dar sentido e vida a eles.

As pessoas são tão belas quanto um pôr do sol, quando as deixamos ser. De fato, talvez possamos apreciar um pôr do sol justamente pelo fato de não o podermos controlar. Quando aprecio um pôr do sol não me ponho a dizer: Diminua um pouco o tom de laranja no canto direito, ponha um pouco mais de vermelho púrpura na base e use mais um pouco de rosa naquela nuvem. Não faço isso. Não tento controlar um pôr do sol. Olho com admiração a sua evolução (Rogers, 1983).

Referências Bibliográficas

Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento - AAIDD. (n.d.). *Definition of Intellectual Disability*. Recuperado em 16 de março, 2012, de <http://www.aaidd.org>.

Bodernave, J. E. D. (1986). *O que é comunicação*. Nova cultural Brasiliense. São Paulo: Coleção Primeiros Passos.

Camilo, F. (2012). *Teste de Atenção Seletiva - TAS*. 1ª ed. Vetor.

Cavalcante Junior, F. S., & Feitosa, A. S. (2008) *Humanismo de funcionamento pleno*. Campinas-SP: Editora Alínea.

O Ser é o denominador comum de todo humano, não existiríamos sem ele. Quando nos permitirmos Ser não pensamos, apenas somos. Este estado nos desperta para a nossa potencialidade e libertação de um estado de mente condicional (Lee, 2010).

Cesar, C. C. (2009). *A comunicação aumentativa e alternativa em uma perspectiva dialógica na clínica de linguagem*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, Área de Concentração em Linguagem e Audição - Universidade Federal de Santa Maria. RS. Recuperado em 07 de dezembro, 2012, de <http://jararaca.ufsm.br/websites/ppgdch/download/dis.2009/Carla.pdf>.

Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, DF: Presidente da República.

DSM-IV-TR - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (2002). Trad. Cláudia Dornelles; 4 e.d. rev. - Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Grivol, M. A., & Hage, S. R. de V. (2011). Memória de trabalho fonológica: estudo comparativo entre diferentes faixas etárias. *J Soc Bras Fonoaudiol.* 23(3):245-51. Recuperado em 05 de dezembro, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/jsbf/v23n3/a10v23n3.pdf>.

Hipólito, J. (1999). Biografia de Carl Rogers. *Revista de Estudos Rogerianos "A Pessoa como Centro"*, n- 3.

Lee, R. (2010). *Da intolerância à incondicionalidade rumo aos direitos humanos*. Apresentação realizada no Espaço Viver. SC: Florianópolis.

Luiz, W. (2012). *Projeto de Lei 725/2012*. DF.

Minayo, M. C de S., & Minayo, C. G. (2001). *Difíceis e possíveis relações entre os métodos quantitativos e qualitativos nos estudos dos problemas de saúde*. Rio de Janeiro: Ensp.

Mesquita, R. M. (1997). Comunicação não verbal: Relevância na atuação profissional. *Revista Paulista de Educação Física.* 11(2): 155-65, jul/dez. São Paulo.

Moreira, P. A. L. (2007). *O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda*. Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Pesquisa e Extensão em Educação - Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador. Recuperado em 05 de dezembro, 2012, de <http://editora-arazul.com.br/novoeaa/revista/?p=120>.

Moura, M. C. de. (2000). *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. RJ: Revinter, Fapesp.

Pereira, M. C. da C. & VIEIRA, M. I. da S. (2009). Bilinguismo e Educação de Surdos. *Revista Intercâmbio*, volume XIX: 62-67. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x. recuperado em 07 de dezembro, 2012, de http://www4.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/4_MCristina_.pdf.

Quadros, R. M. de. (2006). *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Rogers, C. R. (1992) *Terapia Centrada no Cliente*. São Paulo, Martins Fontes. (Original publicado em 1951).

_____. (1983). *Um Jeito de Ser...* São Paulo: EPU.

_____. (1997). *Tornar-se pessoa*. Trad.: Manuel José do Carmo Ferreira e Alvarado Lamparelli. 5- ed. - São Paulo, Martins Fontes.

_____. (2005). *Psicoterapia e consulta psicológica*. Trad.: Manuel José do Carmo Ferreira. 3- ed. - São Paulo, Martins Fontes.

Rogers, C. R., & Kinget, G. M. (1997). *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*. Trad.: Maria

Luiza Bizzoto; supervisão técnica de Rachel Kopit. 2- ed. - Belo Horizonte, Interlivros.

Rogers, C. R., & Stevens, B. (1967). *De pessoa para pessoa: o problema de ser humano*. São Paulo: Pioneira.

Santana, A. P.; Bergamo, A. (2005). Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*. maio/ago. 26(91). Campinas.

Strobel, K. L. (2008). *Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História*. Tese de Doutorado em Educação - UFSC Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.

Tassinari, M. A. (1997). *A utilização de recursos expressivos em psicoterapia*. II Jornada do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade de Santa Úrsula. Rio de Janeiro. Recuperado em 25 de novembro, 2012, de http://www.eviver.com.br/artigo_marcia1.php

Nota sobre a autora

Caroline Schmidt: Psicóloga, Especialista em Avaliação Psicológica Psicoshop (em andamento). Formação em Psicoterapia na Abordagem Centrada na Pessoa Espaço Viver (2011). Especialista em Psicologia Jurídica - ICPG (2009). E-mail: krolschmidt@hotmail.com.

Recebidoem: 10/04/2013

Aceito em: 19/07/2013

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO SOCIAL

SEXUAL DIVERSITY AND GENDER: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE SUBJECT

Ariana Kelly Leandra Silva da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

O artigo discute a Diversidade Sexual e de Gênero enquanto possibilidade de construção de sujeitos sociais críticos, que reproduzam em sociedade uma nova mentalidade em relação à orientação sexual, dirimir o preconceito e encontrar mecanismos para que a violência de gênero seja mitigada. O objetivo é ponderar sobre a construção do sujeito crítico e participante em sociedade. O método de pesquisa é a análise qualitativa sobre o tema. Os resultados apontam à reflexão filosófica sobre estigmas da sexualidade humana. Concluímos informando que a educação de gênero e diversidade é um caminho eficaz para suscitar debates em torno da negatividade do preconceito sexual e que relações de poder em sociedade possam ser reexaminadas como decorrência de um país mais harmonioso socialmente.

~~Palavras-chave~~ diversidade; sexualidade; gênero; construção social.

Abstract

The article discusses the Sexual and Gender Diversity as a possibility of building critical social subjects, which reproduce a new mentality in society in relation to sexual orientation, dispel prejudice and find ways that gender violence is mitigated. The goal is to ponder the construction of critical subject and participant in society. The research method is qualitative analysis on the subject. The results point to the stigma of philosophical reflection on human sexuality. He concluded by stating that education and gender diversity is an effective way to provoke discussion around the negativity of sexism and power relations in society can be reviewed as a result of a more socially harmonious.

Keywords: diversity; sexuality; gender; social construction.

Resumen

El artículo aborda la diversidad sexual y de género como una posibilidad de la construcción de sujetos sociales críticos, que reproducen una nueva mentalidad en la sociedad en relación con la orientación sexual, disipar prejuicios y encontrar mecanismos de la violencia de género se mitiga. El objetivo es reflexionar sobre la construcción de sujetos y participante fundamental en la sociedad. El método de investigación es un análisis

qualitativo sobre el tema. Los resultados apuntan a la reflexión filosófica sobre los estigmas de la sexualidad humana. Concluimos afirmando que la educación y la diversidad de género es una forma eficaz de aumentar los debates sobre la negatividad del sexismo y relaciones de poder en la sociedad puede ser revisado como consecuencia de un país socialmente más armonioso.

Palabras clave: diversidad; sexualidad; género; construcción social.

1. Introdução

A tutela da *diversidade das culturas*¹ (Lévi-Strauss, 2006) em nossa contemporaneidade confere aos processos de convivência social uma atitude reflexiva do que entendemos ou interpretamos, necessariamente, a guisa da "diversidade", qual seja: social, cultural, política, sexual, econômica, jurídica, estrutural, ambiental, biológica, de gênero, de gostos, de raças, etnias, credos e assim sucessivamente.

O âmbito da discussão engloba variados aspectos da vida social - de sociabilidades²

"[...] a noção da diversidade das culturas humanas não deve ser concebida de maneira estática. Esta diversidade não é a mesma dada por um corte de amostras inerte ou por um catálogo dissecado. É indubitável que os homens elaboraram culturas diferentes em virtude do seu afastamento geográfico, das propriedades particulares do meio e da ignorância em que se encontravam em relação ao resto da humanidade, mas isso só seria rigorosamente verdadeiro se cada cultura ou cada sociedade estivesse ligada e se estivesse desenvolvido no isolamento de todas as outras. Ora isso nunca aconteceu [...]. Por conseguinte, a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos, que das relações que os unem". (Lévi-Strauss, *Raça e História*, 2006, p. 15-16).

² "[...] Kant estabeleceu como princípio do direito que cada qual deveria ter sua medida de liberdade na coexistência com a liberdade do outro. Quando nos atemos ao impulso sociável como fonte ou também como substância da sociabilidade, vemos que o princípio segundo o qual ela se constitui é: cada qual deve satisfazer esse impulso à medida que for compatível com a satisfação do mesmo impulso nos outros. Expressando esse princípio a partir do êxito, e não do impulso, torna-se possível formular da seguinte

(Simmel, 2006) - que, a priori, fazem parte de uma *construção social* (GDE, Mod. 2, Un. 1, Texto 4) que lida com todas as formas de comportamento em sociedade: gestos, práticas culturais, estilos de vida, religiosidades, ética, ritos, crenças, valores morais e etc., além de discursos sobre sexualidade, educação, saúde - individual e coletiva -, gênero e cultura em geral.

A compreensão da sexualidade (Foucault, 2003) - que é diversa - e suas relações sociais da atualidade requerem a discussão de par em par de abordagens educativas com o intuito de contextualizar simbologias, técnicas, experiências e representações sociais que envolvam a Escola, a Família, o Estado, as Políticas Públicas, os campos Jurídico e da Saúde, assim como as articulações e organizações da Sociedade Civil no que tange aos Direitos Humanos, Direitos Sexuais, Preconceitos e Discriminações - muitas vezes veladas -, como também regulamentações através de Leis, Normas e padrões de comportamento que impõem regras sociais e relações de poder que, por vezes, contribuem para a reprodução de violências e deturpação da realidade social, especialmente nos casos de agressões físicas e emocionais a alguns grupos como de mulheres, homossexuais, afrodescendentes, indígenas, entre outros.

maneira o princípio da sociabilidade: cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo. Assim como a lei kantiana é inteiramente democrática, esse princípio também mostra a estrutura democrática de toda sociabilidade". (Simmel, G. *Questões fundamentais da sociologia*, 2006, p. 68-69).

As relações de gênero³ (Scott 2009; GDE, Mod. 2, Texto 2, 2009) moldam os sujeitos sociais que compõem o cenário da diversidade sexual (França, 2005) e são categorias de análise que devem ser levados aos diversos espaços públicos a fim de fomentar discussões e debates a respeito dos mesmos, no qual a Escola é o lugar *sui generis* de estabelecimento de uma retórica que seja pensada a partir da própria diversidade, repleta de nuances e classificações que devem acompanhar fatos, cotidianos, escalas econômicas, aspectos socioculturais e a vivência de alunos e alunas das redes públicas e privadas.

As anunciadas *diferenças* - em sentido literal - entre meninos e meninas na sociedade são evidenciadas desde o nascimento: meninas usam roupas "rosas"; meninos, "azuis"... Durante o desenvolvimento cognitivo, ambos são educados a brincar de "boneca" ou de "carrinho"; de "panelinha" ou de "futebol", demarcando a "delimitação do espaço" de cada um, ou seja, a "boneca" (*personificação* de um bebê de colo, do *ato da maternidade*) e a "panelinha" (a "*cozinha*") assim como o "carrinho" ("*homem*" ao volante) e o "futebol" (esporte "*de homem*") influenciam e reforçam a ideologia que reproduz a "submissão" feminina e a sobreposição masculina no *status quo* que designa a decodificação dos "papéis sociais" e as atitudes "inconscientes", finalizando na inculcação do "modo de vida" das relações de gênero dispostas tradicionalmente, apenas para exemplificarmos as situações que ocorrem ao

3 "Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas" (GDE, Mod. 2, Gênero, Um. 1 Texto 2, Gênero e outras formas de classificação, p. 3, Ministério da Educação, UFPA, 2009).

longo do processo de formação da criança, como provavelmente muitos de nós nos deparamos na infância.

No tocante ao espaço educacional, os "papéis" continuam a se reproduzir, principalmente nos acontecimentos "lúdicos" de dança, teatro, esportes e outras manifestações que ocorrem na Instituição Escola. As "territorialidades" são exemplificadas através de atividades para "meninos" e "meninas" como regras sociais, com códigos e significados que indicam "feminilidade" e "masculinidade" - no sentido estrito -, de "normalidade" (GDE, Mod. 3, Texto 1, 2009), de funções sociais previamente determinadas e categoricamente indiscutíveis, logo, culturalmente impostas. Se uma menina se inscreve no time de futebol ou um menino no grupo de dança a "normalidade" é vista de forma pejorativa, "instintivamente" preconceituosa, ferindo de maneira ampla a "feminilidade" e a "masculinidade" indicada como *regra* e a partir desse juízo de valor - e de outros -, criam-se estigmas, fofocas, rótulos, dúvidas, depreciações e julgamentos sem precedentes.

O preconceito sexual - que se estimula - através de "piadinhas", "brincadeiras" e várias maneiras de *bullying*⁴ surge como que *automatizado* e, muitas vezes, encontra-se estereotipado à luz do comportamento conservador que ainda está presente em diversos "*Aparelhos Ideológicos do Estado*" (Althusser, 2007) como nas Escolas, nas Igrejas, na própria Família, etc. Sobre o preconceito, a segregação e o estigma é fato que precisamos "descongelar" as atitudes que causam violências e inferiorizações na sociedade e congelar, combater, impedir a

Bullying é o uso do poder ou da força para intimidar ou perseguir os outros na escola (school place bullying) ou no trabalho (work place bullying). As vítimas dessa intimidação repetida e recorrente são normalmente pessoas que sem defesas são incapazes de motivar outras para agir em seu apoio. Site: http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=19

intolerância de tal forma que possamos orientar a capacidade cognitiva e formativa do ser humano para que, finalmente, seja um indivíduo eminentemente *humano*. Reitero dizendo que o ser humano precisa se "humanizar", conhecer direitos, desenvolver aspectos sociais da vida cidadã, manifestar suas inquietudes e conquistar referências de respeito mútuo, especialmente entre as chamadas *minorias sociais*⁵.

É inconcebível que no Sistema Educacional não façamos tamanha discussão. A própria Escola enquanto Instituição precisa aprimorar conhecimentos e compreender que a sociedade é dinâmica, que caminha em constante transformação histórica e que os aclamados processos educacionais baseados na Teoria da Educação necessitam de práxis social - sem "pragmatismos" forçados - para que ações concretas, eficazes, de diálogos e reconhecimentos de que podemos - e devemos - transmutar o desnivelamento social, cultural e simbólico que ainda "habita" o ensino brasileiro (assim como o todo social) sejam de fato, fatos.

Nesse contexto, o processo que deve ser iniciado começa por mudanças de valores sociais que se mostrem conservadores, com a "quebra" de paradigmas que reproduzam preconceitos e que devem ser conquistados através de modificações profundas das *estruturas estruturantes*, como diria Bourdieu (2003), englobando a sociedade em longo prazo, sendo inegável o sintoma das *relações*

5 "Numa sociedade global uma minoria é uma sociedade particular caracterizada por aspirar a um modo de viver próprio que a distingue do conjunto e que, de certo modo, a põe à parte. Uma minoria não está necessariamente afastada ou isolada da sociedade nacional. É por isso que nem sempre se identifica com um grupo marginal e não é necessariamente objeto de segregação. Uma minoria constitui-se como coletividade ou comunidade particular na base da raça, da língua, da religião ou de um gênero de vida e de cultura muito diferentes do resto do país ou conjunto. Deste modo se criam ligações afetivas e afinidades que tendem a afastar este grupo do resto da população ainda que ele se encontre disperso" (Dicionário de Ciências Sociais Alain Birou, Publ. D. Quixote, n°5, Lisboa 1982).

de poder que perpetuam violências e regras sociais específicas, como os padrões culturais "heterossexuais", a saber: o Casamento, a Família Tradicional, o sexo "apenas" entre pessoas de gêneros opostos e demais formas de padronização de comportamentos sexuais e sociais.

Ressignificar valores como a ética, o respeito mútuo e atitudes práticas de combate às delimitações e estereótipos de "masculinidade" e "feminilidade", são possibilidades educacionais necessárias para que os comportamentos citados sejam revistos e (re) avaliados na vida social e cultural, e, finalmente, as rotulações e as imposições ideológicas e simbólicas entrem em debate. O aprendizado da liberdade humana "está dentro da cabeça"⁶, como diria o poeta. Não vamos longe: não é à toa que Marta⁷, no "país do futebol" *masculino* - leia-se Brasil - é a melhor *jogadora* de futebol do Planeta, pelo quinto ano consecutivo, quebrando um "paradigma", confundindo a regra da coerção dos fatos sociais de "normalidade" apenas com o seu "talento natural" e, a partir de fatos como esse, como num "*ponta pé*", é urgente que a abertura de discussões seja analisada em torno das relações de gênero e dos preconceitos velados - e anunciados - na Sociedade Brasileira.

2. Preconceito enquanto dinâmica social

O entendimento sobre preconceito é algo dinâmico, pois envolve relações de poder em diversas instâncias: sociais, políticas, econômicas, culturais, simbólicas e também o que aprendemos a conceituar por "raça" ou

6 Música: "Liberdade Pra Dentro Da Cabeça" - Grupo: Natiruts - Composição: Alexandre Carlo. Letra: "*Liberdade Prá dentro da cabeça... Desigualdades que a luta, A fim de encontrar, A liberdade e a paz, Que a alma precisa ter...*".

⁷ Marta Vieira da Silva, mais conhecida como *Marta* (Dois Riachos, 19 de fevereiro de 1986), é uma futebolista brasileira que joga como atacante. Hoje, atua na Suécia. Melhor jogadora do mundo pela FIFA: 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

"etnia", "cor", "classe", "gênero", "diversidade", etc. No entanto, todas essas relações sociais que resultam em inúmeros "preconceitos" são, antes de tudo, ausências de respeito à diversidade sexual - e cultural - entre os homens/mulheres de sociedades diferentes, que entraram em contato e obtiveram trocas sociais desde o princípio do processo de transformação cronológica e tecnológica da humanidade, entre conquistadores e conquistados, colonizadores e colonizados, estabelecidos e não-estabelecidos (Elias e Scotson, 2000) e que atualmente moldam a chamada "diversidade": sexual, de gênero, cor, religião, cultural, social e etc. O respeito e a tolerância - à La Freire⁸ - à diversidade devem ser dados a passos largos para que os preconceitos possam ser discutidos por todos a fim de sua supressão em sociedade.

Muito se ouve falar acerca da pedofilia - espécie de perversão ou atração sexual que envolve crianças ou adolescentes classificada como uma desordem mental e de personalidade do adulto - inclusive em sites divulgados na Internet de caráter duvidoso, como a famigerada "Pedofilia do Hamas"⁹, entre outros sites que lucram com o abuso e a exploração sexual de menores. Pergunta-se: de qual cultura estamos falando em relação à pedofilia? Da cultura Ocidental? Da do Oriente Médio? Não corremos o risco de sermos etnocêntricos ao "denunciarmos" o casamento entre os Islâmicos de forma tão enfática? Sendo sensacionalismo ou não, o fato é que notícias desse modo são amplamente divulgadas na rede mundial de computadores e, muitas vezes, crianças e adolescentes são os principais alvos da violência sexual. É óbvio que qualquer tipo de violência contra menores de idade é inadmissível e inaceitável pela própria condição humana e cultural, além dos tabus

Freire, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. Ed. UNESP, São Paulo, 2004.

⁹ Blog: <http://www.pulpitocristao.com/2009/09/pedofilia-do-hamas.html>, visita: 12/10/2010, entre outros sites e endereços eletrônicos via Google.

que deflagram o ambiente da civilização ocidental, no entanto, é necessário que possamos não estigmatizar a realidade do contexto social e histórico dos casamentos no Islã ou de outras formas de rituais de casamento em culturas diversas.

A pedofilia é crime e é um fato. O que devemos nos perguntar é: até que ponto é válido interferir na cultura "do outro" sem parecermos "salvadores do mundo" e da cultura alheia? Pedofílias e espancamentos existem no Brasil, húmeros. Incontáveis. Diários. E não é necessário existir "contrato social" para isso. Dentro de infinitas casas e famílias brasileiras crianças são molestadas sem precisar assinar papel algum. Logo, não devemos "condenar" uma cultura em detrimento de outra. Direitos humanos em todos os lugares do mundo deve ser a palavra de ordem do dia, da semana, do momento, em todos os instantes e com cautela. O crime de pedofilia deve ser banido em qualquer parte da sociedade, todavia, comecemos por nossos lares, estabelecimentos de ensino e creches brasileiras e que, por fim, suscitem a discussão da sexualidade dentro e fora da escola.

A discriminação contra homossexuais, negros, indígenas, meninas e meninos tímidos ou recatados, mulheres lésbicas, transexuais, bissexuais e outras formas de orientação sexual é latente, manifestada através de piadas, brincadeiras de mau gosto, olhares, gestos e atitudes preconceituosas que precisam ser seriamente discutidas na Escola. Diariamente acontecem situações desagradáveis em sala de aula contra alunos e alunas homossexuais, com anedotas machistas, palavras de baixo calão, estereótipos ofensivos, deboches e atitudes aparentemente "inofensivas", mas que servem como estigma (Elias e Scotson, 2000) ao homossexual e às diversas maneiras de homo erotismo ou homo afetividade.

O "papel social" do professor e da professora é discorrer sobre o preconceito, falar abertamente, sem medos. Falar com sutileza, sem ofender os que cometem o crime da intolerância. Com afetividade e boa

argumentação conseguimos barrar não apenas o preconceito, como também, fazemos as pessoas que cometem hostilidades perceberem o quanto são *ingênuas* ou *ideologicamente conduzidas* ao reproduzir o que a própria sociedade reproduz e a partir daí sensibilizar o alunado ao caminho da tolerância e do respeito mútuo.

A diversidade sexual é um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão. Afirmar que o preconceito sexual é "sinônimo" de discriminação é simplificar o contexto do preconceito e da discriminação, sendo que um leva ao outro ou vice-versa, logo, não podemos considerá-los como atitudes com o mesmo sentido semântico, no entanto, envolvem conotações similares e que, dependendo do significado e da ação em que ambos ocorrem, podemos classificá-los como intolerâncias que devem ser discutidas e contestadas. Discriminar alguém por sua classe social, cor, religião ou orientação sexual leva ao preconceito contra o "pobre", o "preto", o "macumbeiro", a "entendida", a "mulher da vida" e o "gay", todos sinônimos de estigmas sociais (Goffman, 1980) que estão cercados de relações que envolvem não apenas aspectos econômicos ou de "raça", entre "ricos" e "pobres", entre "heteros" ou "homos", como também situações históricas de segregação e desrespeito com o "diferente", fora dos "padrões tradicionais" da Sociedade Ocidental.

Os movimentos sociais da cena política brasileira envolvem mulheres, negros, prostitutas, homossexuais, religiões de matriz africana ou afrodescendente, sem-terra, sem-teto e demais "minorias" que formatam as lutas cotidianas de busca por cidadania e participação democrática. No tocante, são exemplos de resistências sociais que precisam ser ouvidos e estabelecidos no corpo social e educacional não como parcelas de uma sociedade à margem, mas sim como sujeitos sociais que constroem identidades e inscrevem a própria história, a história do Brasil, que devem ser discutidos em sala de aula e, a partir de novas idéias, a tarefa do

educador é estimular a construção social daqueles sujeitos, para que sejam verdadeiramente inseridos na sociedade de direitos a fim de aprimorar novas visões de mundo.

Diversos sistemas de classificação envolvem categorias que, entre outros, compreendem a sociedade em geral: o contrato social (Rousseau, 2008), a família, regras e relações de poder - a serem cumpridos -, relações sociais e de parentesco, o tabu do incesto, a "infantilização" da criança no compasso da Modernidade, a apropriação de conceitos escolares como medida de Controle Social, a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes, a prostituição infantil (exploração sexual), os transtornos mentais sexuais (adultos), a erotização e a banalização do sexo no "Ocidente" (especialmente a partir do Século XVIII) entendido como "perda de valores sociais", o crime sexual - a pedofilia -, a necessidade de proteção através da criação de leis e punições, os "papéis" do Estado e do "indivíduo", os simbolismos e imaginários em práticas de sedução infantil, e, finalmente, relações culturais que são dinâmicas, sendo que, à medida que a História escreve os seus "capítulos", os processos sociais que antes eram menos complexos, hoje estabelecem situações limites e que, necessariamente, precisam ser avaliados a partir do cotidiano social para que os critérios de sexualidade e diversidade possam ser compreendidos à luz de nossa contemporaneidade (Mota, 2009).

A inquietude reside justamente em tentar elucidar, através da crítica social, a idéia inculcada da violência vista com normalidade em sala de aula e também na própria sociedade, em frases aleatórias como: "Isso é até normal!", ou "Acontece todo dia", ou ainda, "A violência não tem mais jeito" e outras reproduções derivadas de uma "natureza" da banalização e do conformismo, assim como se reproduzem as normalidades da corrupção e da falta de ética, da alienação social, das relações de poder e de agravantes semelhantes - comportamentos intolerantes e sem precedentes -, sendo que o resultado

de todas as observações e estranhamentos sociais, partindo do pressuposto que a interpretação dos modos de ser e de agir sociais é dinâmica, deve suscitar o pensamento crítico, englobando atitudes coerentes para que mais e mais violências sejam evitadas.

Existem variadas formas de ver o "Outro"¹⁰, de compartilhar experiências culturais diferentes, de compreender universos sociais, sexuais, políticos e econômicos baseados em relações humanas de tolerância, respeito, amizade, solidariedade e cidadania no que tange ao pleno reconhecimento de que é preciso conquistar a igualdade partindo da garantia de "ter direito" à diferença, de ser diferente, de introduzir um diálogo amplo, sincero, aberto, amoroso, concreto e sem estigmas, que normalmente estão baseados em preconceitos absolutamente intolerantes, ou como diria Vera Candau (2008: 5): "É necessário garantir a igualdade a partir do reconhecimento da diferença e, conseqüentemente, do respeito a ela". Desse modo, a pedofilia, a homofobia¹¹, as inúmeras violências no espaço escolar, o preconceito social e outras formas latentes de "relações anômicas" na sociedade, de rompimento com o que é eminentemente "humano", de perda de identidades sociais que contribuem para a guetização das ditas "minorias", são assuntos que devem ser abordados em sala de aula de forma interdisciplinar para que a diversidade

A concepção Geertziana a respeito do *Outro*, significa o modo de pensar o mundo do *nativo*, daquilo que Clifford Geertz (2000: 87) chamou de "experiência próxima", qual seja, a vivência peculiar de um grupo local. O antropólogo norte americano também convocava os sujeitos sociais a conhecerem a si mesmos antes de estranharem o *Outro*: o comportamento cultural de diversos povos nas inúmeras sociedades humanas.

¹¹ A homofobia (homo= igual, fobia=do Grego *cjófios*, "medo"), é um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais e, conseqüentemente, contra a homossexualidade, e que pode incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação contra homossexuais. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia>

seja tratada como uma prática social pela Instituição Escola.

As relações de gênero, de separações históricas entre "meninos" e "meninas" e que ainda hoje causam polêmicas dentro das escolas são atitudes conservadoras que refletem a quase inexistência de um debate que problematize determinados comportamentos que são incompreensíveis na Pós-Modernidade. O que mais maltrata o ser humano que sofre alguma forma de opressão é a "naturalização" de determinadas "marcas" - estigmas - que deixam profundas cicatrizes sociais, causando transtornos na saúde mental - emocional/sentimental - do indivíduo afetado, e por essa razão precisamos debater diuturnamente as relações sociais apontadas para que consigamos naturalizar, entre todos e todas, o respeito, a dignidade e a tolerância humana.

Quando falamos em Direitos Humanos¹², Sexualidade, Preconceito, Discriminação, "Normalidade", "Anormalidade", o que é ou não é *natural* entre duas pessoas na sua vida amorosa ou afetiva, nos remetemos a complexas formas de apropriação da sexualidade. No entanto, discutir a Sexualidade implica também discutir sexo, amor, respeito, tabu, ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis -, gravidez, preservativo e uma série de conceitos que tem um caráter multitransversal e que, lamentavelmente, a grade curricular do Sistema de Ensino Brasileiro caminha a passos lentos na consolidação dos mesmos, ou por falta de programas adequados ou porque talvez não encontre "necessidade" para os assuntos em questão, afinal, são situações que podem trazer à tona a "orientação sexual" dos sujeitos sociais *in loco* e que, por preconceitos diversos, permanecem "secretos" no obscurantismo da

Os Direitos Humanos são os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a idéia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei. Fonte: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_intern_universal.htm

discriminação. Para tanto, a formação da cidadania deve começar por discussões como a Sexualidade, com aprendizagem mútua e a busca de informações, para que as temáticas sejam adotadas em sala de aula.

3. Orientação Sexual, Sexualidade e Construção Social

A sociedade brasileira tem buscado encontrar formas de inserir discussões sobre Sexualidade na Estrutura Educacional (Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, palestras, debates, etc.) que, muitas vezes, soam longe, sem que seu eco seja percebido consistentemente. Essa nuance sobre o que vem a ser Sexualidade está posta implicitamente, ainda dominada por padrões de comportamento que envolve dogmas até mesmo de um "puritanismo" que engessa a realidade sobre o problema em questão, todavia, é preciso que a Escola, através da representação *Estado*, protagonize a questão e suas variantes para que inúmeros conceitos e pré-conceitos sejam esclarecidos, como, por exemplo: dúvidas sobre prevenção de IST's, tabus sobre homossexualidade, gravidez na adolescência, amor, paixão, o conhecimento do próprio corpo e do corpo do *Outro*, namoro, casamento, paquera (ou na linguagem atual, o "ficar"), HIV/AIDS, métodos anticoncepcionais, respeito, combate à discriminação homofóbica, discussões sobre preconceito sexual, planejamento familiar e social, cultura machista, padrões de comportamento, etc.

A mulher, na sua condição de *mulher*, trabalhadora, intelectual, mãe, esposa, filha, professora, psicóloga, enfermeira, guardiã, "exemplo a ser seguido", referência feminina e uma infinidade de conceitos atribuídos ao reconhecimento da força-de-trabalho e sociabilidades que adquirimos na vida social, também necessita entrar em debate a fim de esclarecer o combate à violência sexual e doméstica, o respeito e o direito de escolhas com o seu corpo, a proteção integral, valorização, afetuosidade, carinho, tolerância, enfim, diversos "conhecimentos", inúmeros

fatores que envolvem - ou pelo menos deveriam envolver - a condição sexual, sentimental, religiosa, social, econômica, cultural e educacional que perpassam, também, pelo debate da Sexualidade.

Orientar a Educação Sexual¹³ de crianças e jovens requer uma consolidação de competências didáticas, debates constantes, abertura de fóruns, criação de blogs na própria escola, desmistificação de discriminações, preconceitos, estereótipos e "padrões sexuais", construir a disseminação do respeito entre os alunos e professores assim como entre alunos e alunas, indicar o que vem a ser tolerância, diversidades, conceitos de "homo", "hetero", "trans", "bissexuais" e demais orientações sexuais (ou "condição", "desejo", "escolha afetiva"), traduzir para a contemporaneidade o "vir a ser", o ser, o querer, o escolher, o fazer, o esperar e outros anunciados eventos que certamente irão fomentar caminhos saudáveis e plenos de cidadania na Escola, na comunidade, no bairro e na vida de todos os que participarem efetivamente das discussões. Não falamos de Sexualidade, mas de Sexualidades, no plural, assim como "plural" é a Diversidade na Escola e em nossa sociedade.

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -, a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha - proteção de violência contra a mulher -, os PCN's e outras Leis que ordenam a vida social também precisam ser conhecidos e colocados em debate. Muitos

A educação sexual busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo, livre de preconceito e tabus. Antigamente e ainda hoje, falar sobre sexo provoca certos constrangimentos em algumas pessoas, mas o tema é de extrema importância, pois esclarece dúvidas sobre preservativos, DST's, organismo masculino e feminino, anticoncepcionais e gravidez. O objetivo principal da educação sexual é preparar os adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo para que não ocorram situações futuras indesejadas, como a contração de uma doença ou uma gravidez precoce e indesejada. Site: <http://www.brasilecola.com/sexualidade/educacao-sexual.htm>

cidadãos não as conhecem e mesmo para uma faixa etária inicial, é necessário contextualizar o discurso e demonstrar a elas e eles que a Orientação Sexual e a Sexualidade são garantias de todo cidadão e que a busca da Cidadania, da Sexualidade e do Respeito implica a discussão dos mesmos.

A sexualidade é uma reflexão que ainda é uma espécie de "tabu" e que remete muito mais o lado "reprodutivo", do "papel da procriação", dos métodos anticoncepcionais, do combate à natalidade, do que propriamente ao exercício de autoconhecimento, do respeito ao outro e da "significação" do que vem a ser "sexo", "sexualidade", "prazer", "HIV", "hetero ou homo", "orientação sexual" (conforme reza o PCN), assim como uma infinidade de conceitos que fazem parte do cenário do que conhecemos por "Sexualidade", de maneira ampla.

Discutir a sexualidade é discutir a vida (direito fundamental do ser humano garantido por Lei). É discutir o preconceito sexual, a violência contra a orientação sexual "homo", a discriminação, a exclusão de grupos ditos "minoritários" (e que, na verdade, compostos por um sem número de pessoas) e, especialmente, é discutir o amor ao outro, o respeito, o ser tolerante e, sobretudo, conviver em harmonia com todos os grupos e sujeitos sociais que compõe a grande massa de cidadãos-trabalhadores que foram culturalmente "educados" sob a pecha do machismo, do behaviorismo e de nuances que, ao contrário de combater o ódio social contra o que a sociedade intitula de "diferente" ou "anormal", aprofunda ainda mais a reprodução do preconceito e da falta de informação que condiciona o "padrão" coercitivo que culminam nos fatos da discriminação social e da negligência intelectual e política e que na, verdade, precisam de uma "libertação social" que tanto buscamos e que, por vezes, nos acomodamos por motivos diversos.

O exercício do conhecimento começa através da socialização do mesmo. Devemos por em prática o nosso aprendizado, as

nossas teorias, monografias, textos, artigos e discutir, sem medo, todos os aspectos da Sexualidade e assim contribuir para a disseminação do respeito, do amor mútuo e com a diminuição das violências na Escola e também dos espaços que estão fora de seus muros.

Joan Scott (2009) reflete a realidade social que, ao longo do processo de constatação humana da categoria "gênero", amadurece a discussão em torno do conceito, antes visto como *sinônimo* de "mulheres", "feminismo", "marxismo", mas que, na verdade, formulam construções de sujeitos sociais que simbolizam, significam e contextualizam categorias que legitimam as relações de gênero que hoje conhecemos:

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave do acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem a identidade de gênero é construída. Segundo Lacan, o fato é o significante central da diferença sexual, mas o sentido do falo tem que ser lido de forma metafórica [...]. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos - do potencial bissexual do sujeito; e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos estão presentes na unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto [...]. Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal, considero-a instrutiva (Scott, 2009, p. 10-11).

A desconstrução do preconceito contra mulheres, negros e negras, homossexuais, pobres, indígenas, sem-terra e despossuídos é um fato a ser construído. A exclusão social atinge, especialmente, o gênero "mulher" que ainda grita por condições de "igualdade" sociopolítica e humana. O contexto social da Educação é uma das vias de acesso ao

conhecimento crítico da realidade sociocultural que fazemos parte e que compreende etapas, como: Capital *versus* Sociedade Excludente *versus* Relações de Poder, e a partir do entendimento dos processos citados devemos nos encaminhar na construção uma história diferente, a nossa própria história.

4. Dimensão simbólica 4.4. Dimensão simbólica da sexualidade

As noções conceituais de "homem" e de "mulher" na sociedade brasileira abrigam o que, a partir da categoria "Gênero", entendemos por "masculino" e "feminino" no entorno da sexualidade, por assim dizer. No entanto, a dimensão simbólica dos termos engloba, a priori, aspectos da vida social que compõem percepções de caráter público e privado em sua totalidade e que, na medida do possível, precisam ser esclarecidos e interpretados de acordo com o contexto social em que estão inseridos.

O caráter privado da sexualidade humana compreende escolhas (com quem devemos nos relacionar sexualmente, sentimentalmente, intimamente, etc.), parcerias de casamentos, namoros ou companheirismo, identidades sexuais da "pessoa" ou do "indivíduo" (para usar termos sociológicos) e o direito à liberdade de expressão garantida por Lei (CF), adentrando no caráter público (da sexualidade e da cidadania), que, entre outros prevê a proteção integral contra qualquer tipo de discriminação de cor, credo, manifestação política e, finalmente, sexual; que ecoa por todos os cantos a necessidade de viver dignamente sem preconceitos e que, aqueles direitos sexuais (como a luta contra a Homofobia) sejam, de fato, reiterados e seguidos pelos aparelhos ideológicos de Estado (sendo Althusseriana) e, entre eles, a Escola.

Os estereótipos de "masculinidade" e "feminilidade" que a sociedade impõe a determinados sujeitos, "gays" e "lésbicas", como o "homem afeminado" e a "mulher masculinizada", contribuem para a

reprodução do preconceito e da discriminação de um aspecto que é privado, o "modo de ser de cada um de nós" (que deve, para o "padrão heterossexual", ser "eminente homem macho" e "mulher fêmea" em "papéis sociais pré-determinados") como, por exemplo, no jogo de futebol feminino, na celeuma que afirma: "O "goleiro" não é menina" e, numa atitude estapafúrdia, grupos de pessoas duvidam da identidade biológica de uma jogadora que, ao querer exercitar o seu "direito" ao lazer (direito de todo cidadão e de toda cidadã), culmina na marginalização da "pessoa individualizada" em seu caráter privado na humilhação de "ter que provar publicamente" que é "mulher", como acontece rotineiramente em escolas, olimpíadas, copas, campeonatos e outros eventos esportivos.

O corpo, tanto do homem quanto da mulher, possui diversos significados: simbólicos, sociais, culturais, psicológicos, emocionais, etc. e é dotado de desejos, prazeres, valores, sentimentos, identidades sexuais, direitos públicos e privados e, principalmente, engloba dimensões que são construídas ao longo do tempo histórico (que é dinâmico, mutável, pós-moderno) e que, simbolicamente, resguardam para cada ser humano, a possibilidade de um reconhecimento coletivo da liberdade de ir e vir e da convivência social harmônica, do desenvolvimento de habilidades culturais e da compreensão da realidade social que compreende o mundo como diverso, diversidade que precisa envolver a Escola e que através de "modelos de conduta" que deixam transparecer "efeitos de verdade", deve-se ressignificar histórias pessoais através do olhar reflexivo do combate à violência da discriminação sexual.

A sexualidade é, sem dúvida, uma construção. Construção de valores "modernos", de condutas éticas, de um processo contínuo da percepção de quem somos em condições históricas, culturais e de inter-relações humanas específicas, portanto, contextualizadas localmente (como diria Geertz, 2000), sendo que o simbolismo da

vida sexual - e humana - está coadunado com a conformação familiar, escolar, pessoal, pública, privada, de abstração da realidade e da concretização de atitudes de combate à discriminação, como atua o Movimento LGBT Brasileiro que luta pelo direito à livre expressão e por Direitos Humanos, assim como da idéia do que vem a ser sexo (prática sexual), o sexo do corpo (gênero e fisiologia), a identidade de gênero (quem eu sou na sociedade), a orientação sexual (condição biossocial), e também, o significado cultural e político de visibilidade dessa construção de sujeitos históricos, logo, sujeitos políticos e comprometidos com a dinâmica social, que deve ser exercitada também, na Escola (assim como em toda a construção da vida cotidiana), que levante a bandeira contra toda forma de dominação ideológica e hegemônica de poder, como diria Michel Foucault (1993) em "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber":

Dizendo poder, não quero significar 'o poder', como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem as constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos

estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (1993, p. 88-89).

Desse modo, a construção da sexualidade é diária. Constante. Contra todas as formas de poder, de discriminação, de preconceitos, de (i) legitimidade sexual e de imposições culturais, que devem ser analisadas na Escola (e na sociedade) de maneira clara, objetiva, madura, rotineira, sem medos ou valores tradicionais para que possamos por em prática todo o conteúdo teórico que adotamos como significante da vida social e, assim, ter alunos e alunas, cidadãos e cidadãs, realmente livres de toda forma de discriminação.

5. Direitos Humanos e Sexuais na Di5.5. Direitos Humanos e Sexuais na Diversidade:

Considerações Finais

A regulação da sexualidade através de normas jurídicas, de políticas de cuidado com a saúde, com programas juvenis de aconselhamento familiar para mães e pais jovens, a realidade de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs e AIDS) e a deflagração de direitos reprodutivos e sexuais demarcam sobremaneira o que a sociedade brasileira adotou como "regulamentação" a fim de estabelecer linhas de ação nas políticas públicas na área da saúde (Lei do SUS - 8080/90) e na área jurídica (Direitos Humanos).

A sexualidade juvenil é uma questão que necessita de discussão acerca do contexto social em que jovens das diversas classes sociais estão inseridos, através de fatos, valores morais e éticos, práticas culturais, visões de mundo locais e globais, grupos de pertença e construção de personalidades que possam vir a identificar o "homem" e a "mulher" em torno da garantia de sua própria vida sexual, que é diversa, qual seja: hetero, homo, bi ou transexual.

Muitas práticas sociais que violam direitos humanos podem ter indícios nos processos de segregação social em que homens e mulheres com menor poder aquisitivo (e de poder) estão sujeitos e são

submetidos a todo tipo de violência: simbólica, física, social, cultural e humana. A homossexualidade - para tomarmos um exemplo - é alvo de "noções herdadas" de algo que, de acordo com Pierre Bourdieu (2007), seria uma espécie de "dominação pelo capital cultural" e que, entretanto, expõe à margem da cidadania diversos grupos sociais que deveriam ter, por Lei e pela própria constituição democrática de "liberdade", seus "direitos" sociais, políticos, jurídicos, sexuais e o "direito a ter direito" garantidos, o que, lamentavelmente, não vem ocorrendo.

Apesar disso, a luta engajada de movimentos sociais - década de 70 até hoje - como o Feminista e o LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros -, ao longo de processos de revisões de concepções obsoletas (mudanças) nos campos biomédico, jurídico, político e social tem, na medida do possível, avançado no debate, porém, o preconceito persiste e ainda convivemos com uma espécie de desvalorização da diversidade sexual, além da de cor, classe, raça, etnia, gênero, etc.; grupos fadados a toda forma de exclusão social, classificados como "os fora da ordem" e que "não se adaptam às normas" - aos padrões culturais *hetero* - e, a partir da reprodução social - que acontece, inclusive, na própria escola através de agressões silenciosas - contribui para que a produção da "distinção social" de gostos, de classes, de estilos de vida e de poder: aquisitivo, de prestígio, acadêmico, coletivo - estimulem o apego a normas e convenções arbitrárias de sexualidade.

O direito reprodutivo - e discriminado - de mães com HIV, a *homofobia* - estigma do preconceito homossexual -, a reprodução simbólica da violência dentro da própria escola - com mensagens normatizadoras, silenciosas e de consentimento da violência sexual, como hierarquia, caricaturas, desigualdades, insultos, ofensas e mecanismos de exclusão -, o controle de conduta e a adaptação a regras de gênero dominantes - sexismo -, que reproduzem a inferiorização da pessoa humana, com alunos

hostilizados e que comprometem o rendimento escolar e trajetórias de vida, marginalizando o (a) cidadão (ã) a uma espécie de "morte ou invisibilidade social" e de negação de sexualidades diversas, como agressões físicas a transexuais - que culminam no abandono escolar e prostituição futura, entre outras consequências, como a morte - são alguns pontos que devem servir a reflexões das estruturas sociais.

Direitos humanos, sexuais e de reprodução são normas jurídicas que necessitam de uma abordagem, impreterivelmente, de *afirmação de papéis sociais*, de afirmação da diversidade sexual, de avanços, lutas e conquistas cotidianas. Como afirma Rios (2006), em seu texto "Para um direito democrático da sexualidade", é na sistematização e organização de normas e condutas éticas de Direitos Reprodutivos, Democracia, Cidadania, Direitos Humanos e Sexuais, numa concepção que o autor conceitua como "*direito democrático da sexualidade*" que, entre outros avanços, constam a ampliação de direitos sociais, políticos, econômicos e humanos em seu sentido universal.

A gravidez na adolescência possui uma simbologia de valorização social da maternidade, como um "rito de passagem" que transforma a "menina" em "mulher", que refaz o caminho da perpetuação do "papel da mulher como reprodutora" e que, no contexto social de jovens de classes menos abastadas, a atitude de ser mãe representa a constituição da vida familiar feliz e segura que não encontra dentro da própria família, carregada de incertezas e descontentamentos de toda sorte e que, no entanto, pouco está relacionado ao "direito reprodutivo" propriamente dito, pois reflete justamente um comportamento baseado em limitações de relações de poder estruturantes e que estabelecem regras de desigualdades sociais acentuadas.

O engendramento de abordagens educativas é fundamental, que trabalhe o contexto social e cultural de jovens para que possam discutir o papel da maternidade, da

paternidade, fertilidade, esterilidade, AIDS, estigmas, orientações sexuais, prazer, corpo - e o reconhecimento do mesmo -, erotismo, solidariedade, práticas econômicas, creches, educação dos filhos, emprego, renda e principalmente, novas emoções físicas, de envolvimento, de amor, companheirismo e até mesmo de noções de religiosidade - e lembrar sempre que o Estado é laico, autônomo e que deve refletir na articulação de representações da sociedade civil.

Por fim, as políticas de educação, saúde, saneamento, entretenimento, juventude, oportunidade de renda, direitos sexuais, cultura, desportos, lideranças religiosas, ONG's e etc., devem contextualizar o que pode ser feito em termos de Direitos Humanos e atitudes solidárias, de reflexões da realidade social e também da construção de um pensamento crítico que possa *relativizar* (DaMatta, 1981), o "*romantismo*" da vida amorosa, sexual, social, política e cultural pautada em relações de poder que moldam comportamentos e impõem regras, a fim de estabelecer caminhos fortuitos que consigam substancialmente discutir direitos de cidadania e de busca por um espaço democrático propriamente dito que possa garantir a diversidade sexual de fato, tão notoriamente aclamada e urgente na atualidade.

Referências bibliográficas

Althusser, L. (2007). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Graal Editora. Brochura. 10ª Ed. São Paulo.

Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP.

Bourdieu, P. (2003). *O poder simbólico*. In Bourdieu, P. (Org.) *Sobre o poder simbólico*. (F. Thomaz, Trad.) 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. (1980). Lei 8080/90. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Presidência da República.

Candau, V. L. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *PUC. Rev. Bras. Educação (Rio de Janeiro)*, 3(37).

Clifford, G. (2000). Do ponto de vista dos "nativos": a natureza do entendimento antropológico, in _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de V. M. Joscelyne, pp. 85-107. Petrópolis: Vozes.

Da Matta. (1981). R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco. 5ª Ed.

Elias, N. & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Foucault, M. (1993). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.

França, K. B. (2005). Corpo, gênero e sexualidade: discussões. *Revista de Estudos Feministas* (Florianópolis), 13(1).

GDE: Gênero e Diversidade na Escola. (2009). Módulo 2, Gênero, Unidade 1, Texto 2: *Gênero e outras formas de classificação social*, Ministério da Educação, UFPA.

GDE: Gênero e Diversidade na Escola. (2009) Módulo 2, Gênero, Unidade 1, Texto 4: *Construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero*, Ministério da Educação, UFPA.

GDE: Gênero e Diversidade na Escola. (2009). Módulo 3, Sexualidade e orientação sexual, Unidade 1, Texto 1: *Homem ou mulher, que pergunta é essa?* Ministério da Educação, UFPA.

Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Mota, F. A. (2009). *O futuro da democracia liberal burguesa quanto à questão da diversidade cultural*. Rio de Janeiro: UFRJ.

RIOS, R. R. (2006). Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos (Porto Alegre)*, 12(26), p. 71-100.

Scott, J. (2009). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Publicação Universidade de Salvador. Educação e Sexualidade*.

Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lévi-Strauss, Claude. (2006). *Raça e história*. Em C. Lévi-Strauss (Org.). *Diversidade das culturas*. São Paulo: Editora Presença. 8- Ed. Universidade Hoje.

Rousseau, J.J. (2008). O contrato social: da servidão à liberdade. In. Belfort, F. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática.

Nota sobre a autora

Ariana Kelly Leandra Silva da Silva: Bacharel e Graduada em Ciências Sociais, Ênfase em Ciência Política - Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Sociologia e Educação Ambiental. Mestre em Antropologia/Bioantropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA-UFPA. E-mail: arianabelem@gmail.com.

Recebidoem: 11/05/2013

Aceito em: 31/07/2013

REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO

REFLECTIONS ABOUT THE RESEARCH METHODOLOGY IN PSYCHODYNAMICS OF WORK

Renata Sabrina Maciel Lobato Louzada
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir a utilização da metodologia de pesquisa qualitativa na Clínica do Trabalho, mais especificamente o uso da Psicodinâmica do Trabalho, de Christophe Dejours e suas adaptações nos estudos realizados no Brasil. Neste sentido, procura esclarecer os principais conceitos da teoria e sua articulação com a prática para compreensão da subjetividade e vivências de prazer-sofrimento do sujeito no ambiente de trabalho, bem como suas implicações para a dinâmica das relações sociais. Dialoga com autores que estudam a metodologia da psicodinâmica do trabalho e segue com a apresentação de três pesquisas que utilizam a referida teoria como referencial.

Palavras-chave: psicodinâmica do trabalho; subjetividade; prazer-sofrimento.

Abstract

The present article aims to reflect the use of qualitative research methodology in work clinics, more specifically the use of psychodynamics of work of Christophe Dejours and adaptations in studies conducted in Brazil. In this sense, seeks to clarify the main concepts of the theory and its articulation with practice to understand subjectivity and pleasure-suffering of the subject in the workplace, as well as its implications for the dynamics of social relations. Dialogues with authors who study the methodology of the psychodynamic of work and follows with the presentation of three studies that used this theory as a reference.

Keywords: psychodynamics of work; subjectivity; pleasure-suffering.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflejar la utilización de la metodología de investigación cualitativa en las clínicas del trabajo, más concretamente, el uso en la Psicodinámica del trabajo, de Christophe Dejours, y sus adaptaciones nos estudios realizados en Brasil. Para esto, trata de aclarar los principales conceptos de la teoría y su articulación con la práctica con el

fin de entender la subjetividad y vivencias de placer-sufrimiento del sujeto en su ambiente de trabajo, así como las implicaciones para la dinámica de las relaciones sociales. Concluye con algunos autores que estudian la metodología de la psicodinâmica del trabajo y con la presentación de três investigaciones que utilizan esta teoria como referencial.

Palabras clave: psicodinâmica del trabajo; subjetividad; placer-sufrimiento.

1. Introdução

Dada a sua importância para as escolhas pessoais e profissionais, as quais, na maior parte do tempo, seguem carregadas de expectativas positivas quanto ao sucesso na carreira e na posição que cada indivíduo¹ irá ocupar dentro da sociedade, o trabalho desempenha um papel fundamental na vida humana. Grande parte do tempo de cada um é gasto com o trabalho², as relações que dele se estabelecem, os problemas e prazeres por ele acarretados. Trabalho não é somente fator de sobrevivência física, mas é eficaz à constituição do sujeito e do 'corpo' social. Nesse sentido, se o trabalho habita entre os diversos suportes da atividade humana, ele "condiciona a perenização de todos os outros ao assegurar ou não a sobrevivência de cada membro da espécie, mesmo ao preço das mais graves desilusões" (Clot, 2006, p. 90).

Bendassolli (2005) informa que existe um novo credo na cultura empresarial, na qual o indivíduo bem-sucedido é aquele que consegue construir uma identidade pessoal que não dependa de nenhuma outra coisa que não seja a sua própria ação, isto é, sua capacidade e eficiência no agir que funcionaria como garantia de "superação limites". Nesse "culto à performance", exige-se cada vez mais do trabalhador uma postura de excelência, na qual ele é responsável

O termo foi aqui utilizado de acordo com a perspectiva do texto "Cultura da Performance" (Bendassolli, 2005).

² Observamos que a abordagem neste texto diz respeito às relações entre capital e trabalho em uma perspectiva referente ao contrato entre um empregador e alguém que vende sua força de trabalho ao mercado.

integral por seus êxitos e fracassos. Em tal acepção, o que impera, na maioria das vezes, é um ambiente de trabalho repleto de tensão, cobrança, concorrência e desgaste, o qual pode contribuir para o adoecimento do trabalhador.

De acordo com Alves (2005), as condições e a organização do trabalho, além das vivências de dor, confrontam-se com as aspirações, motivações e desejos do sujeito, pois este passa a reavaliar os aspectos negativos do seu trabalho de maneira a caracterizá-lo, ou não, como penoso e de menos valia, o que pode gerar insatisfação na execução significativa de determinadas atividades.

A temática do trabalho constitui um imenso campo, portanto, demarcamos um recorte de abordagem: alguns efeitos subjetivos derivados da relação trabalho e subjetividade, analisados em alguns aportes teóricos que dão origem ao que a literatura da área nomeia "Clínicas do Trabalho", que constitui um conjunto de teorias cujo ponto central é o estudo do trabalho e da subjetividade, em uma busca pela articulação entre aspectos presentes no "mundo psíquico e no mundo social" dos indivíduos. Nas clínicas do trabalho, o foco de pesquisa é uma intervenção da realidade social vivida pelos sujeitos, suas experiências de trabalho. Dentre as citadas clínicas, destacamos a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), criada por Christophe Dejours³, que procurava

"Christophe Dejours: Psiquiatra, Assistente de Medicina do Trabalho da Faculdade de Medicina de Paris, Membro da AOCIP-Associação para Abertura do Campo de Investigação Psicopatológica e do Laboratório de Psicologia do Trabalho do

caracterizar a organização do trabalho enquanto fonte de desgaste e sofrimento, com ênfase nos processos criativos que mobilizam o sujeito de forma a resistir diante das dificuldades oriundas no real do trabalho⁴ (Bendassolli&Soboll, 2010).

As primeiras pesquisas de Dejours, realizadas na década de 1980 (oitenta), com a publicação de seu livro *A Loucura do Trabalho*, mostraram que o autor iniciou seus estudos orientado na lógica dos preceitos da Psicopatologia do Trabalho. Aos poucos, no entanto, começou a questionar a ideia da rigidez e inflexibilidade com que esta teoria abordava a relação dos sujeitos e o trabalho, isto porque se apoiava em um modelo de patologia profissional, na qual o trabalho era visto como *causa* de distúrbios psicopatológicos. Dejours questionou com potência essa relação (Dejours, 2011a).

Em sua origem, a Psicodinâmica do Trabalho inicia seus estudos através da investigação do sofrimento psíquico do sujeito na sua relação com o trabalho, levando em conta, principalmente, os processos defensivos, individuais e coletivos que os trabalhadores utilizam para transformar, de maneira criativa, sua relação com a organização do trabalho. Seu método era a escuta do sofrimento do trabalhador em "espaços de discussão" em grupo (Martins, 2009).

Ainda de acordo com a autora, tal teoria aponta para a mobilização do trabalhador frente à realidade da organização do trabalho. A distância entre o formal e o real é sempre fonte de desgaste e sofrimento. Nesse sentido, a experiência do trabalhador, ao oferecer sua subjetividade na ação, aparece

enquanto força capaz de transformar sofrimento em prazer (Martins, 2009).

Para Heloani e Lancman, (2004), a PDT procura, através da escuta dos trabalhadores, de preferência em grupo, construir com os mesmos uma reflexão acerca de seu trabalho. A mobilização pela elaboração é o que proporcionaria as condições necessárias para que haja uma transformação no trabalho. É somente através da elaboração dos sentidos e da vivência que o trabalhador poderá perceber as dificuldades e sofrimentos nos quais está inserido e que suas defesas não permitem enxergar. Essa abertura possibilita aos sujeitos lutarem por sua emancipação. Onde existe a desconstrução das ideologias, abre-se o espaço para a construção de novos sentidos para o trabalho (Rossi, 2011).

A teoria criada por Dejours mostra uma dicotomia presente em toda relação de trabalho: O prazer-sofrimento. Tal descoberta, amparada em uma perspectiva interdisciplinar, o levou a caracterizar o trabalho enquanto o hiato que existe entre o prescrito pela organização e o impacto com a realidade, que mobilizaria as defesas dos trabalhadores na busca pela manutenção do equilíbrio da normalidade e fuga do sofrimento, algo sempre em constante movimento (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 2010).

Dejours (2011b) aponta, também, que trabalhar significa buscar reconhecimento. É uma atividade humana que está além do controle institucional e informa que o sentido do trabalho é construído a partir dessa valorização, dentro de uma identidade social, e esta expectativa de sucesso e gratidão, quando não acontecem, podem afetar a saúde mental do sujeito, pois uma vez estagnada essa dinâmica, não existe a possibilidade de transformar o sofrimento em prazer.

De acordo Bendassolli e Soboll (2011), os trabalhadores não estão passivos diante da organização do trabalho, mas conseguem resguardar sua saúde mental e encontrar saídas para se "adaptar às situações concretas" do trabalho. Os sujeitos constroem

"Conservatório Nacional de Artes e Ofícios" de Paris", Psicanalista e fundador da Psicodinâmica do Trabalho. DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C.; 2010.

⁴ Trabalho Real: Consiste em "respostas as imposições determinadas externamente, que são, ao mesmo tempo, apreendidas e modificadas pelo próprio trabalhador para realizar o trabalho prescrito". Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trarea.html>

estratégias defensivas, individuais e coletivas, para encontrar um equilíbrio para o seu funcionamento psíquico. Aqui, percebemos que na psicodinâmica do trabalho o foco passou a ser a questão da "normalidade", como forma estratégica de mediar a relação sofrimento e defesas contra o sofrimento na perspectiva da dinâmica humana.

Ao deslocar o seu objeto de estudo, a supracitada teoria procura analisar o *enigma da normalidade*, isto é, o fato da organização do trabalho não afetar de maneira igual a saúde dos trabalhadores. O trabalho, então, não seria causador de patologias, mas apenas poderia favorecer o surgimento de algum transtorno mental (salvo em casos de *síndromes subjetivas pós-traumáticas*⁵). Assim, pode adoecer quem não consegue se defender das imposições organizacionais, o que leva a uma desorganização da dinâmica dos seus processos psíquicos, quando estes se confrontam com a realidade do trabalho (Seligman-Silva, 2011).

A metodologia original da PDT, como proposta por Dejours, constitui um esquema de orientações que inicia com a demanda dos trabalhadores, a partir da qual o/a pesquisador/a se organiza, podendo contar com ajuda de auxiliares de pesquisa, para encontrar, no local de trabalho, um espaço de discussão pública onde os trabalhadores pudessem falar, individualmente ou em grupo, sobre a organização do trabalho. Nessa perspectiva, é fundamental a escuta desse sofrimento para posterior elaboração e apropriação do trabalho por parte do trabalhador (Dejours, 1992; Mendes, 2007).

Dejours afirma que a "síndrome subjetiva pós-traumática", atualmente conhecida como Estresse Pós traumático (F43.1-Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho, Ministério da Saúde, 2001), é uma "entidade psicopatológica" que o sujeito poderia desenvolver a partir de um "elemento desencadeador no ambiente de trabalho" (Dejours, 1992, p. 123) e constitui-se exceção por se desenvolver depois de acidentes no trabalho, e cujos sintomas só agravariam quando o sujeito voltasse para realização de suas tarefas, o que caracterizaria diretamente a ligação da psicopatologia ao trabalho.

Dejours, Abdoucheli e Jayet (2010) afirmam que a dinâmica do sofrimento psíquico caracteriza um "estado de luta" do sujeito contra as forças que o empurram para uma doença mental. O sofrimento implica em um bloqueio do sujeito quando em conflito com a organização do trabalho, isto é, no momento em que todas as suas possibilidades de adaptação e ajustamento já foram utilizadas e ocorre uma fadiga, resultante da impossibilidade de harmonia entre o profissional e seu trabalho. Com o aumento da tensão e do desprazer, o sofrimento começa, tornando o cansaço uma "testemunha não especificada da sobrecarga que pesa sobre um ou outro dos setores do organismo psíquico e somático".

Mendes (2007) informa que as defesas psíquicas possuem um importante papel para assegurar a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, elas também podem funcionar como "armadilhas", na medida em que se transformam em *ideologias defensivas*, as quais podem gerar alienação. Tal alheamento mascara o sofrimento e atende à ideologia empresarial dominante, a qual abusa do uso das defesas psíquicas para manter o trabalhador produtivo e desconhecedor das causas de sua angústia. É a ambivalência do sofrimento que gera a exploração dos modos de subjetivação do trabalhador.

Ainda segundo a autora, ser saudável não implica em ausência de sofrimento, mas em transformação de sofrimento. Isto ocorre por meio da tomada de consciência das causas e conflitos, o que só é possível através da fala e da escuta dos trabalhadores em uma reflexão sobre o seu próprio fazer. Dessa maneira, o trabalhador poderá recuperar sua capacidade de pensar o trabalho, em uma desalienação, e transformar o sofrimento em algo criativo que sirva para "um aumento da resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica" (Mendes, 2007, p. 35). Aqui, é possível observar mais claramente o papel da ambivalência do sofrimento, pois este pode atuar tanto no sentido de aumentar a probabilidade do

profissional adoecer ou pode sinalizar um caminho de superação a ser enfrentado pelo trabalhador.

Dejours (2004) informa que são as surpresas das situações de trabalho que exigem dos profissionais uma reinvenção do seu cotidiano de trabalho. É na iminência de frustração que a afetividade é colocada em prática, uma vez que a possibilidade de errar conduz a sentimentos desagradáveis, mas também é o ponto culminante para que o corpo que "experimenta" o sofrimento possa transformá-lo em prazer.

De acordo com Gernet e Dejours (2011), as ferramentas necessárias para formular respostas nos confrontos com o trabalho levam tempo para se desenvolver no trabalhador. Exigem um arranjo *a posteriori*, fruto de uma relação do sujeito com a manipulação dos instrumentos necessários para executar as tarefas que lhe são apresentadas. A engenhosidade conduz a experiência de suplantar as diversas situações vividas, pois "são as mudanças sofridas pelo corpo que mobilizam a curiosidade e norteiam a procura de solução" (Gernet; Dejours, 2011, p. 62).

A chamada "inteligência inventiva" (ou "astuciosa", "não acadêmica"), é utilizada pelo trabalhador para responder aos aspectos do trabalho para o qual aquele não foi preparado. A *Métis*⁶ seria a habilidade utilizada como forma de trapaça à prescrição para a obtenção de resultados positivos. Aqui, o improvisado viria para encaminhar as saídas triunfantes diante de situações desconhecidas, algo que cada profissional só

⁶"Métis é uma deusa. Zeus apaixonou-se por ela que, em seguida ficou grávida, A preocupação de Zeus foi imediata. Receava que a criança acumulasse a inteligência do pai -que ultrapassava a de todos os demais deuses- e a inteligência do corpo, a inteligência astuciosa de Métis, a mãe. Preocupava-se com os riscos que ficaria submetido se um filho mais inteligente que ele decidisse tomar-lhe o lugar no Olimpo (...) Como solução decidiu engolir Métis e conservar para si a inteligência da deusa, bem guardada em seu ventre(...) Desta incorporação mágica, Atena- a filha de Zeus e Métis- veio à luz com armas em punho, partida da cabeça de Zeus" (Dejours, 2012, p.43).

poderia desenvolver no familiarizar-se cotidianamente com seu ofício (Dejours, 2012, p.42).

Segundo Barros e Barros (2007), para a PDT, o sujeito não é mera vítima de sua atividade, mas a ele é permitido criar novos processos de trabalho dos quais faz emergir, também, novas práticas que vão além do tripé dor-desprazer-trabalho e proporcionam um aumento da autonomia do pensar-fazer que envolve o processo de trabalhar. Contudo, para que tal inteligência astuciosa seja colocada em prática é necessário que a organização do trabalho forneça um ambiente propício para que cada sujeito tenha maior liberdade de atuação.

A PDT conceitua o trabalho de forma mais abrangente a partir do momento que leva em conta a subjetividade do trabalhador na construção de suas relações sociais, nas quais trabalhar consiste no engajamento total do corpo na realização de uma ação. Envolve criatividade, inteligência, subjetividade e intersubjetividade na busca por maneiras que consigam preencher o espaço que existe entre o que é prescrito pela organização de trabalho e o fazer. Assim, para o clínico, o assunto trabalho é o que o sujeito utiliza "de si mesmo" para enfrentar as diversas situações que lhe são designadas para o cumprimento de determinada tarefa (Dejours, 2004).

A teoria estabelecida por Dejours não se orienta exclusivamente como uma área de estudos voltada para o conhecimento científico, mas está diretamente ligada à ação. Partindo dessa lógica, sua metodologia pauta-se na ideia de que o trabalho não produz só o melhor e pior para o *indivíduo*, mas afeta o *coletivo* e, portanto, sua elaboração deveria partir, preferencialmente, em espaços de subjetividade para expressão do grupo. Esta inclinação, viável na teoria, na prática constitui-se um enorme desafio. (Dejours, 2011b).

A realidade de trabalho no mundo capitalista não se propõe a dar voz a esse trabalhador, o qual é disciplinado para desenvolver um comportamento

persecutório, em permanente conflito com seus colegas, cuja relação, em geral, é de competição e desconfiança, o que permite desagregar o conjunto de trabalhadores e uma possível união para reivindicações. Tal fato torna a articulação das escutas coletivas difíceis e demanda do/a pesquisador/a enriquecer sua pesquisa por meio da diversidade de conceitos possíveis de articular com a prática, aprimorando sua atuação "na tentativa de compreender seu objeto, que inexoravelmente remete a complexidade das relações saúde e trabalho". (Nogueira, 2011, p.134).

Szenewar, Uchuda e Lancman (2011) afirmam que, atualmente, a maioria das organizações têm se mobilizado de maneira mais sofisticada no intuito de minar a relação de colaboração entre os seus funcionários. A trilha atual constitui um caminho que leva a uma maior competição e individualismo, na qual o desempenho sobrepõe-se à solidariedade e leva a uma crescente dificuldade em encadear os grupos. A tendência de "trabalhar sozinho" propicia o isolamento e compromete a cooperação, o que pode gerar a "ruína da subjetividade" e um estímulo para vencer "a qualquer custo" (Dejours, 2004).

De acordo com Gernet e Dejours (2010), a prática de trabalho traz consigo a figura do outro para além da relação de simples conviver, mas o cuidar, interagir, confrontar, aprender, servir. Esta configuração mobiliza as defesas dos sujeitos em seu exercício cotidiano com o "vivo" do trabalho, isto é, a realidade a sua volta. Logo, quem resiste melhor à pressão e consegue criar novas formas de trabalhar caracteriza-se enquanto sujeito que coloca mais qualidade no fazer e atender às demandas da hierarquia institucional de trabalho. Além disso, transforma o fracasso em superação, na tentativa de evitar o sofrimento e o adoecer relacionado ao contexto organizacional.

Minayo (2002) considera que o/a pesquisador/a, ao escolher a abordagem que utiliza para a pesquisa, pretende demarcar o tema que investiga. Não há valoração de

melhor/pior, mas qual técnica viabilizaria, de maneira mais ampla, o acesso ao conhecimento em determinada situação. Aqui temos a base de sustentação do trabalho científico, pois é a orientação teórica e conceitual que indicará a metodologia a ser utilizada na pesquisa. Não é uma prisão, mas um caminho sem o qual o/a pesquisador/a poderia facilmente se perder. Segundo Seligman-Silva (2011) é somente através do estabelecimento de coerência entre teoria e problema de investigação é que se torna possível criar uma atividade científica capaz de se estabelecer no tempo e produzir um conhecimento articulado com a experiência significativa de cada sujeito, o que faria transparecer o compromisso e o respeito à condição humana de cada trabalhador.

Assim, ao abordar o sujeito dentro de uma perspectiva transformadora e dinâmica, Dejours traz à tona uma nova maneira de enxergar as relações de trabalho, pois não se restringe à simplicidade das relações de causa e efeito (doenças causadas pelo trabalho), mas sua pesquisa constitui-se, primordialmente, em uma prática de intervenção na qual, através da possibilidade da escuta dos trabalhadores e trabalhadoras, torna-se possível a apropriação dos mesmos sobre a ação que desenvolvem.

2. A metodologia em Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: mudanças e contribuições

No Brasil, atualmente, muitas pesquisas estão sendo realizadas utilizando como base a psicodinâmica do trabalho. Alguns estudos, como por exemplo, os do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, da Universidade de Brasília (LPTC), são pioneiros nessa linha de pesquisa, com destaque para uma grande produção que utiliza na análise de seus dados adaptações do método original criado por Dejours.

Dentre as supracitadas pesquisas, destaco (3) três: o trabalho de Rossi, Siqueira e Araújo (2009), que trata um estudo de caso a respeito do adoecimento de uma bancária. Aqui, percebe-se que não houve uma escuta

com o grupo, mas uma pesquisa de acordo com a demanda individual (afastamento da funcionária) que mobilizou os pesquisadores; Temos, também, o delineamento proposto por Antloga e Mendes (2009), com um grupo de vendedores de materiais de construção, com ênfase para a metodologia que baseou a análise de seus resultados de acordo com a análise de conteúdo, de Bardin, e a pesquisa feita por Machado e Merlo (2009), com um grupo de auxiliares e técnicos de enfermagem de uma unidade crítica de um hospital cardiológico, na qual, mais uma vez, chama atenção o fato dos pesquisadores utilizarem em sua prática de pesquisa, dentro do procedimento metodológico, a técnica de entrevistas individuais. Tais pesquisas têm em comum a procura por uma articulação teórica com a psicodinâmica do trabalho aliada a uma prática de procedimento de coleta e análise de resultados que se ampara em uma diversidade de métodos, o que visa adequá-los à realidade dos estudos.

Mendes (2007) informa que para alocar o sujeito do trabalho em análise, a pesquisa em PDT privilegia um método científico particular cujo princípio é a escuta e interpretação da fala, para posterior explicação dos conteúdos numa tentativa de apreender as relações de vivências de prazer-sofrimento no trabalho:

A fala permite resgatar a capacidade de pensar sobre o trabalho, é um modo de desalienação, bem como uma possibilidade de apropriação e dominação do trabalho pelos trabalhadores, sendo se um aspecto fundamental para dar início à construção do coletivo com base na cooperação e nas mudanças na organização do trabalho (Mendes, 2007, p.32).

Para a autora, de forma nenhuma somos "escravos do método", visto que ele permite adaptações, o que, não determina a diminuição do seu caráter científico, mas, mantendo-se os princípios fundamentais da teoria, as variações podem ampliar a visão sobre a complexidade do trabalho e

possibilitar aos pesquisadores a oportunidade de aproximar o método à sua realidade, tal como visto na utilização da entrevista individual no lugar da clássica visão de entrevistas de grupos, ditas preferenciais para Dejours, substituição ocorrida em razão dessas, na prática, muitas vezes, tornarem-se inviáveis pelas condições de trabalho de determinadas organizações.

Seligman-Silva (2011), mostra a dificuldade em dar conta da distância entre teoria e realidade em PDT, em razão da grande variedade de determinantes dos processos que diferenciam o trabalho em seus contextos socioeconômicos e culturais. Cabe o repto ao pesquisador de fazer das dificuldades de campo respostas (ou novas perguntas?) ao seu trabalho, bem como ao meio acadêmico ao qual sua pesquisa está inserida e àqueles que cooperam com a mesma.

A teoria criada por Dejours aborda as transformações do mundo do trabalho e o mesmo é possível verificar em sua teoria, que não é rígida, mas pode ser campo de novas descobertas a cada inserção ou curiosidade em aprender. Logo, se as relações de trabalho mudam, assim como a sua organização, a forma de pesquisar também. Nas palavras de Merlo e Mendes (2009, p.152):

Acredita-se que todos os métodos devem ser vistos como instrumentos de trabalho para a pesquisa em permanente construção- e por isso dinâmicos-, que precisam ser adequados às realidades nas quais são utilizados e para seus horizontes de utilização, que podem e devem ser ampliados. Com a Psicodinâmica do Trabalho não ocorre diferente. (...). Nesse sentido, buscar seu uso como categoria teórico-metodológica é o cenário ideal que, muitas vezes, não corresponde ao real do campo de pesquisa, mas que precisa ser buscada, como possibilidade de assegurar a perspectiva transformadora desta abordagem.

Um estudo realizado por Mendes e Morrone (2010) mostrou como no Brasil já existe uma prática de pesquisa com base na

supracitada teoria. Nessa pesquisa, os autores apontam que, desde 1996 até 2007, foram publicados 79 estudos a utilizando como referencial, embora, na grande maioria das vezes, seja um apoio teórico, posto que apenas cinco dos referidos trabalhos tenham seguido a metodologia original de escutas individuais e coletivas, tal como originalmente proposto.

Na região norte do país, alguns trabalhos já estão sendo desenvolvidos, de forma pioneira, sobre saúde mental e trabalho, envolvendo como perspectiva teórica a abordagem da PDT, embora seja um campo que ainda precisa ser mais fortalecido nesse território. Dentre os estudos realizados na Amazônia podemos destacar a pesquisa feita por Oliveira (1998), sobre a saúde dos trabalhadores de um hospital público; Moraes (2011), que abordou o prazer- sofrimento no trabalho com automação; e Nogueira (2011), em sua pesquisa sobre o sofrimento dos trabalhadores do Alumínio do Pará. Em todas as pesquisas, é possível observar uma tentativa de captação do objeto de pesquisa de forma à articular teoria e prática em uma tentativa de aproximar o/a pesquisador/a da realidade social onde está inserido.

3. Considerações finais

A Psicodinâmica do trabalho, enquanto nova forma de abordar a questão do trabalho baseia-se em uma perspectiva voltada para a compreensão das dimensões *sofrimento e saúde (prazer)* dentro de um cenário no qual o trabalho pode contribuir para a condução do trabalhador ao adoecimento ou à construção de um equilíbrio que o mantém saudável (Martins, 2009). Nas palavras de Lancman e Szenelwar:

Assim, se por um lado, o mundo do trabalho é gerador de sofrimento - na medida em que confronta as pessoas com imposições externas-, por outro, o trabalho é também a oportunidade central de crescimento e de desenvolvimento psíquico do adulto. Ou seja: Se trabalho leva ao sofrimento, este

mesmo trabalho pode constituir-se em fonte de prazer e de desenvolvimento humano do sujeito tanto quanto do adoecimento (Lancmann & Szenelwar, 2011, p. 42).

Segundo Dejours (1992), a pesquisa é o momento de escuta do trabalhador que, através da fala, poderá reconhecer o seu trabalho e seus significados. Aqui, existe o privilégio pela escuta de grupos de trabalhadores. Entretanto, a prática, principalmente no Brasil, vem sendo caracterizada pela adaptação do método ao campo de realização das pesquisas.

Tais mudanças na maneira de pesquisar favorecem novas formas de conhecimento, pois caracterizam a dinâmica da pesquisa; uma vez que as relações de trabalho mudam, torna-se coerente que as formas de pesquisar também mudem. Dessa maneira, temos a psicodinâmica do trabalho enquanto uma proposição teórico-metodológica, cenário ideal para a pesquisa e intervenção no campo da construção do saber a respeito do trabalho, que não corresponde, geralmente, com a prática, por isso faz-se necessário a busca por uma investigação que caminhe em consonância com o caráter transformador dessa abordagem.

Referências Bibliográficas

Alves, C.F.O. (2005). *Entre o cuidar e o sofrer: O cuidado do cuidador via experiência de cuidadores/profissionais de saúde mental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE. Recuperado em 6 julho, 2012, de http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-12-19T143805Z-35/Publico/carlos%20alves.pdf.

Antloga, C. S., & Mendes, A. M. (2009). Sofrimento e Adoecimento dos vendedores de uma Empresa de Material de Construção. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. Vol 25, n- 2, páginas 255 - 262.

- Barros, R., & Barros, M. E. B. (2007). Da dor ao prazer no trabalho. In: Barros, M.E.B., & Santos-Filhos, S. (Orgs.) (2007). *Trabalhador da saúde: muito prazer!* Ijuí: Editora Unijuí, 61-71.
- Bendassolli, P. F. (2005). Fator Humano: Cultura da Performance. *GV-Executivo*. V.3, n. 4, 45-48.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. (2011). *Clínicas do Trabalho Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Brasil Ministério da Saúde. (2001). *Doenças Relacionadas ao trabalho - manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília.
- Clot, Y. (2006). *A Função Psicológica do Trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2010). *Psicodinâmica do Trabalho Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C., Dessors, D., & Desrlaux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista Administração de Empresas*, 33 (3): 98-104.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do Trabalho. Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. 5- Ed. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*. V.14, n.3, 27-34.
- Dejours, C. (2011a). Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. In Lancman, S., & Sznelwar, L. I.; (Orgs.) (2011). *Christophe Dejours Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, 5- Ed., Brasília: Paralelo.
- Dejours, C. (2011b). Trabalhar não é derrogar. *Laboreal - Uma plataforma virtual sobre El trabajo real*. v. VII. n.1, 76 - 80.
- Dejours, C. (2012). Sexualidade e Trabalho. *Trabalho Vivo*. I Vol. Brasília: Paralelo 15.
- Gernet, I., & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A.; *Clínicas do trabalho Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*, 1. ed. São Paulo: Atlas. 61-65.
- Heloani, R., & Lancmann, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: O método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, 77-86.
- Machado, A.G., & Merlo, A. R. C. (2008). Cuidadores: seus amores e suas dores. *Psicologia e Sociedade*. Vol. 20, n.3, páginas 444-452. Recuperado em 9 dezembro, 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000300015&script=sci_arttext.
- Martins, S. R. (2009). *Clínica do Trabalho. Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Morrone, C. F. (2010). Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Creso; MORRONE, Carla Faria; FACAS, Emílio Peres (Org.). *Psicodinâmica e Clínica do trabalho - Temas, interfaces e casos brasileiros*. 01 ed. Curitiba: Juruá, v. 01. 29-52.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, A. R. C., & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: Teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*. Vol. 12, n. 2, páginas 141-156.
- Mendonça, H., & Mendes, A.M. (2010). Experiências de Injustiça, Sofrimento, e Retaliação no Contexto de Uma Organização Pública do Estado de Goiás.

Psicologia em Estudo, Vol 10, n- 3, páginas 489-498. Recuperado em 20 maio, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a16.pdf>.

Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Moraes, R.D., & Vasconcelos, A.C.L. (Orgs.). (2011). *Subjetividade e trabalho com automação estudo no Pólo Industrial de Manaus*. Amazonas: EDUA.

Nogueira, L.S.M. (2011). *O sofrimento negado. Trabalho, saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio do Pará-Brasil*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

Oliveira, P.T.R. (1998). *O sofrimento psíquico e o trabalho hospitalar: um estudo de caso realizado em hospital público no Pará*. Dissertação de Mestrado em Ciências, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

Rossi, E. Z., Mendes, A. M., Siqueira, M. V., & Araújo, J. N. G. (2009). Sedução e Servidão em um caso de LER/DORT: Diálogo entre a Psicodinâmica do Trabalho e a Sociologia Clínica. *Psicologia Política*, Vol 9, n^o 18, páginas 313-330.

Rossi, EZ (2011). Método de Pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho. In Mendes, A. M., Merlo, A.R.C., Morrone, C.F., & Facas, E.P. (Orgs.). (2011). *Psicodinâmica e clínica do trabalho - temas, interfaces e casos brasileiros*, v. 01, 113-124.

Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e Desgaste Mental o Direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.

Sznelwar, I. L, Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade no trabalho em

questão. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v23, n.1, páginas 11-30.

Nota sobre os autores

Renata Sabrina Maciel Lobato ~~lms@ufpa.edu.br~~
Psicóloga, mestranda em Psicologia Clínica e Social pela Universidade Federal do Pará/2012, na linha de pesquisa: Psicologia, Saúde e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: renatasabrina83@yahoo.com.br.

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira ~~ptarso@ufpa.edu.br~~
Psicólogo. Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Social da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: pttarso@gmail.com.

Recebidoem: 05/02/2013

Aceito em: 30/06/2013

REFLEXÃO SOBRE O CONHECER SI MESMO COMO ACESSO AO SENTIDO

MEDITATIONS ABOUT SELF KNOWLEDGE AS ACCESS TO MEANING

Vitor F. Sampaio
Universidade Paulista (UNIP)

>
—|
G)
O

Resumo

Este artigo busca compreender o que significa conhecer si mesmo em uma perspectiva fenomenológica existencial. Para isto, utiliza como fio condutor uma visita a um local conhecido (universidade), realizada por duas pessoas (professor e aluno). A partir deste exemplo, apresentam-se as possíveis compreensões sobre o si mesmo e os caminhos para conhecer-se. Utiliza-se como fundamento a ontologia de Martin Heidegger. Desta forma, no decorrer do artigo, os desdobramentos da visita tomada como exemplo vão se mostrando na medida em que se explicita a existência humana como ser-no-mundo e seus existenciais. Ao final, pode-se perceber que o conhecer si mesmo se dá na totalidade do existir, e só se faz possível na medida em que se permite estar frente a existência tal qual esta se mostra.

Palavras Chave: fenomenologia existencial; psicologia existencial; ontologia; Martin Heidegger.

Abstract

This article aims the understanding of self knowledge meanings on a existential phenomenological perspective. In order of that, it uses as a thread a visit to an well known place (the university) by two people (professor and student). From this example, the possible comprehensions about 'one's self' and the ways to know it are shown. This article is grounded on Martin Heidegger's ontology. Thus, along the article, the developments of the visit on the example, are shown according as it disclose the human existence as a being-in-the-world. At the end, it's seen that the self knowledge appears only in the entire exist, and it's only possible according as one allows itself to be facing one's existence as it shows.

Keywords: existential phenomenology; existential psychology; ontology; Martin Heidegger

Resumen

Este artículo trata de comprender lo que significa conocerte a ti mismo en una perspectiva fenomenológica existencial. Para ello, utilice como hilo una visita a una ubicación conocida (universidad), celebrado por dos personas (profesores y estudiantes). A partir de este ejemplo, se presentan los posibles realizaciones acerca de ti mismo y de las formas de conocer a ti mismo. Se utiliza como base la ontología de Martin Heidegger. Así, a lo largo del artículo, el desarrollo de la visita será tomado como un ejemplo que

muestra la medida en que la existencia humana explícita como estar en el mundo y su existencial. Por último, se puede observar que el conocimiento de sí se produce en todo el existir y que sólo es posible en la medida en que permite que haya un frente tal que esto se muestra.

Palabras clave: fenomenología existencial; psicología existencial; ontología; Martin Heidegger.

O Dasein sempre dispõe de uma interpretação variada de si mesmo, na medida em que uma compreensão do ser não apenas lhe pertence como já se reformou ou deformou em cada um de seus modos de ser (HEIDEGGER, 2004a, p. 43).

1. Introdução

Neste artigo buscamos traçar um caminho sincero de uma conversa com o próprio pesquisador, buscando o esclarecimento do que significa si mesmo e o conhecer si mesmo em uma perspectiva fenomenológica existencial.

Quando abordamos o tema do conhecimento de si mesmo, algumas perguntas se fazem presentes: O que significa "si mesmo"? Que "si mesmo" é esse do qual tentamos nos aproximar? Como podemos pensar, a partir da Fenomenologia Existencial, o que significa conhecer si mesmo?

Começaremos a delinear as respostas a estas perguntas a partir de um exemplo. Imagine que um professor convidasse um aluno a visitar um lugar, o campus da universidade em que leciona.

Consideramos que o aluno seja um veterano, já estuda na universidade há alguns anos. Após o convite do professor, o aluno poderia ter, de início, a perspectiva de que a visita seria a de um passeio a lugares conhecidos. Em uma reflexão mais apurada, no entanto, o aluno pode perceber que se trata de dois passeios, duas visitas, que já desde o começo nascem separadas e paralelas, porém caminhando sempre de mãos dadas. Vamos caminhar com eles.

A primeira visita, guiada pelo professor, apresenta uma universidade que o aluno nunca havia visto. Apresenta corredores novos, salas novas, cheiros novos. O novo,

aqui, não diz respeito ao que acabou de ser criado, como cadeiras recém-compradas que se destacam por sua limpeza e beleza dentro de uma sala. O novo, aqui, não diz de um "acabou de ser conhecido", no sentido de algo que era desconhecido, algo que nunca havia sido mostrado. Não é disso que se trata. O aluno tem a certeza de que já havia visitado todos os lugares que agora visita com o professor. Não há nesses lugares cadeiras novas, luminárias novas, portas novas. O novo, aqui, diz de um reapresentar, de um recorte totalmente diferente. Os lugares visitados na universidade tornam-se novos por ganharem histórias diferentes, contornos diferentes.

Não demora para que o aluno perceba que o professor mostrava-lhe não um lugar qualquer, mas o seu lugar. O lugar onde ele, o professor, também estudou, com risadas e choros. Um corredor que antes aparecia pequeno e desimportante descobre-se cenário de fuga em um momento político de opressão e repressão. O pátio da universidade, na narrativa do professor, perde seus objetos mais palpáveis e observáveis e ganha o sentido das manifestações que lá ocorreram, sob luzes outras, que não são aquelas que hoje o iluminam. O anfiteatro deixa de ser um simples teatro e converte-se em lugar acolhedor de assembleias, em centro cultural, em motivação de união por sua recuperação, e em local de reunião e agrupamento de pensamentos e eventos marcantes. Assim, o aluno percebe que ali visita, pelo professor, outra universidade, uma que nunca havia sido mostrada a ele, que se abre diante de seus olhos. Uma universidade histórica, politicamente ativa, relevante no peso de sua própria existência.

Ao mesmo tempo, totalmente desconectada da primeira visita, mas também conectada de forma inexplicável, a segunda visita é experimentada apenas pelo aluno. A segunda visita toma-o sem permissão, enquanto ouve o professor narrar os fatos que marcaram a sua passagem na universidade, transforma-o de ouvinte para, ele mesmo, narrador de uma história, podendo experimentar um amálgama de ouvinte-narrador. A sua universidade o abraçava enquanto ouvia o professor. Sem perceber, ele mesmo revisitava a universidade, mas esta era diferente. Lembra que ali, no longo corredor do térreo, um corredor sem portas, escuro ao anoitecer, muitos haviam se beijado, incluindo o próprio aluno, escondendo seus romances dos ávidos olhares fofoqueiros; Havia uma sala pela qual passaram na visita sem que o professor nada comentasse, que tinha um apelido peculiar dado pelos alunos, em função de suas janelas e seu desenho único; outro peculiar corredor era sempre um bom lugar para as indispensáveis e urgentes conversas entre amigos; o pátio - que na narrativa do professor era palco de manifestações - para o aluno já havia sido palco de festas, discussões, choros e fotos.

Assim, em contato com a universidade que habitava, o aluno descobre que ainda a habita, e que o professor também ainda habita sua própria universidade. Observamos aqui que este habitar enuncia o mundo de significados no qual se habita. O conhecimento não está se referindo a uma precisão, a uma verdade absoluta, como se aluno e professor buscassem chegar em um denominador comum sobre a verdade daquela universidade. Conhecimento se refere ao experimentado, cada um experimenta e conhece da maneira que lhe é possível, com suas próprias marcas de caminho. Conhecer si mesmo é também conhecer este mundo no qual habitamos.

Heidegger, em *Ser e Tempo*, concebe a existência humana como uma estrutura caracterizada por ser-no-mundo. O ser que se caracteriza por ser-no-mundo, é o ser que já

está, de início, "aí" lançado no mundo, portanto o filósofo nomeia a existência humana de *Dasein* (Ser-aí)¹. Desta forma, o filósofo ressalta a condição mais própria do existir humano, a existência como abertura para o mundo - a clareira da existência, onde o mundo aparece. O *Dasein* existe sempre em relação ao mundo que se apresenta.

Mas, o que é ser-no-mundo? Ser-em um mundo não nos diz respeito à relação recíproca de dois entes simplesmente dados (homem e mundo); tampouco nos diz de um corpo localizado fisicamente dentro de um espaço determinado (como uma cadeira em uma sala). Ser-em um mundo é ter seu ser inserido em um mundo de significações compartilhadas. Ser-em um mundo nos remete ao modo como o homem ocupa seu espaço, como estabelece suas relações com os outros entes do mundo. "*O Ser-em é, pois, a expressão formal e existencial do ser do Dasein que possui a constituição essencial de ser-no-mundo.*" (HEIDEGGER, 2004a, p. 92, grifo do autor).

Dasein é-em-um-mundo e "mundo" é um caráter do próprio *Dasein*. Cardinali (2004) esclarece que mundo é uma totalidade das relações significativas, é o "aí" em que *Dasein* se encontra lançado. O mundo é o horizonte das possibilidades de realização do existir humano, onde aparece o sentido do que pode vir a ser.

Assim, é necessário que tenhamos como fundamental a compreensão de *Dasein* como ser-no-mundo, pois é neste ser-no-mundo que *Dasein* se constitui em seus modos de ser. A partir desta construção Heidegger explicita as dimensões do modo de existir humano, que constituem o ser-no-mundo do *Dasein*. Estas dimensões do existir humano não são categorias e sim

¹ Denominação que caracteriza "esse ente que cada um de nós é e que, entre outras, possui em seu ser a possibilidade de questionar, nós o designamos com o termo *Dasein*" (Heidegger, 2004a, p. 33). Sua tradução literal seria "ser-aí", mas opta-se neste trabalho pela utilização da forma original *Dasein*, marcando sua explicitação de acordo com a caracterização da ontologia fundamental, de M. Heidegger.

características que constituem o ser do *Dasein*, como nos lembra o filósofo, "são sempre modos possíveis de ser" (Heidegger, 2004a, p.78). A explicitação das dimensões do modo de existir humano é denominada "existenciália" ou "existencial", como por exemplo: temporalidade, ser-com, afinação, espacialidade, cuidado e corporeidade. Isto significa que *Dasein* é cada uma das características constitutivas de seu ser, pois *Dasein* é caracterizado como ser-no-mundo. Cabe enfatizar, uma vez mais, que ser-no-mundo não é uma qualidade de *Dasein* e os existenciais não são propriedades que *Dasein* às vezes apresenta e outras não.

2. O conhecimento de si mesmo ãas dimensoes da existência

A análise de nosso exemplo sobre a visita do professor e do aluno abre espaço para a reflexão sobre o habitar, sobre o ser-em, como um aspecto do conhecer si mesmo. Dado que, para Heidegger, o *Dasein* conhece o mundo de imediato, ao entrar em contato com o mundo que o cerca, justamente por essa abertura de mundo se dar em conjunto, em todas as dimensões do existir humano, os lugares nos quais habitamos, nos quais existimos, somos, estes lugares, nós mesmos.

Por isso mesmo que habitar é o "no", de ser-no-mundo, o próprio ser do *Dasein*. *Dasein* habita, existe no mundo que o cerca, que a ele se apresenta. Assim, habitando, *Dasein* pode conhecer-se. Nas palavras de Heidegger:

De acordo com um modo de ser que lhe é constitutivo, o *Dasein* tem a tendência de compreender seu próprio ser a partir daquele ente com quem ele se relaciona e se comporta de modo essencial, primeira e continuamente, a saber, a partir do mundo (Heidegger, 2004a p. 43).

Em nosso exemplo, durante a visita, o aluno percebe que há algo mais do que um passeio pelos espaços físicos da universidade. Há uma visita ao próprio habitar de ambos os personagens, há um retorno a si mesmo.

Este "retorno a si mesmo" é o movimento que fazemos no decorrer de uma pesquisa fenomenológica. Não buscamos a caracterização de "o que é" conhecer si mesmo, ou seja, uma definição categorial e classificatória. Buscamos o "como" conhecer, o modo como se conhece, como cada *Dasein* dispõe-se frente a si mesmo. Não poderíamos desenvolver uma pesquisa partindo de perguntas que buscassem o significado formal do "si mesmo", ainda que estas sejam relevantes para tal desenvolvimento. Relevantes, mas não dão o tom. O mais importante no conhecer si mesmo mostra-se, com nosso exemplo, é a própria aproximação, o caminho em direção ao si mesmo.

Ao trilhar este caminho através de uma pesquisa em fenomenologia, é possível "deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo. É este o sentido formal da pesquisa que traz o nome de fenomenologia." (Heidegger, 2004a, p.65).

Ao descrevermos nosso exemplo da visita, pudemos explicitar o caráter fundamental de *Dasein* como ser-no-mundo. Em seguida, mostramos o "habitar o mundo" como primeiro contato de significações, como abertura para conhecer si mesmo. Habitar o mundo é sempre habitar um mundo de significados. E só habitando em um mundo de significados é que podemos construir um caminho enquanto caminhamos. Construir um caminho significa habitar em um tempo, onde cada passo dado está identificado com o caminho já percorrido e as possibilidades de direções dos passos futuros. Da mesma forma se dá o caminho do "conhecer si mesmo": A abertura existencial para que se dê o conhecimento de si mesmo é a possibilidade de ao mesmo tempo olhar para o passado e abrir-se ao futuro.

Este tempo, que existencialmente é temporalidade, trata-se do passado que se faz presente lançando-se ao futuro. No exemplo, fica claro que ali, naquele exato momento, o passado se presentificava, apontando para o horizonte de sentidos futuros, que diziam respeito ao que cada participante da visita

faria com aquela experiência. Mas tal horizonte de sentidos só pode se abrir dentro do mundo de significados que havia na própria visita, no próprio estar-ali na universidade. Ou seja, só podemos ter sentido nos projetos que envolvem o "habitar", no caso, habitar naquele momento e daquela maneira a universidade, à luz do passado deste habitar.

Abrimos aqui espaço para a reflexão temporal-histórica, para a historicidade daquele que se conhece. Historicidade não está ligada a um tempo exato, a um "passado" encerrado em si. Historicidade diz que *Dasein* é ser-histórico.

Quando o professor mostra a universidade na qual habita, fala de sua história. Quando o aluno mostra a universidade na qual habita, fala de sua história. Ambos, ao mostrarem seus mundos, seus espaços, não "lembravam" de seus respectivos passados, mas se relacionavam com este passado naquele exato momento em que realizavam a visita.

O que foi certa vez presente na existência humana nunca é simplesmente passado, terminado, perdido. O que se foi, é captado na abertura do *Dasein* de tal modo, que permanece constantemente presente no presente, falando neste presente e codeterminando todas as condutas presentes da pessoa (Boss, 1994, p.118).

Relacionar-se com o passado é horizonte de possibilidades de ser do ser-no-mundo do *Dasein*. Relacionar-se, estar-aí junto às coisas, é a abertura de mundo da existência humana, que permite a significação do mundo em que habita.

Voltamos nosso olhar agora ao "passado". Não a um passado cronológico, encerrado, mas a este ser-histórico, que existe neste momento, em seu modo de ser história. Falamos, assim, da importância da história pessoal para conhecer si mesmo. Sem a história, sem aquilo que já se passou, não se pode conhecer-se. Conhecer a própria

biografia mostra-se um passo importante para conhecer si mesmo.

A contextualização do tempo vivido, para se realizar uma análise existencial é importante. A existência é o próprio tempo, projetado para futuro, passado e presente. Este projeto temporal se traduz no caminho da realização da própria existência. Na busca de conhecer si mesmo, a biografia não é um mero relato do passado, mas está presente neste momento e se faz presente no desdobrar futuro. Ou seja, a existência é passado, é presente e é futuro.

'A existência transcende' significa que na essência de seu ser configura o mundo e o 'configura' em um sentido múltiplo em que deixa que o mundo aconteça, se encontra com o mundo em um aspecto original (figura), no qual, não propriamente concebido, atua, não obstante, como pré-modelo para todas as manifestações dos entes (Binswanger, 1977, p.170).

Devemos entender este pré-modelo a partir do qual *Dasein* configura o mundo como o "mundo já dado" no qual *Dasein* é lançado. Podemos dizer, a partir desta concepção, que o caminho da existência já vem sendo trilhado antes mesmo do nascimento: tornando as histórias familiares histórias pertencentes ao próprio horizonte existencial do *Dasein*; esta história pertence ao desvelar do ser do *Dasein*, apresentando-se como sua herança, e objeto de seu conhecer-se.

A retomada da história, o ser-histórico, por tanto, não diz somente respeito a uma biografia pessoal que se faz presente no horizonte de significados daquele que está em busca de conhecer si mesmo. A retomada histórica, o ser-histórico, diz de um aproximar-se do que já havia sido feito, do mundo já dado no qual *Dasein* é lançado.

É isto que acontece em nosso exemplo. Quando o aluno escuta e visita a universidade do professor, percebemos que muito antes de o aluno entrar na universidade, e antes mesmo de seu nascimento de fato, aquela

universidade já era experimentada, vivida, sentida. Quando o aluno entra na universidade, entra também em um espaço que já se apresenta carregado de sentidos e significados. Vemos que, de forma imediata e inegociável, o aluno se deparou com um "ter-que-lidar" com a história já construída e já dada. Tal qual uma enanca em sua família, que será investida de histórias e acontecimentos dos quais nunca fez parte, mas nos quais está envolvida já *a priori*. Podemos até lembrar uma celebre passagem de Shakespeare, quando Romeu, tomado de fúria por não poder estar ao lado da amada Julieta, questiona o que afinal significaria ser Montecchio ou ser Capuleto. Seu questionamento é pelo sentido de sua própria biografia, daquela biografia da qual não foi herói, mas que foi imposta sobre si. Mostra-se aqui que aquele que busca conhecer si mesmo, deve também buscar a história da qual não foi herói, aquela história que lhe foi imposta. Esta biografia já escrita antes mesmo do nascimento também constitui a existência e se faz presente na busca pelo sentido de si mesmo.

Assim é a história que se faz presente no caminho de conhecer si mesmo. Quando retomamos aquela biografia que nos pertence, mas que não nos foi dada a possibilidade de escrever, facilitamos nosso entendimento sobre nós mesmos, aproximamo-nos e conhecemos mais sobre nós mesmos.

O próprio pesquisar se beneficia desta retomada e busca da biografia que nos é imposta, pois o pesquisar, ele próprio, conhece si mesmo olhando o passado que o precedeu. Afinal, é um movimento de conhecer aquele empregado em uma pesquisa, quando volta ao já dado, à história anterior a ela mesma. Ouvir o que os "pais", "tios" e "avós" da pesquisa atual têm a dizer sobre o tema pesquisado. Assim, não se trata o pesquisar, pois, de conversar com a herança deixada por aqueles que vieram anteriormente, apropriando-se de suas descobertas, lidando com suas frustrações, e trabalhando com o que aí já foi deixado?

Ressaltamos, aqui, a fala de Binswanger sobre a biografia:

A Biografia interior do homem não se compõe somente de conteúdos de desejo, como também se compõe, de uma maneira geral, da total plenitude de conteúdos espirituais possíveis de nossa vivência (Binswanger, 1973, p.49-50).

3. Apontamentos para o entendimento do que significa "si mesmo"

Começamos a configurar o conhecer si mesmo como um caminho de aproximação do olhar para esta infinidade de aspectos da existência humana. Talvez, aqui, seja o momento de dar uma forma, um colorido para este "si mesmo". Como caracterizar o si mesmo?

Voltando mais uma vez ao exemplo no qual estamos baseando este artigo. Na visita que professor e aluno realizam, aparece um aspecto simples e "fundante" desta experiência: poder-ser. O professor, no início do passeio, deixa de ser professor para tornar-se guia. Poucos momentos depois, deixa de ser guia para tornar-se parte integrante da universidade. O aluno naquele momento tornou-se visitante, logo depois de ter sido estudante. Estas possibilidades, estes modos de ser e se relacionar com o mundo, revelam o próprio da existência humana, a saber, que a existência humana não apenas é um infinito de possibilidades, mas também este infinito de possibilidades, de poder-ser, é seu próprio ser.

Isto significa que a existência humana é esta existência que pode se apresentar nas diversas possibilidades de ser. Isto significa dizer que a existência humana é "transcendental", no sentido de transcender os entes e possibilitar que os entes apareçam em seus múltiplos modos de ser.

Como professor, o mundo se abre em ensinamentos. Como aluno, o mundo se abre para aprendizagem. Como parte da universidade, o mundo se abre como história. São todas possibilidades de ser-no-mundo, e

possibilidade de ser si mesmo e descobrir-se sendo si mesmo.

Si mesmo, portanto, fala deste infinito de possibilidades. Em outras palavras, si mesmo é este movimento de poder-ser do *Dasein*, que aparece na temporalidade, na historicidade, no ser-com, na corporeidade, em ser-no-mundo, onde passado se presentifica voltado para o futuro. Si mesmo é sempre vir-a-ser.

Neste ponto, ao retomarmos o exemplo que nos tem servido como "caso" neste artigo, percebemos que, seja olhando para o passado histórico herdado, para o passado histórico percorrido (biografia), para o espaço experimentado e habitado, para as relações estabelecidas neste espaço, ou para o próprio poder-ser, se está olhando para si mesmo. De toda forma, ao olhar para uma, entre quaisquer possibilidades de ser, olha-se para o mundo de significados no qual o *Dasein* está inserido.

Há, no entanto, um último aspecto sobre o si mesmo que deve ser abordado e conhecido. Até aqui traduzimos si mesmo por poder-ser-si-mesmo. Mas para, de fato, explicitarmos a totalidade do fenômeno de conhecer si mesmo devemos considerar que o *Dasein* ao mesmo tempo em que busca a si, foge de si, como movimento autêntico do próprio poder-ser (Heidegger, 2004a). Ou seja, apresentar o si mesmo como vir-a-ser não é garantia de que *Dasein* está sempre disponível para conhecer si mesmo, ao contrário, como nos diz o filósofo, "Somente na medida em que, através de sua abertura constitutiva, o *Dasein* se coloca essencialmente diante de si mesmo é que ele *pode fugir de si mesmo*" (Heidegger, 2004a, p.248, grifo do autor).

Considerando isso, estamos finalmente prontos para pensar na importância do conhecer, e o que significa conhecer si mesmo.

A princípio, Heidegger (2004a) fala que "conhecer é um modo de ser do *Dasein* enquanto ser-no-mundo" (p.100), o que significa que o conhecer fundamenta-se no fato de que o *Dasein* já está junto-ao-mundo,

e que o conhecimento se dá levando-se em conta o modo de ser de quem conhece.

O conhecimento, para o filósofo, se dá em um "direcionamento para", ou seja, um encarar e deixar ser o ente simplesmente dado. Neste direcionamento, o *Dasein* não sai de uma esfera interna onde se encontra encapsulado e acessa o objeto a ser conhecido. O modo de ser originário do *Dasein* (ser-no-mundo) é um já estar fora, junto-às-coisas.

Com isto, podemos dizer que conhecer não é uma ação "cognitiva", mas um "já estar em uso e no uso". Conhecer si mesmo não trata de uma "pesquisa racional e explicativa", onde o *Dasein* "pondera" e "reflete" a seu respeito. Conhecer si mesmo fica aqui caracterizado como um modo de estar junto de si mesmo, um deter-se diante do vir-a-ser do próprio poder-ser do *Dasein*.

Por esta mesma razão, é importante lembrar que faz parte do estar diante si mesmo o fugir de si e o "de-cair no impessoal". Daí a importância de uma constante reflexão profunda e atenção sobre a apropriação de si mesmo.

Deste modo, podemos traduzir o conhecer si mesmo em nosso exemplo por passear pela universidade. Mas não um passear qualquer. Conhecer si mesmo é um passear e um deter-se diante do próprio espanto da existência. Mas deter-se diante do espanto da existência, não é um olhar descompromissado, ao contrário, é uma tarefa do *Dasein*, que para conhecer si mesmo, deve *estar* diante de si mesmo e *deter-se* diante de si mesmo.

Referências Bibliográficas

Binswanger, L (1973). *Artículos y conferencias escogidas*. Madrid: Gredos SA.

_ (1977). *La escuela de pensamiento de análisis existencial. Existencia*. Madrid: Gredos SA.

Boss, M (1994). *Existential Foundations of Medicine and Psychology*. New York: Jason Aronson.

Cardinalli, I (2004). *Daseinsanalyse e Esquizofrenia*. São Paulo: Educ.

_____ (2004a). *Ser e Tempo*. Parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes.

_____ (2004b). *Ser e Tempo*. Parte II. Tradução de Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes.

_____ (2006). *Ensaios e Conferências*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2012). *Ser e Tempo*. Tradução Fausto Castilho. Petrópolis: Vozes.

Stein, E (1998). Seis estudos sobre "Ser e Tempo". Petrópolis: Vozes.

Nota sobre o autor

Vitor F. Sampaio. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Professor de *Fenomenologia e Psicologia*, e *Abordagens Humanistas e Psicologia* na Universidade Paulista - UNIP. E-mail: vfsampaio@hotmail.com.

Recebido em: 30/06/2013

Aceito em: 17/07/2013

DEPRESSÃO: OS SENTIDOS DO TRABALHO

DEPRESSION: THE MEANINGS OF WORK

Virginia Moreira 2?
Regina Heloisa Maciel —j
Thalita Queiroz de Araújo O
Universidade de Fortaleza (UNIFOR) O

Resumo

Uma pesquisa fenomenológica transcultural sobre a experiência vivida da depressão foi realizada no Chile, Brasil e Estados Unidos, sendo o trabalho uma das temáticas emergentes nos três países. Este artigo descreve um desdobramento daquela pesquisa, estudando especificamente o trabalho em sua relação com a depressão. Com o objetivo de aprofundar esta temática foram re-analisadas aqui, com base no método fenomenológico crítico, as entrevistas de 72 pessoas adultas, de ambos os sexos (n = 30 em Fortaleza, n = 22 em Santiago, e n = 20 em Boston), focalizando o tema emergente trabalho. Os resultados mostram que o desemprego, o excesso de trabalho, a competitividade e a falta de sentido do trabalho são constitutivos da depressão. Para além dos aspectos constituintes específicos presentes nas três culturas estudadas, esta pesquisa mostra como a situação vivida no trabalho pós-moderno, globalizado, contribui para a chamada epidemia de depressão que vivemos nos dias atuais.

Palavras-chave: depressão; trabalho; sofrimento.

Abstract

A cross-cultural phenomenological research took place in Chile, Brazil and the United States about the lived experience of depression, in which work was one of the emerging themes in the three countries. This article describes a follow up of that research, specifically studying work in its relation with depression. Aiming to develop this issue and based on the critical phenomenological method, the interviews of 72 adults with depression (n = 30 in Fortaleza, n = 22 in Santiago, n = 20 in Boston) were re-analyzed, focusing the emergent theme of work. The results show that unemployment, overwork, competitiveness and lack of meaning of work are part of depression. Beyond constitutive specific aspects in the three studied cultures, this research shows how the lived situation in post-modern globalized work contributes to the so called depression epidemic that we live nowadays.

Key words: depression; work; suffering.

Resumen

Una investigación fenomenológica transcultural acerca de la experiencia vivida de la depresión ha sido realizada en Chile, Brasil y Estados Unidos, donde el trabajo ha sido una de las temáticas emergentes en los tres países. Este artículo describe un desdoblamiento de aquella investigación estudiando específicamente el trabajo en su relación con la depresión. Con el objetivo de profundizar esta temática han sido re-analizadas aquí, con base en el método fenomenológico crítico, las entrevistas de 72 personas adultas, de ambos los sexos (n=30 en Fortaleza, n=22 en Santiago, n=20 en Boston), focalizando el tema emergente trabajo. Los resultados muestran que el desempleo, el exceso de trabajo, la competencia y la falta de sentido del trabajo con constitutivos de la depresión. Más allá de los aspectos constituyentes específicos en las tres culturas estudiadas, esta investigación muestra como la situación vivida en el trabajo pós-moderno, globalizado, contribuye para la así llamada epidemia de depresión que vivimos en la actualidad.

Palabras clave: depresión; trabajo; sufrimiento.

1. Introdução

A depressão tem sido um tema bastante estudado na atualidade em todo mundo, tendo em vista o alarmante aumento de sua incidência: fala-se de uma epidemia de depressão (Berlinck, 2000; Dawson & Tylee, 2001; Ehrenberger, 2000; Kleinman E & Cohen, 2001; Lima, 1999; Moreira, 2002; Moreira & Freire, 2003; Moreira & Callou, 2006; Sam & Moreira, 2012; Schumaker, 2001; Shorter, 2001;). Contudo, se observa uma carência de estudos qualitativos em relação à experiência vivida da depressão e suas consequências para a vida social.

Com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão acerca da experiência vivida na depressão foi realizada uma pesquisa fenomenológica transcultural no Brasil, Chile e Estados Unidos, especificamente nas cidades de Fortaleza (Brasil), Santiago (Chile) e Boston (Estados Unidos) (Moreira, 2007). O objetivo era compreender a experiência vivida da depressão em relação a estas culturas específicas. Nos resultados o trabalho apareceu como um dos principais temas

emergentes nas falas dos entrevistados nos três países.

Este artigo relata um desdobramento daquela pesquisa. As 72 entrevistas então realizadas (n = 30, em Fortaleza; n = 22, em Santiago; e n = 20, em Boston), foram re-analisadas, visando aprofundar a temática do trabalho na experiência vivida da depressão e buscando identificar os conteúdos que, no dizer dos participantes, revelam as relações entre a depressão e o trabalho.

2. O trabalho e suas transformações

O conceito de trabalho é amplo e genérico, implicando a atividade de produção de bens e serviços e o conjunto das condições de exercício na atividade (Braverman, 1987; Cattani, 1996).

O surgimento do trabalho se confunde com o surgimento da própria humanidade, existindo há mais tempo que a própria raça humana e ganhando sua forma organizada primitiva com as práticas de nossos ancestrais (Donkin, 2003).

Castel (1998) faz uma distinção entre trabalho regulado e trabalho forçado. Salienta que os dois conceitos são representativos das

duas principais modalidades de organização do trabalho antes da revolução industrial. O trabalho regulado se refere ao "conjunto das regulamentações dos ofícios, ao mesmo tempo os ofícios jurados e os ofícios regidos pelas regulamentações municipais" (p.11), característico da Idade Média. O trabalho forçado (escravidão) corresponde ao uso da coerção, permitindo a acumulação de riquezas ao mercador e a dependência do produtor para com ele, característico da Antiguidade.

Antunes (2005) aponta os vários significados do trabalho no decorrer da história humana, salientando que desde a antiguidade o trabalho possui um duplo sentido: expressão de vida e degradação; criação e infelicidade; atividade vital e escravidão; felicidade social e servidão.

Com o advento da Revolução Industrial, ocorrida no início do século XVIII, o modo de produção se modifica em função de mudanças radicais nas relações sócio-econômicas, privilegiando a liberdade do trabalhador e do consumo (Aquino, 1999). O trabalho adquire, então, um sentido diferente: na venda da força de trabalho ao capital o trabalho torna-se mercadoria (Antunes, 2005; Braverman, 1987). Nas fábricas, o trabalho torna-se atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória.

O individualismo capitalista e o sentido do trabalho, na atualidade, a chamada reestruturação produtiva, engendram novas mudanças no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, no sentido do trabalho.

As mudanças no sistema econômico acompanham importantes mudanças sociais na direção da competitividade e individualismo exacerbado, gerando assim enorme sofrimento psíquico para todos e, principalmente, para os trabalhadores (Sennett, 2006).

Nessa nova ordem, o indivíduo é submetido a uma realidade massacrante: levado a buscar formas de estar no mundo, cada vez mais efêmeras, acaba por vislumbrar um ideal de realização pessoal que se

encontra longe das conquistas internas, primando, desta forma, pelas superficialidades externas que lhes são mais acessíveis e que preenchem este vazio que lhe assola de maneira menos dolorosa.

A valorização do individualismo e do hedonismo cotidiano, no dizer de Cattani (1996), corroem o caráter, no dizer de Sennett (1999, 2006). O ideal de liberdade proposto inicialmente pelo capitalismo, leva à ilusão de que só seremos livres individualmente, refutando os ideais coletivos em favor de um ideal individual. Esses fatores são bastante proeminentes no ambiente de trabalho, palco em que ocorrem desigualdades e disparidades. De um lado se encontram os empregadores que são os detentores do capital e, do outro, encontram-se os trabalhadores submetidos a horas de trabalho e cargas de trabalho cada vez mais excessivas, na esteira da chamada precarização do trabalho e, por fim, aqueles que não se adaptam, tornam-se as massas de sub-empregados e desempregados à margem do sistema (Antunes, 2005).

As novas tecnologias e as novas formas de gestão mudam em profundidade os quadros de trabalho, as identidades e as relações profissionais, ampliando as desigualdades. De um lado, definem-se grupos minoritários, com garantias contratuais, estabilidade, planos de carreira, bons salários, etc. De outro, massas crescentes de subempregados, de profissões desqualificadas, desprestigiadas e mal-remuneradas (Cattani, 1996).

Hoje o trabalho não é mais um espaço onde os indivíduos podem expressar sua criatividade ou potencial, ele se limita, cada vez mais, ao mecanicismo, a tarefas que exigem resultados e lucros imediatos. São fatos como estes que vêm trazendo conseqüências de ordem psíquica para os indivíduos que atuam nessas configurações.

Sendo o lucro rápido e fácil o principal objetivo das organizações na atualidade, marginalizam-se valores e princípios humanos, os trabalhadores têm que exaurir suas forças, para obterem a maior margem de

lucro em um espaço de tempo reduzido (Antunes, 2005; Lebauspain & Mineiro, 2002). O que se observa são estas consequências atingindo os vários âmbitos da existência humana. "As pessoas estão emocional, física e espiritualmente exaustas. As exigências diárias do trabalho, da família e de tudo que se encontra entre eles corroem a energia e o entusiasmo dos indivíduos" (Maslach & Leiter, 1999, p.13).

O crescente desgaste provocado pelos ambientes de trabalho cada vez mais exigentes e hostis, que contrasta com os ambientes anteriores, perigosos e exigentes, mas que tendiam a proporcionar certa identidade ao trabalhador faz com que os indivíduos, comecem a padecer de uma espécie de niilismo. Uma das características da reestruturação produtiva é a maneira pela qual se dá a gestão do trabalho. Anteriormente, o controle do trabalho era prioritariamente coercitivo e externo. Nas formas atuais de gestão prevalece o controle sutil: os indivíduos são levados a acreditar que as metas e objetivos impostos são, na verdade, justos e compartilhados (Busnardo, 2003). Os objetivos da empresa são introjetados e o controle de externo passa a ser internalizado pelos sujeitos, em uma espécie de "usurpação" do desejo. Nessas condições, os trabalhadores passam a não mais encontrar razões para exercer suas funções, mostrando-se descrentes e pessimistas. O trabalho, embora ainda central para a identidade, deixa de exercer uma função organizadora e estruturante nos indivíduos, passando a ocupar um lugar de desvalorização do humano, afetando os vínculos sociais que se estabelecem nos locais de trabalho e com familiares e amigos.

Em função disso, nas últimas décadas, tem crescido o número de estudos que procuram investigar a relação entre o trabalho e a ocorrência de distúrbios emocionais e sociais, incluindo os estudos sobre o assédio moral no trabalho (Einarsen, 2005; Maciel, Cavalcante & Matos, 2007) que representam, de forma conspícua, a corrosão das relações de trabalho.

Na medida em que o trabalho se torna mais vazio de significados, faz com que aqueles que nele estão inseridos, sintam-se desamparados, perdidos, frustrados. Ao sentirem que o trabalho que desempenham está desvinculado de sentido, os indivíduos acabam por ficar desprovidos de anseios, de desejos e expectativas em relação ao seu espaço profissional; ficando, então, a mercê dos anseios das organizações.

Creemos que a compreensão do vivido no trabalho produz o sentido e este sentido produz o sujeito. O trabalhador pretende significar a estranheza do mal que lhe acomete. O trabalhador, alienado de seu desejo, sujeito em si mesmo, automático em sua ação, que está subordinada e não referenciada no desejo do outro (Codo & Sampaio, 1995).

Por sua vez, a falta de significado na vida é um dos componentes dos quadros depressivos:

O conceito de viver significativamente parece-me útil para elucidar o significado ideológico da depressão na contemporaneidade. (...) As pessoas trabalham, mas não sabem por que trabalham, vivem, mas não sabem por que ou para que viver, pois atuam na vida de forma automática, seguindo impulsos que, como vimos, frequentemente são impulsos ideológicos que constituirão comportamentos ideologicamente determinados (Moreira, 2002, p.202).

3. Saúde Mental e Trabalho

A relação saúde/doença é um processo histórico, cuja dinâmica baseia-se em três dimensões, interdependentes e, às vezes, contraditórias: biológica, psicológica e social.

A dimensão biológica e genética expressa transformações sucessivas ao longo do tempo. O fisiológico e o psicológico são campos de transformações mais imediatas do que o biológico: "O indivíduo está na sociedade e a sociedade está no indivíduo". (Codo & Sampaio, 1995, p. 89).

A saúde mental, conceituada por Pichon-Riviére (1995), enfatiza a relação mútua entre sujeito e doença mental. A saúde mental é o aprendizado da realidade, através da compreensão, enfrentamento e manejo criador/integrador dos conflitos.

Fernandes, Melo, Gusmão, Fernandes e Guimarães (2006) em uma revisão sobre o tema saúde mental e trabalho classificam e descrevem cinco vertentes analíticas utilizadas na compreensão do fenômeno: desgaste, condições gerais de vida e trabalho, estresse, ergonomia e psicopatologia do trabalho. Segundo os autores, cada uma delas fornece aportes importantes sobre a relação em estudo. Dentro da abordagem do desgaste, procura-se verificar quais são as condições de trabalho passíveis de provocar, dada a sua carga elevada, distúrbios mentais. Dentro dessa linha, encontram-se estudos de cunho mais objetivo que buscam estabelecer relações causais entre aspectos do trabalho e saúde mental. A segunda abordagem tenta uma visão mais holística, fazendo ligações entre as condições laborais e sócio-econômicas dos indivíduos como produtoras de saúde e bem estar. O estudo do estresse é uma vertente parecida com a abordagem do desgaste, com a utilização da variável interveniente estresse como mediadora do processo, isto é, o desgaste ocorre ou não dependendo da apreensão das condições internas e externas pelo indivíduo. Assim também a abordagem ergonômica procura evidenciar as inter-relações entre os vários aspectos das condições e organização do trabalho, centrando sua análise sobre a atividade do trabalhador, para verificar as repercussões dessas sobre a saúde mental. Na psicodinâmica do trabalho, por outro lado, a saúde mental é um processo dinâmico e multifacetado, envolvendo as estruturas organizacionais, a organização do trabalho, as relações intersubjetivas e os trabalhadores enquanto sujeitos do processo. Cabe a eles a integração e resolução do sofrimento envolvido. O aparato psíquico é o lugar privilegiado onde se expressam os efeitos da

organização e condições de trabalho (Dejours, 1984).

A preocupação com a relação saúde mental e trabalho é relativamente moderna, na medida em que as transformações no mundo do trabalho levaram ao aparecimento de um número maior de afastamentos e queixas dos trabalhadores relacionados ao cansaço, angústia, apreensão, medo e depressão (Kalman, 2004).

Tennant (2001), a partir da abordagem do estresse, relaciona as condições e organização do trabalho ao aparecimento da depressão. Em uma revisão extensa sobre o assunto conclui que experiências de estresse relacionadas ao trabalho contribuem para a depressão e que fatores ocupacionais "estruturais", que podem ser diferentes, dependendo da ocupação, também podem contribuir para desordens psicológicas.

Queiroz (2003), estudando a fadiga em operadores de teleatendimento, mostra como os indivíduos, que apresentam um menor índice de fadiga, são menos afetados pela introjeção das metas e objetivos da instituição, desenvolvendo estratégias psíquicas eficientes para o enfrentamento de suas condições de trabalho.

Assim também, Busnardo (2003) divide seus entrevistados-trabalhadores em três grupos de indivíduos: os que encarnam as metas da empresa como suas; os que percebem a relação perversa embutida na política gerencial, mas não conseguem ter uma visão mais crítica sobre ela, e os que percebem e combatem a nova ordem. Neste último grupo, encontram-se os trabalhadores com mais de 15 anos de empresa e que, na vivência histórica, estabelecem uma separação mais saudável entre os objetivos coletivos dos trabalhadores e os do capital.

A partir deste cenário atual das condições de trabalho é que foram levantadas algumas hipóteses sobre as causas do adoecimento emocional dos indivíduos de nossa pesquisa original. Não foi por acaso que o trabalho apareceu como tema associado à experiência vivida na depressão no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos (Moreira, 2007).

O ambiente de trabalho vem influenciando consideravelmente a vida dos indivíduos, especialmente porque é no trabalho que o indivíduo passa a maior parte de seu tempo e onde estabelece grande parte de seus vínculos sociais. Se o ambiente e os vínculos estabelecidos forem pobres e hostis, pode-se pensar em um adoecimento. O ambiente de trabalho se torna um local propício para o aparecimento de patologias de toda ordem, em especial das psicopatologias, sendo a mais comum delas a depressão.

4. Procedimentos Metodológicos

A metodologia da pesquisa que originou este estudo considerou a população de pacientes diagnosticados com depressão, ou com uma história de depressão, no Brasil, Chile e Estados Unidos. A amostra completa daquela pesquisa transcultural consistiu de 72 adultos, 22 no Brasil, 20 no Chile e 20 nos Estados Unidos. Cada sub-amostra foi composta tanto por homens como por mulheres. Os sujeitos colaboradores foram convidados a participar da pesquisa no Núcleo de Atendimento Psicológico (NUSPA), na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) em Fortaleza; no *CAP - Centro de Atención Psicológica*, de la Universidad de Santiago de Chile em Santiago; e no *Center House*, em Boston. As entrevistas foram realizadas por bolsistas de iniciação científica com treinamento no método fenomenológico, em Fortaleza e em Santiago, em pela pesquisadora principal desta pesquisa em Boston. O critério de inclusão era que o sujeito-colaborador tivesse uma história de depressão, fossem nativos e residentes respectivamente no Brasil, Chile e Estados Unidos, adultos entre 25 e 55 anos com educação escolar média, que assinassem uma declaração escrita de que desejavam participar da pesquisa (MOREIRA, 2007; 2009).

A pergunta norteadora da entrevista, usando o modelo fenomenológico de pesquisa, foi: "*Que relações você encontra entre seu modo de viver e a sua depressão?*". As entrevistas foram transcritas, (respectivamente para português, espanhol e inglês) e duraram em torno de 30 a 60 minutos. A análise da informação foi analisada de acordo com Moreira (2004; 2009), através dos seguintes passos: a) Transcrição da entrevista; b) Divisão do texto original (transcrição literal da entrevista) em seções, de acordo com o seu "tom" (Moreira, 2001); c) Análise descritiva dos significados que emergiram de cada seção; e d) "Saindo dos parênteses." O foco da análise, neste quarto passo, é o retorno à hipótese (em termos fenomenológicos, "colocando entre parênteses" significa que a hipótese será esquecida durante os primeiros passos para que, então, o pesquisador esteja aberto e atento a todos os conteúdos que emergem - o fenômeno - e não somente ao que ele está procurando). As entrevistas foram transcritas em seu idioma de origem e, em seguida, analisadas fenomenologicamente (Moreira, 2007; 2009).

Tal como havia sido feito na pesquisa anterior, foi utilizado o método fenomenológico crítico para re-analisar as entrevistas. Foram re-analisadas fenomenologicamente, com base no método fenomenológico crítico (Moreira, 2004, 2009), as entrevistas de 72 pessoas adultas, de ambos os sexos, que tinham o diagnóstico de depressão (n = 30 em Fortaleza, n = 22 em Santiago, e n = 20 em Boston), que constituíram a amostra da pesquisa anterior sobre a depressão no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos (Moreira, 2007; 2009). A re-análise teve como foco o tema emergente "trabalho". Este desdobramento, aqui relatado, teve como objetivo aprofundar a compreensão da relação entre trabalho e depressão.

As etapas utilizadas na re-análise destas entrevistas foram: 1) Divisão da entrevista transcrita em movimentos, segundo o tom da mesma buscando suas articulações de

sentido; 2) Análise descritiva dos significados emergentes de cada movimento com foco no trabalho, ou seja, foi analisado em que medida o tema trabalho estava presente nos significados emergentes das falas dos sujeitos colaboradores; e 3) "Sair do parênteses", quando focalizamos especificamente a mútua constituição entre trabalho e depressão na experiência relatada pelos entrevistados, articulando com a revisão teórica que havíamos "colocado entre parênteses", sempre lembrando, com Merleau-Ponty (1945) que a redução nunca se completa, ou seja, nunca deixamos totalmente de lado nossos conhecimentos já que somos inerentemente enraizados no mundo, como seres mundanos (Moreira, 2004; 2007; 2009).

5. Resultado e Discussão 5.5. Resultado

Das 72 entrevistas re-analisadas, 17 tinham o trabalho como tema associado à depressão (n = 8 em Fortaleza, n = 7 em Santiago, n = 2 em Boston). Encontramos os seguintes sub-temas relacionados ao trabalho:

5.1. Excesso de trabalho e estresse

No Brasil e no Chile os entrevistados se referem em suas falas ao excesso de trabalho e estresse, associados à sua depressão:

Eles eram assim: eles queriam tudo pra ontem, sabe? Não perdoavam um erro seu. Era uma brutalidade, tratavam como se a gente fosse escravo e eu sou muito sensível, sou muito sentida. Aí eu chorava todo dia... Todo dia eu chorava acolá. Como se quisesse mesmo obrigar a gente a pedir as contas pra não pagar a gente o direito que a gente tem. (pausa). Aí, eu fiquei muito nervosa, eu fiquei machucada, aí eu cheguei aqui foi que a moça me deu licença e eu tô de licença até hoje. Aí eu não me recuperei do meu problema.

"Mi trabajo es estresante, es, es loco digo yo, es estresante, es un trabajo, con mucha bulla, mucho teléfono, radio, grito, cliente, respuesta, malos tratos de repente, peleas entre compañeras por un servicio, por otro, es estresante".

O estresse e a angústia podem ser desencadeados por vários fatores desfavoráveis no ambiente de trabalho, desde aspectos físicos como a contaminação do ambiente, máquinas e equipamentos inseguros e inadequados, entre outros, a aspectos organizacionais, entre eles, o excesso de trabalho, a alta demanda e a falta de flexibilidade. Estes últimos têm sido mais fortemente apontados como desencadeadores de transtornos mentais e vêm sendo uma constante na atual configuração dos ambientes de trabalho. (Figueiroa; Schufer; Muiños; Marro & Coria, 2001; Glina, Rocha, Batista & Mendonça, 2001; Maslach E & Leiter, 1999).

Observa-se que o excesso de trabalho não aparece na amostra norte-americana, mas apenas nas realidades brasileira e chilena. O excesso de trabalho tem, possivelmente, uma conotação positiva nas realidades norte-americana e canadense: não é raro encontrar os chamados *workaholics*, pessoas viciadas em trabalho que tendem a investir todas as suas energias no trabalho, excluindo as outras partes de suas vidas (Kemeny, 2002; Porter, 2001; Robinson, 2000). Para algumas empresas, os *workaholics* são vistos como funcionários exemplares, devido à sua disposição para o trabalho (Peiper & Jones, 2001).

5.2 Desemprego

Tanto brasileiros, como chilenos e norte-americanos associam a sua depressão à experiência de desemprego:

(A depressão) é problema mesmo de família desempregada, né? Os filho da gente não tem emprego, a gente tem que dá de comer, o salário do marido é pouco, aí a gente fica mais assim, dependendo

dos filho, a gente não quer ver ninguém sofrer, principalmente sendo os filhos da gente, né? Aí as crise da gente vem e aumenta mais, a depressão da gente aumenta mais.

"(...) se eu ganhasse na loteria eu ficava bom da depressão na hora!"

En realidad lo que a mi mas me, me preocupa es, es la situación económica no mas, ah eso me lleva todo al, al no en la boca, y porque mis hijos, tengo 3 niños estudiando y en realidad no me exigen, pero piden, entonces yo con el no, no, y también me hace mal eso.

Ah, I feel depressed when I'm not working, when I don't have the money, you know, I get depressed like that and I feel depressed when I don't have enough food to eat when I don't have the money to supply.

Ainda que esteja presente também na chilena e norte-americana, a questão do desemprego associada à depressão apareceu principalmente na realidade brasileira, onde os entrevistados se referem com bastante frequência a esta situação. Este resultado reflete as economias dos três países e se relaciona, provavelmente, ao maior amparo que os desempregados têm no Chile e Estados Unidos. No Brasil, no entanto, o desemprego vem, em geral, acompanhado de grande insegurança em relação ao próprio futuro e ao da família, sendo frequentemente associado à depressão (Santos, 2007; Santos, 1992; 2000).

5.3. Insatisfação com a função

A insatisfação com o tipo de trabalho é associada à experiência de ter depressão na fala de um entrevistado no Brasil:

É, se eu mudasse de emprego, mudasse de função, ou se eu mudasse de emprego. Eu acho que talvez eu conseguisse melhorar, pelo menos o meu potencial,

assim o meu dia-a-dia, o estresse, eu acho que talvez diminuísse um pouco. Talvez eu ficasse um pouco mais feliz, fazendo o que eu realmente gosto. Porque lá no hospital, fugiu totalmente o que eu fazia antes. Aí fui remanejada de setor. Me tiraram da enfermagem para fazer supervisão e é uma coisa que eu acho que não me faz muito bem. Aí depois eu não estou mais na supervisão, fiquei com todas as compras do hospital. É uma coisa que eu não gosto de fazer.

Atualmente, com as novas formas que o trabalho vem adquirindo, os indivíduos encontram-se constantemente diante do conflito de exercerem funções que não lhes proporcionam prazer. O trabalho vem deixando de ser um local de realizações pessoais, para tornar-se um local de frustrações, onde os indivíduos não se reconhecem mais nas tarefas que executam. Dejours (1984) descreve bem essa condição, relacionando-a aos ambientes de trabalho e Sennet (2006) mostra como a cultura do novo capitalismo, altamente individualista e descompromissada, destrutiva em relação aos vínculos afetivos, torna os espaços sociais do trabalho cada vez mais hostis e frios, que exigem dos indivíduos adaptações psicológicas nem sempre saudáveis. As pessoas não exercem uma determinada função por gostarem ou se sentirem motivadas, mas por necessidade. Necessidade essa, por sua vez, proveniente do empregador e não do empregado. As consequências disto é que as pessoas estão se tornando descrentes, mantendo-se distantes e procurando não se envolver emocionalmente (Maslach & Leiter, 1999), o que contribui, segundo os entrevistados, para a depressão.

5.4. Baixo salário

No Chile o baixo salário faz parte do fato de ter depressão:

También el problema económico, eso también influye harto, porque mi marido

no es un buscador de vida, él trabajó todo el tiempo, desde yo que lo conozco en una empresa y la empresa, en vez de aumentarle los sueldos se lo han ido rebajando, rebajando, que en estos minutos están en cien mil pesos y el que quiere trabaja y el que no se va, y él lleva 27 años en esa empresa y siempre ha estado ahí, y digo yo que se cambie, que busque otros horizontes, me dice no porque ya estoy viejo, a donde me van a recibir, y siempre ha estado ahí, entonces yo tengo que hacer, maravillas con la plata, con todo, y si no me alcanza.

Neste trecho é apresentado o caso de uma mulher chilena que se angustia com a baixa remuneração do seu marido, a qual ela julga não ser justa, visto que ele trabalha a muitos anos na mesma empresa. A questão salarial é uma constante no mundo atual do trabalho. Os funcionários se sentem doando cada vez mais seu tempo, levando trabalho para casa, trabalhando depois do horário, mas não se vêem recompensados. Isto gera mais sofrimento para os indivíduos, visto que não se sentem reconhecidos pelo seu trabalho, levando ao desgaste físico e emocional.

A questão dos baixos salários é mais freqüente nos países em desenvolvimento e se relaciona com a questão anterior do desemprego, aumentando a angústia e levando à depressão. No Brasil, por exemplo, a relação entre baixos salários e desemprego é evidente, como afirmam Barros, Corseuil e Cury (2000). A situação é perversa uma vez que, mesmo insatisfeito com o trabalho e o salário, os trabalhadores percebem que o afastamento desse trabalho não é possível, pois têm poucas chances de conseguir um outro emprego.

5.5. Competitividade

A questão da competitividade como associada à depressão aparece explícita nas falas norte-americanas: "I remember, I had like hummm (pausa)

'work depression' (...) Yeah, I had work depression (...) You know, it's hard, it's like if I do no good, you know, what ever I do I do no good".

Neste trecho, um cidadão americano retrata sua depressão como tendo origem no trabalho: uma "work depression" (depressão do trabalho). Ele relata que tenta sempre fazer o melhor, que quer estar no topo, sem nunca chegar lá, e isso o deprime. Neste caso, o reflexo da cultura capitalista norte-americana, eminentemente competitiva, fica evidente (Antunes, 2005; Sennett, 2006).

Este modelo vem sendo incorporado pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, em especial nas empresas privadas, onde as estratégias utilizadas para o aumento da produtividade estimulam a competitividade interna. Algumas práticas e políticas das empresas exaltam aqueles que produzem mais, como a eleição do funcionário do mês. Esse funcionário é, em geral, aquele que trabalha muito, produz muito, está sempre sorrindo e ainda consegue ter um bom relacionamento interpessoal com os colegas. Muitas vezes são colocadas fotos desses funcionários em um local onde todos possam ver, para servir de "exemplo" para os demais. Esta prática acaba por gerar nos funcionários, principalmente naqueles que não estão dentro dos padrões exigidos, um sentimento de incapacidade e de insegurança, levando, portanto, a sentimentos depressivos e baixa auto-estima.

A situação foi descrita por Aubert (2001) como "neurose da excelência". A "neurose da excelência" decorre da "luta constante que mantemos para satisfazer os ideais de excelência que caracterizam nossa sociedade e que certas empresas encarnam com particular acuidade". Nesse contexto, o indivíduo adquire a personalidade da empresa em detrimento de si mesmo, seus ideais não são seus, mas de outros, da empresa. Trata-se de uma situação perniciosa, de uma violação da personalidade e usurpação dos objetivos e desejos individuais, que incita os indivíduos a

irem além de seus limites e a competirem entre si, violentando sua saúde e bem estar.

6. Conclusão

Este estudo corrobora as pesquisas que mostram o sofrimento a que levam as novas configurações em que o trabalho vem se estruturando. Como o fenômeno é mundial, dadas as possibilidades de comunicação e competição, provenientes da chamada globalização, as experiências vividas, em relação ao trabalho ou ao não trabalho, são bastante similares, incluindo suas conseqüências, entre elas, a depressão.

No entanto, dado seu caráter qualitativo, que, vale lembrar, não tem o intuito de generalizações, este estudo contribui para uma compreensão mais acurada da experiência vivida, indicando que, ainda que similares, a experiência vivida se diferencia qualitativamente em alguns pontos nos três países, indicando que a situação, bem como a cultura, são constitutivos da depressão, tanto quanto seus aspectos bioquímicos (Moreira, 2002; Moreira, 2007; Moreira & Freire, 2003). Não se trata de pensar que a cultura influencia a patologia da depressão, mas sim de compreender como cada cultura é constitutiva da experiência de adoecer.

Assim, pode-se observar que o desemprego - o não trabalho - foi colocado apenas no Brasil e no Chile, países em desenvolvimento; este tema não aparece nos Estados Unidos. Uma outra diferença que chama a atenção é o fato do excesso de trabalho, que aparece no Brasil e no Chile, também não estar presente nas falas dos entrevistados nos Estados Unidos como algo que gera sofrimento e contribui para a depressão. Isto possivelmente estaria relacionado a aspectos culturais daquele país, onde o excesso de trabalho seria algo "bem vindo" em uma cultura de hiper-valorização do trabalho. Por outro lado, ainda que a competitividade apareça nas entrelinhas das falas brasileiras e chilenas, nos norte-

americanos ela é marcante a tal ponto que leva um dos sujeitos colaboradores a nomear sua experiência de "depressão do trabalho", o que, possivelmente, também estaria relacionado à cultura excessivamente competitiva norte-americana. Para além dos constituintes específicos presentes nas três culturas estudadas, esta pesquisa mostra como situação vivida no trabalho pós-moderno, globalizado, contribui para a chamada epidemia de depressão que vivemos nos dias atuais.¹

Referências Bibliográficas

Antunes, R. (2005). *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a nova Morfologia do Trabalho*. São Paulo: Bomtempo.

Aquino, R. S. (1999). *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record.

Aubert, N. (2001). A neurose profissional. Em: J-F. Chanlar. (Org). *O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas*. (p. 163-193). São Paulo: Atlas.

Barros, R. P., Corseuil, C. H. & Cury, S. (2000). Salário mínimo e pobreza no Brasil: uma abordagem de equilíbrio geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 30 (2), 157-182.

Berlinck, M. (2000). *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta.

Braverman, H. (1987). *Trabalho e Capital Monopolista* (3- Ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

¹ Agradecimentos: A primeira autora agradece à FULBRIGHT, CAPES e UNIFOR pelo financiamento da pesquisa como projeto de Pós-Doutorado no Departamento de Medicina Social de Harvard Medical School (2002-2003), que originou o estudo relatado neste artigo. Agradece ainda à Byron Good (DSM-HARVARD), Irene Magaña (USACH-Chile), Karyne Melo (UNIFOR), Mary Gregorio (Center House, Boston) e à equipe do Laboratório de Psicopatologia e Psicoterapia Humanista Fenomenológica Crítica - APHETO por suas preciosas contribuições.

- Busnardo, A. M. (2003) Transformações no trabalho, luta operária e desenraizamento: a reestruturação produtiva no cotidiano e nas representações de trabalhadores metalúrgicos de uma empresa do ABC. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1, 15-35.
- Castel, R. (1998) *As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cattani, A. D. (1996) *Trabalho e autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Codo, W. & Sampaio, J. J. C. (1995) *Sofrimento Psíquico nas Organizações: Saúde Mental e Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dawson, A. & Tylee, A. (Eds.). (2001) *Depression: social and economic timebomb*. London: BMJ Publishing Group.
- Dejours, C. (1984). *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Oboré.
- Donkin, R. (2003) *Sangue, Suor e Lágrimas*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Ehrenberger, A. (2000). *La fatigue d'être soi: Dépression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Einarsen, S. (2005). The nature, causes and consequences of bullying at work: The Norwegian experience. *Pistes (online)*, 7 (3), 1-14. Recuperado em 15 de julho, 2006, de <http://www.pistes.uqam.ca/v7n3/articles/v7n3a1en.htm>.
- Fernandes, J. D., Melo, C. M. M., Gusmão, M. C. C. M., Fernandes, J., & Guimarães, A. (2006). Salud mental y trabajo: significados y límites de modelos teóricos. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*. 14 (5), 803-811.
- Figueiroa, N. L., Schufer, M., Muiños, R., Marro, C., & Coria, E. A. (2001) Um instrumento para avaliação de estressores psicossociais no contexto de emprego. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14 (3), 653-659.
- Glina, D. M. R., Rocha, L. E., Batista, M. L., & Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (3), 607-616.
- Kalman, C. (2004). Report of a system for diagnosis, categorizing and recording occupational mental ill-health. *Occupational Medicine*, 54 (7), 464-468.
- Kemeny, A. (2002). Driven to excel: a portrait of Canada's workaholics. *Canadian Social Trends (Spring)*. Statistics Canada, Catalogue No. 11-008, 2-7.
- Kleinman, A. & Cohen, A. (2001) A global view of depression from an anthropological perspective. Em A. Dawson & A. Tylee (Eds.), *Depression: Social economic and timebomb*. (pp. 11-16) London: BMJ Publishing Group.
- Lebauspin, I. & Mineiro, A. (2002). *O Desmonte da nação em dados* (2- Ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, M. S. (1999). Epidemiologia e impacto social. *Revista Brasileira de psiquiatria*, 21(sup. 1), 1-5.
- Maciel, R. H., Cavalcante, R. & Matos, T. G. R. (2007). Auto-relato de situações constrangedoras no trabalho e assédio moral nos bancários: uma fotografia. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 117-128.
- Maslach, C. P. & Leiter, P. M. (1999) *Trabalho: Fonte de Prazer ou Desgaste? Guia para Vencer o Estresse na Empresa*. Campinas, SP: Papyrus.
- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Moreira, V. (2001). *Más allá de la persona: hacia una psicoterapia fenomenológica mundana*. Santiago: Editorial Universitario Universidad de Santiago de Chile.

- Moreira, V. Psicopatologia Crítica. (2002). Em V. Moreira & T. Sloan. *Personalidade, Ideologia e Psicopatologia Crítica*. São Paulo: Escuta.
- Moreira, V. & Freire, J. C. (2003) La dépression dans la post-modernité: un desordre des affections ou l'ordre des desaffections?. Em B. Granger & G. Charboneau. *Phenomenologie des sentiments corporels* (Vol. II). Paris: Le Cercle Hermeneutique.
- Moreira, V. (2004) O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 447-456.
- Moreira, V. & Callou, V. (2006) Fenomenologia da solidão na depressão. *Revista Mental*, 7 (4), 67-83.
- Moreira, V. (2007). Critical phenomenology of depression in Brazil, Chile and the United States. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology(Online)*, 7 (2), 193-218.
- Moreira, V. (2009). *Clínica Humanista-Fenomenológica: estudos e em psicoterapia e psicopatologia crítica*. São Paulo: Annablume.
- Peiper, M. & Jones, B. (2001) Workaholics and overworkers: productivity or pathology? *Group Organization Management*, 26 (1), 369-393.
- Pichon-Rivière, E. (1995) *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Porter, G. (2001) Workaholic tendencies and the high potential for stress among co-workers. *International Journal of Stress Management*, 8 (2), 147-164.
- Queiroz, M. F. F. (2003). *Compreendendo o Conceito de Fadiga: Estudo de Caso dos Trabalhadores em uma Indústria Gráfica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Robinson, B. E. (2000). A Typology of Workaholics with Implications for Counselors. *Journal of Addictions & Offender Counseling*, 21 (1), 34-48.
- Sam, D. L. & Moreira, V. (2012). Revisiting the mutual embeddedness of culture and mental illness. Em W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes & D. N. Sattler (Eds.). *Online Readings in Psychology and Culture (online)*. (Unit 9, Chapter 1), Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington USA. Recuperado em 14 de junho de 2013, de <http://orpc.iaccp.org/index.php>.
- Santos, A. P. O. (2007) *Vivências de Depressão e sua Relação com o Trabalho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE.
- Santos, J. B. F. (1992). *Síndrome Subjetiva do Desemprego*. Fortaleza: SINE/CE, 1992.
- Santos, J. B. F. (2000) *O Averso da Maldição do Gênesis: a saga de quem não tem Trabalho*. São Paulo: Annablume.
- Schumaker, J. Cultural cognition and depression. (2001) In J. Schumaker & T. Ward (Eds.), *Cultural cognition and psychopathology*, (pp. 53-66). Westport: Praeger.
- Sennett, R. A. (1999) *Corrosão do Caráter: Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, R. A. (2006) *Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Shorter, E. Historical review of diagnosis and treatment of depression (2001). Em A. Dawson & A. Tylee (Eds.). *Depression: Social economic and timebomb*. London: BMJ Publishing Group.

Tennant, C. (2001) Work-related stress and depressive disorders. *Journal of Psychosomatic Research*, 51 (1), 697-704.

Notas sobre os autores:

Virginia Moreira: Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Doutora em Antropologia Médica pela Harvard University, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. E-mail: virginiamoreira@unifor.br.

Regina Heloisa Maciel: Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Professora titular do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. E-mail: rhmaciel@fortalnet.com.br.

Tha lita Queiroz de Araújo: Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. E-mail: thalitaqueiroz@hotmail.com

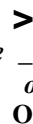
Recebidoem: 03/05/2013

Aceito em: 24/06/2013

REFLEXOES SOBRE A ANGUSTIA EM ROLLO MAY¹

REFLECTIONS ABOUT THE ANGUISH AT ROLLO MAY

Carlos Roger Sales da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Resumo

A fim de exibir algumas definições pilares sobre a angústia em Rollo May, apresento brevemente, em primeiro lugar, as nuances da postura fenomenológica de May na formação de sua Psicologia Existencial. Em segundo lugar, descrevo o conceito de autoconsciência, fenômeno exclusivamente humano e necessário à vivência e compreensão do estar-angustiado. Por último, mostro os conceitos de Rollo May que descrevem a experiência da angústia como fenômeno em que emerge ao humano em suas possibilidades existenciais de escolha, exercício paradoxal de liberdade e de tensão.

Palavras chave: Rollo May; angústia; autoconsciência; existência.

Abstract

In order to show some definitions to pound on the anguish in Rollo May, I present shortly, in first place, the nuances of the phenomenological posture of May in the formation of his Existential Psychology. In second place, I describe the concept of self perception, exclusively human phenomenon and necessary to the experience and understanding of being-anguish. For last, I show the concepts of Rollo May that describe the experience of the anguish like phenomenon in which it surfaces to a human one in his existential possibilities of choice, paradoxical exercise of freedom and tensión.

Key-words: Rollo May; anguish; self perception; existence.

Resumen

Con el fin de mostrar algunos ajustes en los pilares acerca de la angustia en Rollo May, brevemente presentes, en primer lugar, los matices de la postura fenomenológica de May en la conformación de suya Psicología Existencial. En segundo lugar, se describe el concepto de sí mismo, fenómeno exclusivamente humano y la experiencia necesaria y la comprensión de la estar-angustiado. Por último, aparecen los conceptos de Rollo May que describe la experiencia de la ansiedad como un fenómeno que surge en el

¹ Esta é uma versão ligeiramente modificada de uma palestra proferida no / *Coloquio de Psicopatologia Fenomenologica* realizado no Curso de Psicologia da UFC/Campus Sobral, em 25 de Janeiro de 2013.

ser humano em suas possibilidades existenciais de la elección, el ejercicio paradójica de la libertad y la tensión.

Palabras Clave: Rollo May; angustia; auto-conciencia; existencia.

1. Introdução

Rollo May (1902-1994), antes de tornar-se psicólogo, foi ainda bem jovem (na casa dos 20 anos) um artista itinerante na Europa; pintando, desenhando e estudando arte (Feist & Feist, 2008). Obrigado a *ver, contemplar*, para se fazer artista, estimulando sua sensibilidade estética, podemos perguntar: será que essa experiência de presenciar e viver outros ares culturais, lhe permitiu uma primeira aproximação ao universo multifacetado do humano com um olhar desprovido de sistematizações teóricas filosóficas e psicológicas? Será que tal vivência não lhe ensinou um pouco da postura e atitude dita "fenomenológica", cultivando um olhar e deixando-se alumiar à sua consciência vivente o brilho dos fenômenos? E entre tantos "fenômenos humanos", não teria vivenciado entre eles a angústia?

A Psicologia Existencial por ele constituída em solo norte americano é fruto tardio, creio eu, não só do contato que ele tivera com a psiquiatria existencial emergente na Europa na primeira metade do século XX, por exemplo, ãas figuras de Binswanger, Jaspers, Minkowski, Straus (May, 1988); mas destas experiências primeiras de interrelação com o "diferente" (não só como artista, mas inclusive como estudante de Seminários de psicologia e psicanálise que participou ainda na Europa), promovendo uma intersubjetividade compreensiva, embasadas numa postura fenomenológica. Provavelmente isso contribuiu para tê-lo encaminhado à clínica, levando tudo o que experienciara e aprenderá, desejando ainda mais compreender o mundo vivido de seus pacientes.

Este breve estudo intenta refletir sobre a noção de *angústia* em Rollo May. Para

tanto, apresentar-se-á a postura fenomenológica de May na formação de sua Psicologia Existencial. Em seguida, análise o conceito de *autoconsciência*, fenômeno distintivamente humano e necessário à vivência e compreensão da angústia; e por fim, descrevo a experiência da angústia como fenômeno em que emerge ao humano em suas possibilidades existenciais de escolha, exercício paradoxal de liberdade e de tensão.

2. Aspectos fenomenológicos em Rollo May

Rollo May, no capítulo que dedica à origem e o significado da Psicologia Existencial, que consta na obra *A Descoberta do Ser*, falando do lugar de terapeuta que efetivamente ocupava, põe a claro, em forma de pergunta, seu débito para com uma forma de pensar *fenomenológica*. Nos inquiri ele, "podemos ter certeza de que vemos o paciente como realmente é, conhecendo-o em sua própria realidade? Ou estaremos vendo apenas uma mera projeção de nossas teorias acerca dele" (May, 1988, p.39)

Longe de ser uma questão retórica, May nos coloca uma provocação que pode ser resumida assim: podemos nos abrir para o outro em sua singularidade pessoal e diferente mediante uma atitude fenomenológica, desprovidas de "a priori" teóricos, incluindo aí as nossas próprias construções conceituais que foram hauridas dos vários sistemas psicológicos ao alcance das nossas mãos?

Certamente este tipo de pergunta não é novo dentro da região conquistada pelos diversos enfoques existenciais-humanistas em psicologia. Explícita ou implicitamente encontramos-a na ACP, na Gestalt-Terapia, ãas ideias de Gendlin sobre a focalização, e outros psicólogos que sustentam uma postura marcada pela herança fenomenológica

husserliana, ou que dela se beneficiaram ainda que por caminhos difusos. Com May não é diferente.

O que ele atentou muito argutamente é que não há condições de existir uma observação desprovida de uma teoria qualquer que a determine. Escreve ele,

É importante lembrar, também, que todo método científico é baseado em pressuposições filosóficas. Essas pressuposições determinam não somente o quanto de realidade o observador pode perceber com o uso deste método em particular - são, na verdade, as lentes pelas quais ele a percebe - mas também se aquilo que está sendo observado é pertinente ou não a problemas reais e, conseqüentemente, se o trabalho científico irá perdurar (May, 1988, p.48).

O pensamento hermenêutico contemporâneo, partindo das reflexões de Martin Heidegger e brilhantemente aprofundado pela hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, dirá que sempre vigora a mediação de uma pré-compreensão quando visamos para este ou aquele fenômeno, objetificando-o de acordo com as lentes que temos diante dos olhos. No nosso caso aqui, pelas perspectivas advindas das ciências psicológicas.

A ciência, sabemos, trata de pesquisar os entes enquanto objetos factuais passíveis de serem submetidos a verificações empíricas em concordância com critérios estabelecidos pela comunidade científica vigente. Porém, a fenomenologia, compreendida como uma "pesquisa daquilo que se mostra a partir de si mesmo" (Oliveira, 2001, p.208), prepara um *solo hermenêutico* apropriado para trazer à baila o sentido do ser humano em situação: como quando ele se mostra como acontecimento ativo no mundo, em suas atividades, em suas performances, em seus silêncios, em suas lógicas, em suas nuances virtualmente inacabáveis... Daí que nossas "teorias fenomenológicas" não deixam de criar uma *situação hermenêutica* onde o humano mostra-se em seu brilho do modo que for, permitindo-nos vê-lo desde esse

horizonte interpretativo, decifrando sentidos sempre emergentes. Delineada deste modo, a fenomenologia, longe de ser um "pressuposto" que deveria estar "ausente" para a efetivação do procedimento da *Redução Fenomenológica*, pode ser descrita como um campo no qual floresce os sentidos cambiantes (as "essências" de falava Husserl) do existir humano, sejam eles quais forem.

É nesta exigência de rigor, para além dos cientificismos muitas vezes exagerados do seu tempo, que May assume um espírito fenomenológico, cultivado por suas demandas advindas da clínica para poder encontrar segurança em transitar pelo mundo existencial de cada um de seus pacientes, pois "devemos conhecê-lo e ser capazes, ao menos em parte, de existir nele se quisermos ter alguma chance de conhecer o paciente" (May, 1988, p.40).

Do exposto, fica claro o modo como May pensa e constrói seu corpo de teorias dado o privilégio indubitável que ele concede a um pensar fenomenológico na sua Psicologia Existencial. A fenomenologia, que é também um método de conhecimento, convive bem com um pensar meditativo e ativo de ordem existencial: são atitudes diferentes que podem ser alternar no âmago do pesquisador psicólogo. Pensó que é isso o que acontece com May. E a ele aplico as palavras de Arthur Tatossian (2006) que me parecem adequadamente descritiva da atitude fenomenológica. Escreve o eminente psiquiatra fenomenólogo que

a paciência, e mesmo a lentidão, são virtudes fenomenológicas e as grandes sínteses, brilhantes e originárias, são antes próprias a um pensamento existencial que se arrisca em perder as raízes fenomenológicas que ele pode ter inicialmente (p.56).

Mas não creio que May tenha "perdido" suas raízes fenomenológicas. Pensó que elas apenas tenham ficado *difusas*, meio esmaecidas, carente de uma conceituação mais aprofundada na Psicologia Existencial; porém, razoavelmente ativas.

3. Autoconsciência

Em seu texto, *Ansiedade e Valores*, May atesta que para compreender a angústia é preciso deter-se antes nesta "capacidade distintiva" do humano que é a *autoconsciência*.

De uma maneira bastante singular, May encara a autoconsciência como a "capacidade do homem para situar-se fora de si, para conhecer-se tanto como sujeito como objeto da própria experiência, para ver-se como a entidade que atua em um mundo dos objetos" (May, 1968, p.114). Logo, esta autoconsciência não é mera consciência de si como se nos percebéssemos como uma coisa entre coisas no mundo, mas como um tipo de compreensão que nos permite dar-mo-nos conta de nosso ser em situação, atirado no mundo sem planos prévios de como agir, pensar e sentir. Desamparados assim, vamos "nos virando" do jeito que podemos com o advento da percepção de nos sentirmos indefesos; e esta consciência ampliada de nossa situação a nos solicitar sentidos, significados a esta vida sem sentidos a priori. A estes, May chama de "valores" e são frutos de nossas construções interativas com os valores culturais nos quais vivemos e nos formamos. A autoconsciência nos joga "na cara" o quão existir comporta riscos a que estamos sujeitos; e envolve também arriscar-se quando se tem por meta ir um pouco (ou mais) além do que se é hoje a fim de nos tornarmos o que somos, parafraseando um conhecido dito de Nietzsche.

Descrita nestes termos, a autoconsciência, segundo May, passa longe da ideia de uma "instância psíquica", ou mero "processo psicológico". A autoconsciência estaria mais para uma espécie de *atenção modulada existencial* de caráter ativo na decifração de si. Portanto, e ainda de acordo com May, a autoconsciência proporcionaria ao humano abstrair de sua situação e refletir sobre ela tanto como sujeito como objeto. E se pode "sair de si", pode transcender o momento presente, recordar, resignificar

sua história de vida (o passado); esperar e planejar o porvir (futuro).

Assim, o humano é o ente que decifra a si mesmo, consciente e imerso no seu cotidiano (o tempo sempre fluí): esta decifração é transitória, incompleta, manca, posto que o humano, compreendido como *existência*, ainda está a caminho, encontra-se "devindo" em meio ao elemento incontornável do tempo. E se "existe", o humano é *possibilidade*: caminhos abertos (ou quase) na sua atualidade os quais nem sempre nos dão garantias positivas, uma vez que os reveses da sorte podem voltar-se contra nós. E como não podemos "escolher não escolher", se chega a nós um daqueles momentos ímpares, sublimes do existir, com aquele jeito de simpatia antipática, parafraseando Kierkegaard: momento da *angústia*.

4. Reflexões sobre a Angústia em Rollo May

Antes de tudo, é preciso que eu faça um rápido esclarecimento de uma decisão particular nos usos dos termos a seguir.

May utiliza largamente do termo inglês *anxiety* (ansiedade) nas suas explicações sobre a angústia. Em *A Descoberta do Ser* (1988), ele justifica a escolha deste termo a outros disponíveis em sua língua, embora o considere "muito fraco". Um deles é *anguish* (angústia). Talvez ele tivesse sido mais feliz se tivesse optado por este último, pois certamente nomearia melhor o que ele (May) estava descrevendo, assemelhando-se também aos sentidos existentes na língua portuguesa os quais se resumem na palavra ***angústia*** que usarei de agora em diante.

A angústia, como May a compreendia, não se tratava de uma espécie de afecção psíquica, ou sintoma de alguma "outra coisa" antecedente. Em certo sentido, a angústia veicula um sentido próprio ao existir humano: um nível *ontológico*. E May percebia esta presença angustiante nas posturas e no discurso de seus pacientes. Por outros termos, as inquietações de May partiam do contexto clínico e a ela retornavam

entremeadas por uma especulação filosófico-existencial impregnada pelo vivido daqueles que acompanhava.

No entender de May, a angústia "é o estado do ser humano na luta contra aquilo que iria destruir seu ser" (May, 1988, p.35). Mais a frente ele amplia e complementa seu conceito de angústia descrevendo-o como o "estado subjetivo de conscientização por parte do indivíduo de que sua existência pode ser destruída, de que ele pode perder o próprio ser e seu mundo, que pode transformar-se em 'nada'" (May, 1988, p.120-121).

Ora, em se falando de falando de "estado subjetivo de conscientização", May já nos dá um lembrete: a angústia não é algo "difuso", como se não fosse possível identificar o que nos angustia. Isso vai na contramão até mesmo de uma definição etimológica da angústia, tal como a de Cuvillier (1976) que traduz este vocábulo como um "mal-estar constituído, a um tempo, de um temor sem objeto bem determinado e de sensação física de constrição" (p.08). Em May, transitando pelo processo clínico, ganharíamos condições de adentrar nos meandros da angústia, nos aproximar mais ainda deste mal estar e delinear para nós mesmos de que nos angustiamos. Porém, o que nos angustia?

Em termos gerais, o que nos angustia é aquilo que May, conforme dito mais atrás, chama de "valores", isto é, significados atribuídos pelo humano à própria existência. Paradoxalmente, as possibilidades disponíveis ao humano, suas *aberturas* existenciais propiciadoras do poder-escolher, exercício de sua destinação no devir temporal fático, parecem configurar-se como o que há de mais *opressor, estrangulado* numa palavra, *angustiante*.

A possibilidade de escolha nos aponta caminhos. Mas qual ou quais escolher? As garantias são poucas ou meio nebulosas em alguns trajetos; outras vias, não se sabe ao certo onde vão dar, ou não se sabe mesmo. As expectativas permanecem se a configuração existencial presente solicitar ou

exigir que escolhas sejam feitas e nos aperreamos em meio à angústia que está a fazer morada em nosso ser. Escreve May (1988)

Se não houvesse alguma possibilidade de abertura, alguma potencialidade lutando para 'nascer', não experimentaríamos a ansiedade [*angústia*]. Esta é a razão pela qual ela é tão fortemente ligada ao problema da liberdade. Se o indivíduo não tivesse alguma liberdade, não importa sua brevidade, para dar vazão a uma nova potencialidade, ele não experimentaria a ansiedade (p.123).

E já que nossos valores, como descreve May, não são blindados contra o devir e as inevitáveis mudanças, estas mesmas experiências as quais nos trazem certa tranquilidade e segurança são "estranguladas" pela angústia, exigindo novas configurações, forçando-nos a sair de nossa zona de conforto. Se o humano enfrenta a situação angustiante em sua crueza e consciente de suas facetas, de modo que seja uma fonte de novas perspectivas construtivas para si, então, de acordo com May, o humano experimenta uma *Angústia Normal*. Entretanto, se o humano, por um forte receio ou pavor de sair de sua zona de comodidade, tende a recalcar esta experiência angustiante e seus elementos desencadeadores, ele está a vivenciar o que May qualifica de *Angústia Neurótica*. Nesta, é claro, o descompasso entre a experiência vital do humano (suas potencialidades) que se quer ir em frente, "devendo", fluindo, vão de encontro com os valores pessoais cristalizados, trazendo um forte conflito psíquico.

Olhando assim na superfície do conceito, parece tudo muito simples, bonito, poético até. Todavia, numa forma de angústia como em outra, o drama ontológico humano de ser ou não-ser mostra-se em sua amplitude e profundidade.

Na *Angústia Normal*, embora vigore uma clareza luminosa em seu experienciar, ela não é menos incômoda, dolorosa, e difícil de lidar, porque parece nunca haver certezas

(ou quase certezas) das escolhas a serem feitas: o humano só está ciente de que no ponto atual do seu existir já não pode ficar e, mesmo altamente receoso e amedrontado, ele prossegue. Ainda que a dureza da vida se mostre inclemente porque quase sempre ela não nos dá um lenitivo ao que ela é (crua e inclemente, ainda que digna de ser vivida), o humano opta por abrir outras perspectivas, outras veredas de existência. E aqui me recordo de um verso (infelizmente não me lembro do autor) que cai como uma luva: *Maldita voz da experiência, porque quase sempre está certa em quase tudo.*

Há um misto de intrigante de gratidão e raiva nestes versos por sermos entes carentes de sentido que só nos mesmos podemos nos dar.

Na *Anxústia Neurótica*, o conflito é simplesmente negado à autoconsciência e as ações do humano voltam-se para o "mesmo", para a "repetição" do viver, preservando significados muito íntimos e dos quais ele não está disposto a abrir mão. Diante de momentos críticos, o humano recua optando em não assumir-se e recaindo numa rigidez perceptual de si e de suas relações com o mundo, ainda que vez em quando perceba algo a mover-se em seu íntimo: certo desconforto difuso meio familiar, meio inominável, meio estrangeiro... Aqui é redundante afirmar mais uma vez tratar-se de *anxústia* não assumida, não posta para falar; calada, mas latejante. Embora a vida siga bem conhecida, prossegue amordazada uma ou mais potencialidades não nascidas; não cultivadas; não postas para voar.

Como o enfoque de May sobre a angústia é, como foi dito, de característica ontológica, e como ele nos conduz também suas reflexões para o âmbito clínico, faz sentido que ele diga que não é função do processo psicoterápico "libertar o paciente de sua angústia", mas colocar condições para que ele (o paciente) possa transitar por esta mesma angústia, saindo de um modo de ser neurótico de angustiar-se, para outro modo dito "normal", mas sendo ainda angústia; porém, colorida agora com os tons de

"crescimento e criatividade" (May, 1968). Não cabem aqui atitudes tutelares ou desesperadas por parte do terapeuta para apaziguar ou diminuir a intensidade da angústia do outro, sintomas de suas próprias angústias não trabalhadas. Ou seja, o próprio terapeuta encontrar-se-ia numa vivência angustiante neurótica e nega ao outro a vivência plena da angústia para não lembrar-lhe a própria.

Lidar com angústia é, antes de qualquer coisa, oportunizar aos nossos pacientes momentos de livre expressão de suas vivências, uma vez que se veiculam por elas os sentidos, os significados (seus valores de que fala May) do existir. As vivências, se forem encaradas de maneira flexível, tal como se apresentam a nós em seu brilho peculiar, e trabalhadas no livre curso do diálogo, também os valores (os significados) serão flexibilizados. O humano angustia-se e pela angústia ele percebe (sem muita clareza é verdade) qual ou quais vias seguir; só sabe que precisa prosseguir buscando revalorar (resignificar) sempre a existência e, por isso, poder dizer-se inconcluso, carente... humano.

Referências Bibliográficas

- Cuvillier, A. (1976). *Pequeño Vocabulario de Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Feist, J. & Feist, G.J. (2008). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: McGraw-Hill.
- May, R. (1988). *A descoberta do ser: estudos sobre a psicologia existencial*. Rio de Janeiro: Rocco.
- May, R. (et al). (1968). *La angústia normal y patológica*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Oliveira, M.A. (2001). *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Tatossian, A. (2006). *A fenomenologia das psicoses*. São Paulo: Escuta.

Nota sobre o autor

Carlos Roger Sales da Ponte: Psicólogo; Mestre em Psicologia e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Assistente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (Campus Sobral) e Coordenador do Projeto de Extensao **VEREDAS** - *Círculo de Estudos em Fenomenología, Existencialismo e Psicologia Humanista.* E-mail:

ja rdí mphilo@yahoo.com.br

Recebidoem: 02/03/2013

Aceito em: 25/07/2013

ENVEREDANDO PELOS CAMINHOS DA ARTE: A TERAPIA OCUPACIONAL NA PRODUÇÃO DE SAÚDE DE SUJEITOS INFECTADOS PELO HIV

EMBARKING ON THE PATH OF ART: THE OCCUPATIONAL THERAPY IN PRODUCING HEALTH OF HIV - INFECTED SUBJECTS

Adriane do Socorro Costa Leite

Secretaria de Saúde de Maracanã-Pa

Adriane Henderson de Matos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Lucivaldo da Silva Araújo

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

3>

H

O

O

Resumo

A inserção da Terapia ocupacional no contexto da assistência em saúde ao sujeito infectado pelo HIV tem contribuído para a produção de novas maneiras de se fazer uma clínica preocupada em potencializar e afirmar a vida a partir da ampliação de possibilidades e da realização de novas conexões e experiências através do contato com o mundo da arte e da cultura. A pesquisa em questão objetivou ampliar as discussões sobre a apropriação dos recursos da Arte pela Terapia Ocupacional e compreender de que forma as atividades expressivas afetam o cotidiano do sujeito infectado pelo HIV. Os participantes foram usuários da Unidade de Referência de Doenças Infecciosas e Parasitárias (URE DIPE) de Belém do Pará. Os dados foram obtidos por meio entrevista semi - estruturada e da participação dos sujeitos em um grupo de atividades expressivas no setor de Terapia Ocupacional. As vivências no grupo repercutiram no cotidiano dos participantes, criando novas configurações e possibilitando descobertas que proporcionaram a apropriação de si e do sentimento de bem-estar, o que diretamente relaciona-se com a melhora na qualidade de vida dessas pessoas.

Palavras Chave: Terapia Ocupacional; Arte; Produção de saúde; HIV/AIDS.

Abstract

The inclusion of occupational therapy in the context of health care to the individual infected with HIV has contributed to the production of new ways of doing a clinic concerned with empowering and affirming life from the expansion of possibilities and the realization of new connections and experiences through contact with the world of art and culture. The research project aimed to broaden the discussion on the appropriation of the resources of art, by Occupational Therapy and understand how expressive activities affect the daily life of HIV-infected subject. Participants were members of the Reference Unit Infectious and Parasitic Diseases (URE DIPE) of Belem of Para. Data were collected through questionnaires, semi - structured interviews and participation in activities. Some results indicate

that the experiences in the group of Occupational Therapy impacted the everyday life of the subjects, creating new settings and enabling discoveries that provided the appropriation of self and sense of well-being, which directly relates to the improvement in quality of life of these people.

Keywords Occupational Therapy; Art; Production of health; HIV/AIDS

Resumen

La inclusión de la terapia ocupacional en el contexto de la atención de salud a la persona infectada con el VIH ha contribuido a la producción de nuevas formas de hacer un centro sanitario con la autorización y la afirmación de la vida de la ampliación de las posibilidades y la realización de nuevas conexiones y experiencias a través del contacto con el mundo del arte y la cultura. El proyecto de investigación tuvo como objetivo ampliar la discusión sobre la apropiación de los recursos de la Arte por la Terapia Ocupacional y comprender cómo las actividades de expresión afecta a la vida cotidiana de los sujetos infectados por el VIH. Los participantes eran miembros de la Unidad de Enfermedades Infecciosas y Parasitarias de referencia (URE DIPE) de Belém do Pará. Los datos fueron recogidos a través de cuestionarios, entrevistas semi - estructuradas y la participación en las actividades. Algunos resultados indican que las experiencias en el grupo de terapia ocupacional afectados la vida cotidiana de los sujetos, la creación de nuevos valores y permitiendo descubrimientos que siempre que la asignación de uno mismo y el sentido de bienestar, que se refiere directamente a la mejora de la calidad de la vida de estas personas.

Palabras clave: Terapia Ocupacional; Arte; Producción de la salud; VIH / SIDA

1. Introdução

A Saúde pode ser compreendida como uma dimensão da vida humana que se conecta com todas as experiências vividas pelo indivíduo em seus espaços de circulação sobre os quais constrói seu cotidiano, sua realidade e o mundo concreto.

Essa perspectiva amplia-se para além de um quadro conceitual. Envolve a defesa da vida, atos de cuidado e outras dimensões cuja diversidade enriquece o leque de possibilidades dos instrumentos capazes de produzir saúde (Filho, 2009).

Nesse contexto, a arte apresenta-se enquanto dispositivo que potencializa uma apropriação do mundo, da cultura e de produção de saúde, já que pode possibilitar a ampliação da experiência da vida prática e

complementá-la com a experiência da "vida em arte", e assim, cria novos sentidos e significados para experiências vividas (Kagan citado por Castro & Silva, 2002).

Sob essa perspectiva, a pesquisa da qual trata este artigo, lança um olhar que se caracteriza pelo cuidado de perceber o sujeito infectado pelo HIV para além do sofrimento orgânico. Busca compreendê-lo inserido em seu campo social, o lugar real da produção da sua condição de saúde a partir das relações que estabelece.

Nesse ínterim, não se pode perder de vista as implicações das representações sociais na qualidade de vida do sujeito infectado, considerando que algumas dessas representações em torno da AIDS podem repercutir na subjetividade dos indivíduos

produzindo distintos significados sobre o viver com HIV.

Foucault (citado por Seben, 2008) afirma que tais significados "são produtos de discursos internos que partem de um determinado enunciado e são lançados pelas redes de informação em massa" (p.66). No caso da AIDS, o mecanismo de produção de significados está inserido nos discursos que repercutem no tecido social e que aparecem no imaginário da sociedade através do sistema de valores, crenças, tradições familiares e etc (Seben, 2008).

Outro elemento a ser destacado nesse contexto é o estigma, que tem como principal consequência a exclusão social.

Os estigmas são representações sociais com características próprias de funcionamento, atuando como um sinal desencadeador de uma emoção manifestada por uma atitude de afastamento imediato (Almeida, 2004).

Pádua (citado por Almeida, 2004) refere que:

Os seres humanos manipulam os objetos da realidade, da qual fazem parte, atribuindo-lhes um sentido que contém a percepção do grupo social sobre esses objetos. Assim, a AIDS, a doença, e o indivíduo acometido são elementos da realidade que passam a ser representados, no processo de simbolização, como portadores de um sentido, um significado, construído socialmente, e que no caso da AIDS, o curso dessas representações teve um resultado profundamente depreciativo. Esse sentido depreciativo constitui o núcleo do estigma do qual as marcas físicas e o diagnóstico médico constituem as manifestações perceptíveis. Na medida em que estas marcas e o sentido atribuído a elas começam a provocar reações, há uma condenação entre a realidade da doença e do doente por um lado, e a realidade das suas representações sociais por outro, de modo que estas se transformam em sinais (p.52).

Em estudo realizado no Brasil, Torres e Camargo (2008) concluíram que a

representação da AIDS, para as pessoas que vivem com HIV, assume o conteúdo de doença crônica incurável e ligada à morte. A descoberta do diagnóstico gera a sensação de culpa por não ter se protegido; indignação e revolta por ter se contaminado. O processo de exclusão social ao qual o portador de HIV está sujeito suscita neste, o desejo de que sua condição de soropositividade permaneça no anonimato (Freitas, 2010).

Outras pesquisas apontam que para a população de um modo geral, a AIDS é entendida como doença do outro, punitiva, perigosa e que vai ter cura. Para os profissionais de saúde, a AIDS assume caráter de doença perigosa e de quem não se previne (Torres & Camargo, 2008).

Esses pontos de vista acabam por implicar em significados internos produzidos nos e pelos sujeitos. Dessa forma, "as diversas configurações dos discursos que repercutem nas produções de subjetividade influem diretamente na maneira como os indivíduos portadores de HIV captam e significam sua doença" (Seben, 2008, p. 66).

Esses significados podem ser vivenciados através de sentimentos de impotência diante da doença, de culpa e vergonha diante de outras pessoas, sentimento de falta de preparo para lidar com a situação e o sentimento de proximidade da morte (Medeiros, 2010).

Estudos realizados por Castanha (2006) sobre as consequências biopsicossociais da AIDS na qualidade de vida do sujeito infectado pelo HIV, apontam que as representações sociais em relação a AIDS vão além dos aspectos biológicos e relacionam-se com o preconceito, a segregação, o estigma e a inserção social. Tais representações influenciam e orientam condutas como: adesão ao tratamento, isolamento social, manutenção das relações interpessoais e vida sexual.

Portanto, as consequências biopsicossociais da presença da AIDS na vida dos sujeitos interferem diretamente no que diz respeito à qualidade de vida dos mesmos, aspecto em que a Terapia Ocupacional -

apropriando-se das linguagens artísticas - pode contribuir significativamente no sentido da autonomia e do melhor envolvimento dessas pessoas em suas tarefas, ocupações e atividades cotidianas.

2. Terapia Ocupacional: interfaces entre arte e saúde

Ao longo da constituição histórica da Terapia Ocupacional, a normatização dos corpos e dos fazeres tem sido seu principal alvo de atenção, no entanto, cada vez mais emergem intervenções que subvertem essa lógica de controle dos corpos e adequação a padrões estabelecidos, e comprometem-se com a expansão da vida e respeito às singularidades (Siegmann, 2006).

Quando nos aproximamos dessa leitura processual e histórica da Terapia Ocupacional, também nos aproximamos de um sentido de saúde que não cabe nos "moldes" da modernidade. Deste modo, nosso horizonte converge para uma compreensão de saúde enquanto vida em plenitude e não como ausência de doença.

A saúde não pode ser pensada sem levarmos em consideração as trocas sociais, o acesso e a circulação pelo mundo da cultura como algo que pertence ao fundo comum da humanidade (...). A ideia de saúde aqui está relacionada à ampliação da capacidade de realizar conexões, de afetar e ser afetado, ampliar as potências do agir e do fazer, adquirir maior plasticidade, abrir os campos de possibilidades (Lima, 2009, 01).

Para ampliar a discussão sobre o compreender saúde e suas implicações na prática clínica da Terapia Ocupacional, tomemos por referência a ideia defendida por Winnicott, para quem a saúde está relacionada com a possibilidade de experimentar a criatividade e com a capacidade de ter experiências culturais (Winnicott, 1975).

Essa perspectiva ancora muitas iniciativas recentes em Terapia Ocupacional,

que pensam uma prática no sentido de construção dos direitos substanciais, relacionados à realidade afetiva, relacional, material, habitacional, produtiva e cultural (De Carlo & Bartalotti, 2001).

É sob essa ótica que Liberman (1998) entende a Terapia Ocupacional como uma prática social que se dedica a observar e intervir na qualidade de vida do sujeito, cujo olhar se volta sobre seu cotidiano, suas possibilidades de encontro consigo mesmo e com o outro, e com as atividades que realiza ou pode criar.

Ela afirma, ainda, que a "atividade cria e recria a identidade do indivíduo. É uma forma de auto-conhecimento e expressão que facilita a relação entre o pensamento e a ação" (Liberman, 1998, p.12). Nesse sentido, a intervenção estaria voltada para o indivíduo e seu grupo social, de forma a possibilitar melhores condições para o bem estar e a autonomia, favorecendo a construção social de espaços de vida e de expressão da diversidade.

Castro, Lima e Brunello sugerem que (2001):

A nova direção da prática da Terapia Ocupacional propõe uma atuação no campo das possibilidades e recursos, de entrada no circuito de trocas sociais: o lúdico, o corpo, a arte, a criação de objetos, os estudos e o conhecimento, a organização dos espaços e o cuidado com o cotidiano, os cuidados pessoais, os passeios, as viagens, as festas, as diversas formas produtivas, a vida cultural, são alguns exemplos de temas que referendam, conectam e agenciam experiências, potencializam a vida e promovem transformações (p.46).

Nesta perspectiva, entendemos o processo Terapêutico Ocupacional como um terreno que possibilita vivências expressivas, amplia territórios, expande possibilidades e cria novos modos de estar no mundo, tendo nos dispositivos artísticos, ricos instrumentais que facilitam esse processo.

Desde modo, no contexto da Terapia Ocupacional, as atividades expressivas e

artísticas atuam como sistemas de ampliação e potencialização, expandindo a experiência do viver.

A partir da vivência artística o sujeito pode experimentar novos campos de aquisições e habilidades. Esta vivência apresenta-se também como mecanismo de alegria, tensão, prazer e fortalecimento nos processos de inclusão social e cultural, e a partir dela, o sujeito pode reconhecer limitações e possibilidades, efetivar novas conexões e expandir novas áreas da vida.

Esta possibilidade de ampliação e potencialização do sujeito e da vida através da arte se dá exatamente por que as linguagens artísticas tais como a dança, o teatro, as artes plásticas, entre outras, são ferramentas de expressão que auxiliam na recomposição dos universos de subjetivação (Castro & Silva, 2002).

Para Rolnik (2010) o processo subjetivo não se relaciona apenas com um modo de ser, de pensar, de agir, de sonhar, de amar, etc. A subjetividade não pode ser compreendida unicamente como aquilo vivenciado internamente, é preciso compreender que existe um conjunto de forças/fluxos, entre o sujeito e o meio externo- expressado pelo universo cultural - que se articulam e compõem os meios variáveis que habitam a subjetividade: meio profissional, familiar, sexual, econômico, político, cultural, turístico, etc., num movimento fluido. Assim, surgem diversas configurações que variam ao longo do tempo e fazem diferentes ligações entre si.

Ao falarmos de processos de subjetivação na clínica da Terapia Ocupacional, valorizamos a singularização do indivíduo e o rompimento com a lógica de *produção de subjetividade*.

Segundo Guatarri (citado por Guimarães & Meneguel, 2003), os sujeitos resultam de uma produção em massa, serializados e fabricados no contexto do social para atender as demandas de um sistema sócio-político estabelecido, dessa maneira os processos de subjetivação funcionam como máquinas de produção de subjetividade.

Entende-se que a subjetividade é um lugar de produção real - e do real - da riqueza econômica, social e cultural. O capitalismo, por sua vez, reconhece o poder concreto da subjetividade e a captura como um instrumento de reafirmação da lógica dominante, criando assim a produção de subjetividade, através da "manipulação" do cotidiano, que define modos homogêneos do sujeito ser e estar no mundo, interferindo nas relações político-culturais, econômicas e sociais (Candido, 2010; Guimarães & Meneguel, 2003).

Assim, entendemos que ao propor a recomposição dos universos de subjetivação, Castro e Silva (2002) se referem à criação de ações que possibilitem movimentos de singularização capazes de gerar resistências e rupturas nas cadeias homogêneas de produção de subjetividade.

Os processos de singularização funcionam como alternativas aos modos de manipulação pré-estabelecidos, visto que reconstroem distintas maneiras de relações entre os entes (Guimarães & Meneguel, 2003).

Nesse sentido, acreditamos na potência dos universos cultural e artístico, pois são capazes de criar forças inéditas de relações que ganham sentido e valor.

O universo cultural e artístico aqui, constituem-se de cartografias musicais, corporais, teatrais, literárias, cinematográficas, plásticas e etc. Portanto, trilha o caminho que coloca a arte enquanto importante recurso para a prática de uma Terapia Ocupacional comprometida com o sujeito e suas potencialidades.

Essa perspectiva de atuação compreende:

A conexão de espaços diferentes, sujeitos diferentes, projetos singulares e a aproximação de culturas diversas (...). Trata-se de construir com cada paciente, junto com ele, uma trajetória singular, um projeto de vida, uma forma de sair das malhas aprisionantes, de uma vida relegada a espaços muito restritos e estreitos. Trata-se de ampliar a vida,

buscar interlocuções, conexões, favorecer encontros, possibilitar trânsitos novos, empreender um conjunto de ações que se tornarão uma nova "ponte" de interação do sujeito com a época e o local no qual vive, configurando assim, a partir das atividades uma nova entrada social (Castro, Lima & Brunelo, 2002, p. 57).

É importante destacar que quando falamos em arte estamos nos debruçando sobre sua concepção mais ampla. A arte, desde seus primórdios, apresenta inúmeras funções sociais, dentre elas a de atuar como documento histórico que narra o cotidiano em diferentes períodos e lugares.

Uma de suas características mais valorizadas socialmente é a estética, a concepção de que arte serve para o deleite e para o prazer, enaltecendo o espírito dos que seriam capazes de apreciá-la e valorizá-la como tal (Camargo, 2008).

No contexto terapêutico a arte também é compreendida como um meio para se estabelecer comunicação. Para Melo (2007) "a compreensão terapêutica dessa linguagem pode levar a experiências altamente significativas e valiosas para a integração do ser humano" (p.162). Isso não quer dizer que o fazer arte tenha sempre, e por natureza, o aspecto terapêutico, como pensam muitos profissionais de saúde ao desenvolverem uma visão idílica do uso da arte, crendo que esta vivência proporciona ao sujeito a experimentação de um estado de alma superlativo, capaz de promover sua expiação catártica e equilíbrio (Camargo, 2008).

Existe um potencial terapêutico na arte, mas não se trata da eliminação do sofrimento, e sim da possibilidade de enfrentar as dificuldades da procura e da alegria de encontrar algo (...). A necessidade humana de transformar a realidade busca na arte um canal de expressão (Cavalcanti, 2003, p.119).

O aspecto terapêutico da arte se torna presente a partir do momento em que o indivíduo é mobilizado para criar e, através disso, experimenta expectativas, medos e

aspirações que lhe possibilitam enveredar por novos caminhos e dialogar com o passado, ao mesmo tempo em que possibilita viver a realidade no aqui e agora, levando-o a experimentar a novidade (Pimentel & Elmescany, 2009).

Nesse sentido, não se pode estabelecer uma relação imediatista entre o fazer arte e o caráter terapêutico desta ação. Entretanto, a partir do fazer artístico é possível resgatar experiências que ficaram destituídas de significados ou criar novos sentidos e significados para experiências vivenciadas (Castro & Silva, 2002).

Segundo Guatarri (citado por Costa, 2000), no contexto da arte, o processo de criação ultrapassa o universo artístico e se amplia para os acontecimentos da vida cotidiana, enriquecendo-os. "O ato artístico e o ato criador, em consonância, agem em prol do desenvolvimento do potencial criativo, inato e inerente a todo ser humano. Aquele que cria na arte, cria na vida" (Melo, 2007, p.159).

Assim, ao se apropriar das atividades expressivas e artísticas, a Terapia Ocupacional não pretende transformar os sujeitos que realizam as atividades em bailarinos, atores, pintores, escultores e etc. Trata-se de criar ações que promovam a construção de um sentimento de pertencimento em relação às comunidades, culminando em alterações nos modos de convivência em família, em maior circulação na rede social e cultural e etc. Essas estratégias são capazes de sustentar os processos de subjetivação através dos quais se deseja construir pontes e lugares que permitam ao sujeito se constituir e interferir na sua comunidade (Lieberman, 2002).

A partir dessas reflexões é que esta pesquisa se propôs a experimentar, dentro de um contexto do sistema de saúde pública brasileiro, diferentes modos de atenção à saúde do sujeito infectado pelo HIV. Pretendemos com isso ampliar as discussões acerca das formas de intervenção da Terapia Ocupacional com esta clientela, a partir de uma ação em saúde em que a vida, em todas

as suas possibilidades e potencialidades, seja o valor de referência para a prática.

3. Método

Pesquisa qualitativa de orientação fenomenológica, buscou compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao processo de participação em um grupo de atividades expressivas, realizado semanalmente de Abril a Junho de 2010 no setor de Terapia Ocupacional da Unidade de Referência de Doenças Infecciosas e Parasitárias Especiais (UREDPIPE) de Belém.

Os usuários deste serviço são originários de todo o Estado do Pará, sendo a Unidade de referência para atendimento ambulatorial aos infectados pelo HIV. Os usuários, em geral, são encaminhados pelos serviços de atenção básica ou chegam à instituição por demanda espontânea.

Os critérios de inclusão foram: ser portador de HIV, utilizar os serviços oferecidos pela URE DIPE e aceitar participar da pesquisa assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os participantes da pesquisa foram 03 usuárias da URE DIPE, na faixa etária entre 45 e 55 anos. Tais mulheres já compunham uma cooperativa que se originou no espaço da unidade a partir de oficinas de artesanato. A cooperativa intitula-se "Vivendo, Convivendo e Vencendo com HIV" - VICONVE - e é fonte de renda para a maioria dessas usuárias.

O número reduzido de informantes se justifica pelo número de óbitos (3) e de abandono (2) ocorridos no transcorrer da pesquisa, que iniciou com um grupo composto por 08 mulheres.

a) O grupo de atividades expressivas

A metodologia adotada nos encontros afinou-se com a teoria de grupos operativos de Pichon-Rivière. Esses grupos estão voltados para estratégias de promoção de saúde e objetivam o bem-estar tanto físico quanto emocional, através da mobilização de

processos de mudanças (Castro & Silva, 2007).

Os grupos operativos se organizam a partir da realização de uma tarefa que pode apresentar enfoque de caráter terapêutico ou no processo de ensino-aprendizagem (Ritter, 2009).

Os encontros iniciavam com uma dinâmica de integração, composta da vivência de uma dança circular. Em seguida apresentava-se a atividade a ser realizada e os materiais disponíveis. Estabelecido o contrato quanto ao tempo de realização da atividade os participantes ficavam livres para explorar seu potencial criativo que culminaria em um resultado a ser socializado ao final do encontro.

Concomitantemente, cada participante era estimulado a relatar sua experiência vivenciada no processo de criação e falar sobre os sentidos e significados que atribuía a sua produção. Os encontros eram sempre finalizados com uma dinâmica de encerramento denominada de "vibração de palavras", que consistia em cada participante escolher uma palavra, tais como amor, fé, saúde, etc., e uma a uma essas palavras eram vibradas pelo grupo, ou seja, a palavra era repetida de uma só vez e em voz alta.

A obtenção dos dados foi realizada a partir de entrevista semi-estruturada e da observação do processo grupal.

4. Análise e discussão dos dados

Para a análise dos dados foram construídas duas categorias de análise geral, das quais procedemos a análise dos discursos das informantes.

Para nos referirmos às informantes e seus discursos, utilizaremos nome de artistas plásticas consagradas: Frida Kahlo, Tarsila do Amaral e Camille Claudel.

a) Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia...

Esta categoria de análise se refere ao processo vivenciado pelo sujeito a partir do

diagnóstico, evidenciando as dificuldades acerca de sua aceitação, bem como a capacidade de se adaptar ao viver com o HIV, inclusive com suas implicações no cotidiano.

A dificuldade de aceitação e adaptação ao diagnóstico de soropositividade apresenta forte relação com as representações sociais acerca da doença. Barbará, Sachetti e Crepaldi (2005) afirmam que a pessoa infectada pelo HIV, além de estar sujeita ao sofrimento físico, convive também com o sofrimento social gerado pelo olhar excludente que implica em como o sujeito vivencia seu cotidiano. Receber o diagnóstico de infecção pelo HIV acarreta uma série de mudanças em diversos âmbitos da vida do sujeito, gerando sentimento de exclusão e dificuldade de inserção no mundo (Kahhale, 2010).

O discurso de Frida Kahlo corrobora com essa ideia ao explicitar: *"eu descobri o hiv na minha vida aí eu preferi me reservar (...) então o que acontece é que eu fui me reservando porque era muita perseguição, entendeu? Não que eu quisesse, nunca fui reservada, sempre fui muito dinâmica, extrovertida. Meu jeito sempre foi esse, e aí nesse momento eu passei uns três ou cinco anos reservada mesmo né?"*

Sobre a mesma temática Tarsila do Amaral afirma: *"me sinto assim...limitada por medo meu mesmo, porque eu deixei minha vida profissional(...). Eu era uma vendedora de outdoor, de anúncio de jornal (...). Eu larguei, pra mim parece que a pessoa ia ver que eu tinha, sabe? Por preconceito meu e até agora não procurei mais (...). Aí até agora, sete anos se passaram, e eu não retomei minha vida profissional"*.

Camille Claudel ainda relata: *"Me afastei do meu grupo, eu não tinha vontade de compartilhar mais"*.

Ao receber o diagnóstico do HIV, as mudanças de vida e condução de situações, estão intimamente relacionadas ao estigma atribuído à doença, refletindo em atitudes preconceituosas da sociedade para com o sujeito e do sujeito para com ele mesmo. A auto - estima baixa e o medo de seu

diagnóstico se tornar público são comportamentos frequentemente observados em pessoas que vivem com HIV/AIDS (Sales, 2009).

De acordo com Kern (2001), a pessoa que vive com HIV/AIDS, de uma maneira geral, tem sua história de vida permeada por medo e sofrimento, vivenciando perdas que criam representações de isolamento, em meio a um contexto social que é por si só, excludente e discriminador. As crenças equivocadas a respeito da doença surgem nos discursos como um dos fatores que contribuem para a discriminação sofrida.

Nesse sentido, ao ser questionada sobre o que pensa a respeito de si, Tarsila do Amaral reflete: *"preconceituosa comigo mesma, pois deixei minha vida profissional, emocional e sexual..."*.

Bandeira e Batista (2002) afirmam que o preconceito pode interferir em todas as esferas da vida, a partir do entendimento de que o mesmo se configura como uma lógica atuante sob as relações estabelecidas no convívio social. O preconceito pode repercutir na subjetividade do sujeito, criando isolamento e redução das possibilidades de compartilhar vivências sociais no campo do lazer, trabalho, sexualidade e etc.

Durante muito tempo, receber o diagnóstico positivo de HIV foi encarado como sinal de morte iminente. No entanto, com os avanços no tratamento, a AIDS passa a ser caracterizada como uma doença crônica, assim, os sujeito convivem períodos prolongados com este diagnóstico, muitas vezes sem manifestações sintomatológicas importantes.

Barbará, Sachetti e Crepaldi (2005) referem que as atitudes das pessoas são passíveis de mudanças e transformações através da informação e da experiência; assim, pessoas diferentes têm atitudes diferentes diante do mesmo objeto e estas avaliações podem mudar ao longo do tempo. Dessa forma, observamos que a adaptação ao diagnóstico de HIV reflete comportamentos diferentes àqueles adotados imediatamente após sua descoberta.

Frida Kahlo refere: *"Minha vida mudou muito desde quando assumi de verdade o HIV, parece que tirei um peso das minhas costas. Comecei a olhar o outro e não tive mais medo. Percebi que o maior preconceito mesmo era eu que estava criando"*.

E prossegue: *"até me acostumar com a ideia, com as coisas, entender as pessoas, eu me reservei. Hoje eu já tenho outro entendimento de vida, eu saio mesmo, aproveito a vida, entendeu? (...) o dia começa, eu tenho que aproveitar esse dia, entendeste? Porque antes eu achava que naquele dia eu ia morrer, naquele dia eu ia morrer. Hoje em dia eu vejo que não. Tu não sabes, num sei o dia, nem a hora, nenhum de nós..."*.

E ainda: *"eu acho que eu precisava me sentir gente, entendeu? Quando eu me senti gente mesmo...pô...eu também sou filha de Deus, o mundo é meu também, por que eu vou me esconder? Aí foi quando eu resolvi mostrar minha cara, em relação ao HIV, aí pronto, me senti maravilhosa, eu mudei, eu senti que eu era feliz e...sabe? E comecei a não ligar se alguém me rejeitava, eu nem ligo, entendeu? Aí eu fiquei feliz, mais feliz do que eu já era"*.

Outro fator importante é o papel da família. Para Souza, Kantorski e Bielemann (2004) a família da pessoa que vive com HIV/AIDS deve representar uma fonte de cuidado e ajuda, contribuindo para seu equilíbrio físico e mental.

As participantes da pesquisa, ao serem questionadas sobre a qualidade de suas relações familiares, afirmam:

"O melhor possível, consigo falar, escutar, e dentro das possibilidades ajudar e ser ajudada" (Frida Kahlo).

"Me sinto bem em saber que sou aceita pela minha família e amigos, sem discriminação" (Tarsila do Amaral).

"Sou portadora, mas a minha família não me despreza" (Camille Claudel).

É importante destacar que o comportamento das famílias é afetado pelos significados culturais atribuídos à doença. Cada família interpreta a situação de um modo singular a partir de seus códigos, regras

e processo de comunicação entre os membros, porém sabe-se que esse conjunto de fatores pode afetar o comportamento da família de modo que o sujeito seja discriminado e excluído do grupo familiar (Souza, Kantorski & Bielemann, 2004).

A sexualidade foi outra questão que surgiu com veemência no discurso das informantes. Trata-se de uma dimensão da vida referente a um fenômeno existencial que extrapola o âmbito genital, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais (Souto, 2009).

Receber o diagnóstico de soropositividade pode gerar, no primeiro momento, uma destruição significativa em vários aspectos da vida do indivíduo, inclusive na sexualidade (Saldanha, 2003).

O medo da transmissão sexual do vírus HIV, tanto em pessoas infectadas quanto em não infectadas, aumentou significativamente, e com isso é comum encontrarmos indivíduos soropositivos que tiveram sua vida sexual modificada total ou parcialmente (Freitas, Gir & Rodrigues, 2000).

Sobre essa questão Tarsila do Amaral comenta: *"ah...isso aí. ...não tenho [refere-se à vida sexual] (pausa) há sete anos, então eu não procurei..." "desde quando eu descobri não procurei mais ninguém, não tive relação com ninguém..." "(...)eu namorava muito, era muito namoradaira."*

Souto (2009) ressalta que a sexualidade constitui um elemento determinante nas relações sociais, portanto o comprometimento desse aspecto interfere no processo de superação do estigma relacionado à infecção pelo HIV e, conseqüentemente, no desejo de alcançar o sentimento de "normalidade" social.

Diz Tarsila do Amaral : *"tenho uma irmã que tem cuidado excessivo comigo, que eu já não gosto (...). Não quero ser tratada assim, quero ser tratada como qualquer outra pessoa (...) Não quero ser tratada com diferença..."*

Observa-se que o sujeito passa por um processo de adaptação ao diagnóstico, que caracteriza-se por diferentes fases e maneiras

de lidar com a vida e questões relacionadas a sexualidade. Portanto, assim como alguns indivíduos interromperam totalmente sua vida sexual outros a mantêm ou a retomam após algum período, inclusive mantendo relações com parceiros sorodiscordantes (Paiva, 2002; Souto, 2009).

Frida Kahlo diz: "eu tenho uma vida sexual bem ativa, entendeu? Bem ativa mesmo..."

Souto (2009) ainda enfatiza que, em uma relação conjugal estável entre sorodiscordantes, é comum surgirem preocupações em relação à possibilidade de transmissão do vírus para o parceiro não infectado, e que uma estratégia disponível para atenuar esta problemática é o uso de preservativo.

"Morria de medo. Eu tinha medo porque ele não é soropositivo, então, eu tinha muito medo" (Frida Kahlo).

"...tem que usar camisinha e aí...é...nós tivemos uns dois acidentes que...assim não colocar direito, a camisinha romper, correr pra lavar, aquela confusão entendeste? Nós tivemos essa dificuldade, mas depois com o tempo a gente foi vendo que não era...vamos relaxar...que não é bem assim...acostumamos".

Destacamos também que é comum observarmos que a desigualdade entre os gêneros masculino e feminino foi responsável por produzir historicamente uma submissão e inferiorização da mulher, resultando em menor liberdade sexual em relação à mulher e, conseqüente, menor poder de decisão a respeito do uso de preservativo (Silva & Vargens, 2009).

E nesse aspecto diferencial de gênero, a união estável pode apresentar um valor significativo no que se refere à infecção pelo HIV. Souto (2009) afirma que determinadas crenças e valores morais atribuídos à relação conjugal, geralmente ligados à cumplicidade, ao amor, à fidelidade e ao respeito mútuo, pressupõem que ao serem assumidos tais compromissos, os indivíduos estariam protegidos da infecção.

Tal percepção acaba por desvalorizar a importância do diálogo a respeito da sexualidade e saúde sexual. Talvez este seja um dos principais fatores que contribuem para o aumento do número de mulheres contaminadas pela via sexual, através de relação com parceiros fixos (Giacomozzi & Camargo, 2004).

Um estudo realizado por Silva e Vargens (2009) apontou que a maioria das mulheres pesquisadas que mantinham relação conjugal estável entediam que doenças sexualmente transmissíveis, incluindo-se neste grupo a infecção pelo HIV, são próprias de "mulheres da vida" ou mulheres que mantêm relação sexual com vários parceiros, julgando o risco de serem infectadas quase nulo. A mesma pesquisa apontou que é comum essas mesmas mulheres atribuírem o risco de infecção às pessoas que não mantêm uma relação conjugal, aumentando a vulnerabilidade deste grupo à infecção.

Portanto, entendemos que a sexualidade do indivíduo infectado pelo HIV se relaciona com vários aspectos de sua vida, desde posturas individuais a contextos sociais, podendo ser um fator gerador de angústias. No entanto, a maneira de vivenciar este aspecto é singular.

b) Giro um simples compasso e em um círculo eu faço o mundo...

Nesta unidade analisamos como os sujeitos foram afetados pelas vivências no grupo de Terapia Ocupacional e como entendemos este processo enquanto prática de produção de saúde.

Ao optarmos pela abordagem grupal, tomando por referência a tese de que "o grupo se constituiria como matéria-prima para a compreensão do sujeito, das articulações entre questões intrapsíquicas e as determinações concretas, situadas a partir do lugar deste sujeito na estrutura social" (Fernandes citado por Samea, 2008, p. 86).

Intervenções grupais exploram a capacidade do indivíduo no sentido de desenvolver um senso mais positivo sobre si

próprio, promovendo o aumento de auto-estima e a produção de novos significados (Rasera & Japur, 2003).

Frida Kahlo afirma: "acredito e ponho em prática, que viver em grupo é primordial na vida do ser humano".

Tarsila do Amaral comenta em relação a sua participação no grupo de Terapia Ocupacional: "(...) *me ajudou mais, a parte assim...da auto-estima (...)*."

Em relação aos sujeitos infectados pelo HIV, Rasera e Japur (2003) ainda afirmam que o grupo configura-se como uma forma de apoio e encorajamento, diminuindo seus medos, ansiedades e sensação de isolamento e dessa maneira proporciona novas formas de lidar como HIV/AIDS.

Camille Claudel diz: "*Me sinto bem quando tô do lado do meu grupo*". E ainda: "*eu gostei de participar com vocês, eu me sinto muito aliviada dos problemas*".

Tarsila do Amaral relata uma nova forma de compreender o grupo, a partir de suas vivências na Terapia Ocupacional: "*É, vi isso no grupo, que a gente tem que se gostar mais, pra poder as pessoas gostarem da gente, né? E também a parte da união (...) ser mais unidas (...) pra gente viver em grupo a gente tem que aceitar as limitações de cada um*".

Frida Kahlo ressalta: "*...é importante (...) para nós que estamos participando e assim a gente vai conhecendo coisas novas, pessoas novas, pra gente é importante*".

Com esses relatos percebemos que a vivência em grupo proporciona também um sentido de estar no mundo, visto que segundo Lima (2007):

Viver no mundo comum implica compartilhar coisas fundamentais à vida humana: usufruir da presença dos outros; ver e ouvir os outros e ser visto e ouvido pelos outros; experimentar a realidade que advém de ser visto e ouvido pelos outros; ligar-se e separar-se deles por um mundo comum de coisas; realizar algo que ao introduzir-se no mundo, ultrapassa a própria vida individual (p.5).

Com as atividades propostas no grupo, buscamos afinar nossa prática com as ideias propostas por Kahhale (2010). Em relação à assistência ao sujeito infectado, o autor propõe:

Ações na comunidade em que o equipamento de saúde se insere de forma a estimular a quebra da estigmatização, ações educativas em que se potencializam as trocas e construções coletivas; apreensão de valores grupais para avaliá-los e redimensioná-los na direção da cidadania; questionamento dos papéis tradicionais (...); promoção de abertura para possibilidades criativas e emancipadoras. Ações em que o foco é a história pessoal de cada usuário (...). Aqui se parte dos sentidos pessoais para processá-los, resignificando-os em direção à construção de diálogos com escutas abertas, de um olhar para o outro com seus potenciais e limites e não de forma idealizada (que aliena), da identificação das próprias potências e limites, de promoção de diálogos familiares, onde as relações vinculares possam ser re-significativas e criativas. Enfim, cada um apropria-se de seus sentimentos, pensamentos e ações em direção à autonomia e cidadania (p. 71).

Assim foi proposto uma prática em Terapia Ocupacional que se apropriou da arte como meio de garantir ao sujeito o exercício de suas potências de criação e produção humana. Queremos, dessa maneira, pensar a vida humana no singular e coletivo, pela via da ação transformadora e capacidade de agir sobre o mundo (Quarentei, 2007).

A experiência da arte possibilita a exploração do potencial criativo, proporciona oportunidades de expansão de si mesmo; de vivenciar a alegria e o prazer das descobertas de novos significados de histórias de vida, novas formas de estar e interagir no mundo. Castro e Silva (2007) entendem que ao realizar a interface de Arte e produção de saúde, no contexto da Terapia Ocupacional, é possível observar "uma gradual ampliação dos sujeitos com a vida, com o ambiente, com os outros, e com a própria subjetividade" (p.103).

Frida Kahlo fala: *"aliado a tudo estou fazendo Terapia Ocupacional, onde dançamos, brincamos, fazemos teatro, relaxamos. Enfim, é um momento também maravilhoso, onde consigo extravasar minhas alegrias, prazeres... quero também relatar que esta oportunidade é única e estou aproveitando ao máximo"*

Tarsila do Amaral: *"o que está me fortalecendo é a convivência com as colegas da VICONVE [Cooperativa "Vivendo, Convivendo e Vencendo com HIV"] e a Terapia Ocupacional, que me faz encenar teatro, decorar lata, dançar, escrever mensagens para outros colegas. Está sendo muito bom, e também por fazer amigos, que é o que eu gosto de fazer."*

As vivências propostas no grupo objetivaram provocar uma aproximação do sujeito com seu corpo.

Lieberman (2007) acrescenta que a aproximação com o próprio corpo, com o corpo do outro e com o espaço, cria acontecimentos em diferentes níveis de intensidade, podendo mobilizar afetos, pensamentos, imagens, memórias, que podem ser reconhecidas e compartilhadas pelo grupo.

Tarsila do Amaral relata: *"gostei muito, deu pra gente espalhar mais, e também pra gente descobrir... pensando que eu não ia mais lembrar daquele meu episódio, que eu falei aqui, da minha gravidez, como aconteceu... que foi bom tá falando de novo."* E ainda: *"sinto-me de volta há tempos atrás"*.

Lieberman (2007) ainda ressalta que essa aproximação com os corpos, através da Arte - que segundo Guatarri (1994), atua como espaço de criação transformadora do mundo em que se vive, criando a própria existência e a si mesmo - pode inaugurar repertórios existenciais até então desconhecidos que se solidificam e podem ser expressos, criando também pequenos eventos que podem reverberar em outros modos de funcionar, viver e se apresentar frente ao outro.

Quarentei (2007) entende que em Terapia Ocupacional, nesses encontros ou aproximações, como se refere Lieberman

(2007), os corpos são indivíduos, grupos, matérias, técnicas, atividades, intensidades, atravessamentos, fluxos e mundos, que "efetuam suas potências, e o efeito dos encontros dos corpos são: novos corpos. Pode ser novo corpo que fez/faz valer um sentido, seu movimento ... que afirma sua potência, e no encontro compõe-se (...)" (Quarentei, 2007, p. 10).

"Gostei de conhecer meu corpo, relaxá-lo, dançar... puxa que barato, amei! Me senti tão à vontade que me envolvi com ele" (Frida Kahlo)

"Aquele representação da historinha, eu pensei que eu nunca ia fazer uma representação assim. Eu sou professora, lecionei, mas representar, tipo uma peça, como nós fizemos, né? Achei que eu não era capaz..." (Tarsila do Amaral).

Entendemos que essa aproximação do corpo em arte se configura como prática associada à produção de saúde, em que há um enriquecimento na qualidade das vidas, transformações do cotidiano, posto que o despertar e o acolhimento das vivências do criativo inauguram novas processualidades (Castro & Silva, 2007).

"Algo novo sempre acontece, com a fruição da criação, novas formas surgem, novas conexões sócio-culturais se processam" (idem, p. 103).

Percebemos esse processo no relato de Frida Kahlo e Tarsila do Amaral, quando falam sobre interferências e/ou alterações em seus cotidianos, desencadeadas pelas vivências no grupo.

"Como eu trabalho com outro grupo, eu dei uma mudada no meu grupo em si, né? Levei dinâmicas pro grupo, algumas que vocês trouxeram, que eu achei interessantíssimas (...). Tem, inclusive, uma atividade que vocês ensinaram pra gente, das mãos, da 'olá, como vai' [refere-se à dinâmica de abertura dos encontros]. Eu trabalho com catequese, com jovens... aquele 'olá, como vai' achei muito interessante, porque eu já trabalhei muito com dinâmicas, e eu vou te confessar, eu tô meio esquecida, então quando eu aprendo uma que eu acho que é interessante colocar

em grupo... e eu gostei demais das dinâmicas que vocês colocaram, muito interessante" (Frida Kahlo).

"Eu fiz a latinha. Eu não joguei fora [refere-se à atividade realizada no 4-encontro], minha lata tá lá. Eu fico olhando as palavras que as pessoas escreveram pra mim, entendeu? Quer dizer, uma mudança pra mim, porque eu andava meio esquecida de algumas coisas. A latinha tá sendo importante pra mim porque me faz puxar outra coisa que é a Bíblia, né? Então eu tenho que ler, tenho que ler, então eu comecei a ler. Eu peguei exatamente aquelas coisas que as pessoas escreveram junto com algumas passagens da Bíblia, e vou lendo" (Frida Kahlo).

Ao responder ao questionamento "O grupo lhe ajudou em algum aspecto da sua vida?", Frida diz: "Sim, a vibração... [refere-se à dinâmica de encerramento dos encontros - vibração das palavras] *você vibrar alguma palavra de ordem no dia, achei interessante isso... você realmente precisa ter a vibração na sua vida, que é um objetivo que tu queres, e às vezes a gente não coloca os objetivos e eles vão passando, eu gostei muito dessa parte*".

Tarsila do Amaral relata: "(...) *tudo isso foi positivo pra mim, gostei muito (...) saber que a gente é capaz de fazer alguma coisa que não sabia*". Ainda afirma: "*eu quero mais agora cuidar de mim um pouco*".

Camille Claudel ressalta: "*Me senti mais animada, feliz*".

Espinosa (citado por Lima, 2009) diz que sentimos alegria ao percebermos ampliação de nossa realidade e da nossa capacidade de agir e pensar. Mesmo em situações adversas o sujeito tem a capacidade de preservar na existência a busca por bons encontros com pessoas, com matérias, com o mundo, criando assim, a imagem de vida positiva e afirmativa (Deleuze citado por Lima, 2009).

Para Castro (2004) a arte se apresenta como um mecanismo gerador de alegria, posto que possibilita ao sujeito transitar por um campo de aquisições e habilidades.

Diante disso, é possível pensar saúde para muito além do bem-estar biológico,

como "experiência de criação de si mesmo e de modos de viver" (Benevides & Passos, 2005). Para Lima (2009) a saúde não pode ser pensada de forma alheia às trocas sociais e circulação pelo meio da cultura.

Wilcock (citado por Castro, 2004) ressalta que a promoção da saúde deve apoiar o desenvolvimento pessoal e social, incluindo a necessidade de re-orientação da assistência em saúde, no sentido de ultrapassar a atenção clínica e medicamentosa e desenvolver atividades promotoras de saúde. Nesse contexto existe uma relação primordial entre saúde e ocupação, na medida em que a ocupação configura-se como meio através do qual as pessoas realizam suas aspirações, satisfazem suas necessidades e interagem com o ambiente, mantendo assim, o equilíbrio entre as capacidades física, mental e social que se relacionam com os significados individuais atribuídos às ocupações.

É nesse sentido que propomos nesta pesquisa uma prática em Terapia Ocupacional que compreende saúde e seu processo de produção a partir da ampliação da capacidade do sujeito de realizar conexões, inserindo-se ativamente em seu contexto sócio - cultural, em constante construção de si, de suas particularidades e da forma de lidar, manter e cuidar de sua saúde.

6. Considerações Finais

No primeiro momento foi o contato. A descoberta da possibilidade da arte em Terapia Ocupacional. A necessidade de vivenciá-la e compreendê-la enquanto um processo de produção de saúde.

Depois veio o encontro. O contagiar-se. O juntar de mãos. O partilhar as ideias, os sentidos, as motivações. Entre desenlaces, veio a busca pelo mesmo tom, pela harmonia. Foi assim que nos encontramos no mesmo compasso. E decidimos criar o ritmo a partir de uma prática voltada ao sujeito infectado pelo HIV. Começa a surgir a canção.

Em prelúdio, chegamos a URE DIPE onde nos encontramos com gestos, olhares,

histórias, vidas pulsando, universos femininos que iam desenhando suas próprias partituras. Então nos propomos a compor junto, pedindo licença para rabiscar, partilhar as mesmas notas, dançar o mesmo ritmo e ainda inventar outras melodias. O prelúdio chega ao fim.

Para compor a canção ainda seria necessário a letra. Escrever aquilo que seria incorporado à melodia que ia se compondo. Assim experimentamos também, como o que propomos, a alegria e o prazer das descobertas, inerentes ao processo de criação. Bem como suas tensões, graves e agudos. Para tanto, nosso universo musical foi atravessado por outras linguagens e outras composições como aquelas compostas pelos autores que nos permitimos dialogar.

Ao sermos afetados por estas melodias foi que nos propusemos a pesquisar como a Terapia Ocupacional pode criar esses espaços e com que propriedade se utiliza das atividades artísticas enquanto recurso para uma clínica preocupada com o sujeito em seu grupo social, do qual participa através do agir no mundo. Foi assim que nos mobilizamos pelo assujeitamento da população infectada pelo HIV aos processos de exclusão e vulnerabilidade social os quais, pudemos perceber, têm sua origem nas representações sociais acerca desta problemática e na história da epidemia.

Compor esta canção nos possibilitou compreender que as atividades artísticas/expressivas podem atuar enquanto ferramentas no processo de produção de saúde no universo de possibilidades em Terapia Ocupacional, a partir da compreensão de que a saúde também está relacionada com a ampliação e potencialização da vida e com o aprofundamento da experiência do viver, promovendo qualidade de vida.

Entendemos que as atividades artísticas atuam como elemento articulador entre o sujeito e sua comunidade, produzindo encontros e diálogos entre indivíduos. Em Terapia Ocupacional, a realização dessas atividades se caracteriza como um campo de experimentações, que funciona como fio condutor de uma história peculiar num

processo dinâmico, estabelecendo relações que envolvem a construção da qualidade de vida, posto que essas vivências possibilitam ao sujeito transformar elementos de sua realidade em novas configurações (Castro, Lima & Brunello, 2001).

A participação em atividades corporais e artísticas, que têm um lugar na cultura, como prática social, e a seriedade no acompanhamento de um trabalho de criação e de exploração de novas vias existenciais, proporcionam a inclusão do indivíduo em grupos e redimensionam a intervenção em saúde, possibilitando aos sujeitos reconectarem necessidades concretas e aspectos globais do seu desenvolvimento e à produção de uma saúde dinâmica, complexa (Castro, Lima & Brunello, 2001, p. 53).

Retomamos aqui a tese de Winnicott que, ainda em 1975 em sua obra "O Brincar e a Realidade", elucidou a ideia de que saúde se relaciona com a possibilidade de experimentar a criatividade e a capacidade de ter experiências culturais.

Portanto, observamos que a partir dessa perspectiva em Terapia Ocupacional, é possível oferecer ao sujeito infectado pelo HIV uma assistência cujo olhar se volta para a recomposição dos universos de subjetivação, auxiliando a construção e/ou modificação de significados das experiências vividas, bem como inaugurar novos modos de interagir no mundo, afetar e ser afetado por ele, num movimento contínuo que é a construção do seu cotidiano.

Essa maneira de fazer Terapia Ocupacional pressupõe que o valor terapêutico da ocupação está na possibilidade de ativação de valores, motivos pessoais, interesses, papéis, hábitos e habilidades. Com isso, o papel da Terapia Ocupacional reside no auxílio à aquisição de novos interesses, objetivos e hábitos, reorganizando assim os sistemas de ocupação, que desenham o cotidiano de cada indivíduo (Castro, 2004).

Com esse enredo, a letra está pronta. Os arranjos postos. A harmonia tomando seu ritmo. Os timbres ecoando. Compasso a

compasso, a canção está composta. Entoando, aos nossos ouvidos, alegria e encantamento. Hoje, ouvindo essa canção, surpreendidas, descobrimos e desejamos que ela se torne novamente prelúdio, que os acordes continuem vibrando, para que outras vidas sejam sonorizadas, outros corpos tocados, enfim, que outras obras sejam compostas, a fim de alimentar outros terapeutas ocupacionais na busca por uma nova composição em produção de saúde.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. R. C. B (2004). A história silenciosa das pessoas portadoras do HIV contada pela História Oral. Curitiba: *dspace*. Recuperado em 9 de maio, 2010, de http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/1469/1/maria%20rita_final.pdf.
- Ballarin, M.L.G. (2007). Abordagens grupais. In: A. Cavalcanti. & C. Galvão, (Orgs.). *Terapia Ocupacional: fundamentação e prática* (pp.38-43). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Bandeira, L. & Batista, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Rev. Estudos Feministas*. 10(1), 119-141.
- Benevides, R., & Passos, E. (2005). A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 10(3), 561-571.
- Barbará, A., Sachetti, V. A. R., & Crepaldi, M. A. (2005). Contribuições das representações sociais ao estudo da AIDS. *Rev. Interação em psicologia*. 9(1), 331-339. Recuperado em 03 de setembro, 2010, de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/4783/3670>.
- Camargo, I. A (2008). As terapias e a arte: um olhar sobre as relações entre o ensino de artes plásticas e a saúde. In: 17° *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais*. Florianópolis.
- Recuperado em 03 de Julho, 2010 de <http://www.anpap.org.br/2008/artigos/104.pdf>.
- Candido, C. *Uma subjetividade polifônica*. Recuperado em 10 de Julho, 2010 de <http://www.caosmose.net/candido/unisinos/extos/subjetividade.pdf>.
- Castanha, A. R (2006). Aspectos psicossociais da vivência da qualidade de vida em soropositivos para o HIV. *Estud. Psicol.*, 51 (1), 47-56.
- Castro, E. D. & Silva, D. de M. (2007). Atos e fatos de cultura. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 18(3), 102-112.
- Castro, E. D. & Silva, D. M (2002). Habitando os campos da arte e da terapia ocupacional: percursos teóricos e reflexões. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 13 (1), 01-08. Recuperado em 03 de Julho, 2010, de http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-91042002000100002&lng=pt&nrm=iso.
- Castro, E. D. (2004). Análise de Atividades: Apontamentos para uma reflexão Atual. In M.M.R.P, De Carlo, & M.C. M. Luzo, (Orgs.). *Terapia Ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares* (pp. 47-73). São Paulo: Roca.
- Castro, E. D., Lima, E.M.F.A. & Brunello, M.I.B. (2001) Atividades humanas e Terapia Ocupacional. In M.M.R.P, De Carlo, & M.C. M. Luzo, (Orgs.). *Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas* (pp.41-59). São Paulo: Plexus.
- Cavalcanti, A. M. T. (2003). Pode a arte ser terapêutica? Reflexões a partir do trabalho desenvolvido com pacientes da "terceira idade" no ateliê da vida do Instituto de Psiquiatria da UFRJ - IPUB. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 14 (3), 118-22.
- Costa, A.L.B. (2000). O programa permanente composições artísticas e terapia ocupacional

(PACTO): uma proposta de atenção na interface arte-saúde. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 11(2), 45-55.

De Carlo, M.M.R.P, & Bartalotti, C. (2001). Caminhos da Terapia Ocupacional. In M.M.R.P, De Carlo, & C. Bartalotti, (Orgs.). *Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 19-32). São Paulo: Plexus.

Filho, C (2009). Acolhimento coletivo: um desafio de novas formas de produzir o cuidado. *Interface- Comunc. Saúde, Educ*, 13 (31), 315-28.

Freitas, M. Y. G. S. (2010) *Representações sociais dos portadores do HIV e dos Profissionais de saúde sobre a AIDS*. Recuperado em 17 fevereiro, 2010, de <http://www.pgenf.ufba.br/mariayana.pdf>.

Freitas, M., Gir, E., & Rodrigues, A. (2000). Compreendendo a sexualidade de indivíduos portadores de HIV-1. *Rev. Esc. Enf. USP*, 34(3), 258-63.

Giacomozzi, A. I., & Camargo, B. V. (2004). Eu confio no meu marido: um estudo da representação social de mulheres com parceiro fixo sobre prevenção da AIDS. *Psic: Teoria e Prática*. 6(1), 31-34.

Guatarri, F. (1994). Práticas ecosófica e restauração da cidade subjetiva. *Tempo Brasileiro*. 116(1), 9-26.

Guimarães, C. F. & Meneghel, S. N. (2003). Subjetividade e saúde coletiva: produção de discursos na re- significação do processo saúde- doença no pós-moderno. *Rev. Mal-estar e subjetividade*. 3(2),353-371. Recuperado em 28 de agosto, 2010, de http://www.unifor.br/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/159.pdf.

Kahhale, E. P. (2010). *HIV/AIDS: Enfrentando o sofrimento psíquico*. São Paulo: Cortez.

Kern, F. A. (2001). *Os sentidos das teias e redes sociais no contexto da AIDS*. Tese de

Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Liberman, F. (1998). *Danças em Terapia Ocupacional*. São Paulo: Summus.

Liberman, F. (2007). *Delicadas coreografias: instântaneos de uma Terapia Ocupacional*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Liberman, F. (2002). Trabalho corporal, música, teatro e dança em Terapia Ocupacional: clínica e formação. *Cad. Ter. Ocup.* 8(3), 39-43.

Lima, E. M. F. A. (2009). Arte e Cultura na Produção de Saúde: ativação da sensibilidade, promoção de encontros e invenção de mundos. 2009. 2- *Seminário Nacional de Humanização: trocando experiências e aprimorando o SUS*. Brasília.

Lima, E. M. F. A. (2007). A Exposição IN PACTO e o viver junto: criação e convivência. In: Castro, E .D. (Org.). *Programa Permanentes Composições Artísticas e Terapia Ocupacional - PACTO - Catálogo Virtual Ilustrado*.

Medeiros, B. (2010). *A influência da participação social e da religiosidade na sobrevivência de pessoas acima de 50 anos HIV+*. Recuperado em 20 de fevereiro, 2010, de http://www.aidscongress.net/article.php?id_comunicacao=374.

Melo, A. J. (2007). A terapêutica artística promovendo saúde na instituição hospitalar. *Rev. Ibérica*. 1(3), 159-189.

Paiva, V. (2002). Sexualidade de mulheres vivendo com HIV/AIDS em São Paulo. *Cad. Saúde Pública*. 18(2), 22-54.

Pimentel, A. & Elmescany, E. (2009). Contribuições da arte-terapia no cuidado com

mulheres em tratamento do câncer de mama. In A. Pimentel, I. B. S. Oliveira, & L. S. Araújo, *Pesquisas qualitativas em Terapia Ocupacional*. Belém: Amazônia Editora.

Quarentei, M. S. (2007). Do criar a criação de territórios existenciais. In: *Anais do X Congresso de Terapia Ocupacional*. Goiânia.

Rasera, E. F., & Japur, M. (2003). Grupo de apoio aberto para pessoas portadoras do HIV: a construção da homogeneidade. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 55-62.

Ritter, T. (2009). *Grupos operativos*. Recuperado em 13 de Julho, 2010, de <[http://www.famema.br/capacitacao/grupos operativos.pdf](http://www.famema.br/capacitacao/grupos_operativos.pdf).

Rolnik, S. *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura*. Recuperado em 15 de Julho, 2010, de [http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/sujetica bourdieu.pdf](http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/sujetica_bourdieu.pdf).

Saldanha, A. A. W. (2003). *Vulnerabilidade e construção de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável*. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Sales, R. A. J. (2009). *Homossexualidades masculina, lazer e hiv/aids: entre a revelação e o encobrimento das identidades*. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Samea, M. (2008). O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em Terapia Ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 19(2), 85-90.

Seben, G (2008). Adultos jovens portadores de HIV: análise dos processos subjetivos no enfrentamento da doença. *Psic: Rev. Vet. Ed. São Paulo*, 9(1), 63-72.

Siegman, C. (2006) *Pensar e Inventar-se: Terapia Ocupacional como clínica dos afectos*.

2006. Dissertação de Mestrado. Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, C. M., & Vargens, O.M.C. (2009). A percepção de mulheres quanto à vulnerabilidade feminina para contrair DST/HIV. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 43(2), 401-406.

Sousa, A., Kantorski, L., & Bielemann, V. (2004). A Aids no interior da família: percepção, silêncio e segredo na convivência social. *Acta Scientiarum. Health Sciences*. 26(1), 1-9.

Souto, B, G, A. (2009). O sexo e a sexualidade em portadores do vírus da imunodeficiência humana. *Rev Bras Clin Med*, 7(1), 188-191.

Torres, T. & Camargo, B. V (2008). Representações sociais da Aids e da Terapia Anti-retroviral para pessoas vivendo com HIV. *Psicol. teor. prat.* 10 (1), 64-78.

Winnicott, D. W. (1975) *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.

Nota sobre os autores:

Adriane do Socorro Costa Leite: Terapeuta Ocupacional da Secretaria de Saúde do Município de Maracanã-Pa.

Adriane Henderson de Matos: Terapeuta Ocupacional, Especialista em Saúde mental, professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ingrid Bergma da Silva Oliveira: Terapeuta Ocupacional, Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA), Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC/SP), docente dos cursos de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Lucivaldo da Silva AraújoAraújo: Terapeuta Ocupacional, Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA), Doutorando em Psicologia

Clínica (PUC/SP), docente do curso de Terapia
Ocupacional da Universidade do Estado do
Pará (UEPA). E-mail:
lucivaldoaraujo@hotmail.com

Recebido em: 04/03/2013
Aceito em: 23/07/2013

CRISE DE VALORES OU VALORES EM CRISE?¹

Ana Paula Chagas Monteiro

Estou certa de que há bem pouco tempo você deve ter ouvido falar sobre algum caso escabroso de violência física ou de uma catástrofe natural que assolou um pequeno vilarejo no outro lado do mundo. Também estou certa de que você ainda se surpreende com as notícias na televisão que, no jornal do meio-dia, apresentam imagens chocantes sobre assaltos praticados por jovens menores de 12 anos, ou mesmo uma reação emocional tão abrupta de um pai que motivado por algo ínfimo acaba levando a óbito sua própria filha. Então você pensa que algo muito estranho está ocorrendo nessa sociedade, e que as pessoas não estão sendo racionais e morais como antigamente, que geralmente é avaliado como um período de mais amor e solidariedade, inclusive tido como o melhor dos tempos. Todavia, o passado não retorna e não tenho firmeza em crer que já 'naquele tempo' também ocorriam situações de violência semelhantes às descritas.

Considerando a contemporaneidade destas discussões, todos os autores colaboradores do livro *Crise de valores ou valores em crise?* - se dedicam a pesquisar e refletir a Psicologia Moral, a qual busca compreender os processos psicológicos envolvidos no exercício de percepção e execução de regras, princípios e valores morais. Com este propósito, refletem a atualidade do tema na sociedade em voga, bem como apontam três aspectos complicadores nesta proposta: 1) a dificuldade de estudar um tema no qual se está imerso, a despeito da objetividade; 2) as rápidas mudanças vividas em tempos contemporâneo/tecnológico/globais; e, 3) a distância entre juízo e ação (moralidade).

¹ TAILLE, Yves de La; MENI, Maria Suzana de Stefano (orgs). (2009). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed.

Na Introdução, os organizadores Yves de La Taille e Maria Suzana de Stefano Menin explicitam que "Crise de valores" abrange os valores morais como em iminência de extinção, por supostamente estarem adoecidos. Em contrapartida "Valores em crise" retrata uma permanente mudança de paradigma na qual os valores morais não desaparecem, mas alteram-se em sua interpretação à medida do tempo e evoluções culturais. Feito o esclarecimento, os apresentam como mote central dos trabalhos a discussão contemporânea dos valores ético-morais, incluso quanto à divisão de percepção dentre estas categorias. A complexidade do tema é apresentada no livro em oito investigações que propõe responder ao questionamento central, cinco destas abordando os jovens e três aos professores.

O livro aborda reflexões pertinentes ao expor o atual cenário da sociedade com destaque ao processo capitalista como possível produtor de posturas individualista e hedonista, assim como evidencia as mudanças que as pessoas têm vivido continuamente em seus valores morais aqui representados pelos aspectos investigados: indignação, civismo, cotas raciais, virtudes, solidariedade, justiça e educação.

O capítulo 1, de Luciene Regina Paulino Tognetta e Telma Pileggi Vinha, "*Valores em crise: o que nos causa indignação?*" discute a noção de moralidade apontando-a como complexa em suas concepção clássica (baseada na razão e agir corretamente) e da "afeição natural" (predisposição interna para amar e fazer o bem). Desta forma, identificam-se com alguns autores (Aristóteles, 1996; Ricoeur, 1993; Taille, 2006), na afirmativa que para ser bom é preciso contemplar a norma, contudo sem desconsiderar os próprios sentimentos que se inclinam para o bem.

Toda pessoa, nas relações consigo e com os outros, busca investir sua energia em determinadas ações/pessoas ou ideias, caracterizando um valor (Piaget, 1994). Nesta perspectiva, o conceito de indignação foi considerado como um sentimento de valor

moral, que desencadeia juízo a quem experimenta uma injustiça. As autoras investigaram qualitativamente se existia e quais eram os atos feitos por outrem que deixavam o adolescente com raiva ou indignado.

A apreensão do conceito de indignação proporcionou a análise e levantamento de dados apontando três categorias de características: A) de certo individualismo; B) de um caráter moral restrito e estereotipado; e C) de um caráter moral e ético; bem como a identificação do papel da escola e educadores como possíveis influenciadores e promotores de discussão sobre valores ético-morais nos informantes. Diante da pergunta se há 'crise de valores', as autoras respondem negativamente, pois entendem que os valores não estão ausentes; o que há são 'valores em crise' por identificá-los em processo de transformação, por estarem sendo substituídos por valores estranhos ou contrários à moralidade.

No capítulo 2, "*As virtudes segundo os jovens*", o autor Yves de La Taille aborda as nuances do conceito de virtudes, comparando a história da educação moral - quando havia uma valorização das virtudes com qualidades essenciais e boas de adulto virtuoso (honra, perseverança, força, bondade, etc.) - *versus* a forma socialmente vista das virtudes e vícios na concepção atual, com destaque aos corupções como força motriz das atitudes humanas a exemplo do alcoolismo, violência sexual, desrespeito, *bullying*, entre outros (Jeury; Baltassat; 2000).

O capítulo leva-nos a refletir sobre o quanto os adolescentes estão atentos à realidade que os cerca, pois o autor contempla a percepção destes sobre quais as virtudes mais importantes e se seriam os homens ou as mulheres os mais dotados de certas virtudes; também investigou as pessoas públicas mais admiradas e os traços de caráter inatos ou aprendidos. Elaborou um *Ranking* das Virtudes citando as dez virtudes mais apontadas em respostas a um questionário (escrito e individual) aplicado a 448 alunos e alunas do ensino médio (de

escolas públicas ou privadas), nas idades entre 15 e 18 anos. As respostas, evidenciaram as últimas colocadas: polidez, prudência e tolerância.

O autor tenta responder a indagação se há 'crise de valores' ou 'valores em crise', pontuando haver uma lacuna moral quando os adolescentes informantes identificam que a justiça é uma virtude citada pela sua ausência na sociedade, ainda que considerada uma das mais necessárias (Adam Smith, 1999). A ideia de que há uma 'crise de valores' se deve à falta de referências morais aos jovens.

As alterações que estão ocorrendo nos valores sociais são obras de processos históricos que acompanham a globalização, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento por estes proporcionado em todos os setores, em especial na economia mundial. As transformações influenciam diretamente a construção dos valores éticos a serem ensinados, que segundo Piaget (1954), são vividos com base na interação social dos indivíduos na troca afetiva com os objetos e pessoas.

Denise D'Aurea-Tardeli pontua no Capítulo 3 "*Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário*", que se está vivendo uma 'crise de valores' nas relações pelas alterações estruturais em que vínculos comunitários são substituídos para o mundo impessoal do mercado. Em consequência, pode se dizer que todo esse processo gera novos valores, distintos e contrapostos em relação aos existentes.

A articulista entende que a identidade entraria em crise pela falta de sentido dada a ausência de perspectivas objetivas para o futuro e pelo foco exacerbado no critério econômico como regulamentador das relações sociais humanas (Tedesco, 1996). Nesta linha de reflexão, propõe analisar o projeto de vida dos adolescentes pesquisando, 770 jovens de 16 a 18 anos, de escolas particular e pública de ensino médio de São Paulo a partir de um prontuário composto e depoimentos projetistas para uma década a fim de averiguar a

manifestação de solidariedade (sinônima à construção de um projeto de vida ético).

Conclui que há a necessidade que a escola atue na formação ética e de personalidade dos adolescentes, incentivando-os a manterem projetos solidários que tenham como principal perspectiva o trato com respeito, responsável e solidário nas suas relações interpessoais, o que significa valorizar e compreender a opinião e escolhas de outrem, aceitando, sintonizando e dialogando com os demais. O processo educativo deve priorizar a formação de valores através do desenvolvimento da capacidade de escutar e da solidariedade os membros dos grupos; através do comprometimento com o bem comum de todos e de cada um, todos sendo responsáveis por todos. São necessárias reformas estruturais que alterem a cultura do ter para uma cultura do ser a fim de que efetivamente seja elevado o nível moral da sociedade.

O Capítulo 4, nomeado "*O civismo em discussão: juventude e contemporaneidade de valores*" produzido por Júlio Rique Neto discute sobre os valores como processo de mudança ou de crise buscando abordá-los pelo ponto de vista dos valores cívicos (ou civismo), utilizando a definição de Howard (2008): são valores fundamentais para o bem comum, pois correspondem a uma ou várias virtudes necessárias e primárias. Fazendo um levantamento sobre os conceitos usados em artigos publicados em diversos bancos de dados, o autor tenta responder se civismo estaria em extinção ou sofrendo transição na sua definição e forma.

Na história do Brasil, o Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969 instituiu a disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas, revogada após promulgação da Lei nº. 8.663, de 14 de Junho de 1993. Em 1996 houve o reconhecimento da importância do tema com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.294/96 e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentando temas obrigatórios em currículos como ética, moral e o civismo .

Atualmente o debate político internacional a respeito da educação destaca duas vertentes distintas em ideologias, princípios e práticas pedagógicas: A conservadora, que vê como responsabilidade da escola facilitar o conhecimento e internalização de virtudes básicas, defendendo-se a cidadania como uma virtude cívica única e a doutrinação dos alunos por imposição de obrigações. Nesta visão, a crise de valores está em falta na educação e na sociedade. A outra vertente defende a importância das relações interpessoais quando os valores cívicos são construídos nas experiências dos indivíduos. Seus seguidores entendem que os valores estão em crise pela transformação do valor e do significado de civismo, ao se observar que falta conhecimento das instituições mediadoras da relação público-privado em proporem estratégias mais eficazes na promoção de cidadãos mais participantes e reflexivos perante as questões sociais e políticas.

Para identificar como os jovens definem e expressam o civismo e a cidadania contemporaneamente, foi feito um estudo com 77 participantes de ambos os sexos, entre alunos do ensino médio (16 e 22 anos) e de graduação e pós-graduação (20 e 45 anos), em João Pessoa. Os jovens não souberam conceituar e distinguir, com clareza, cidadania e valores cívicos, o que revela o processo de transição na qual se encontram os valores (perspectiva dos valores em crise) .

Também foi realizada outra pesquisa pelo autor e colaboradores (2007) em João Pessoa, com 200 jovens, entre 16 e 25 anos, de escolas públicas e privadas, que visava replicar os dados da escala de cidadania, identificar as mais importantes lutas cívicas para os jovens e onde participam mais ativamente em sociedade. Os autores identificaram que estão conscientes da necessidade de contribuir com o país, por meio dos valores cívicos e da cidadania e que está havendo um processo de transformação no significado de valores, que é esperado. Nestas lutas e construções os jovens exercem

importante papel, sendo fundamental haver maior dedicação pedagógica aos mesmos, através de ações educacionais e políticas que auxiliem na melhoria ou alterações nas instituições e da própria cidadania.

A discussão sobre a ocorrência de transformação dos valores e/ou desaparecimento dos mesmos após processo de falência se dá, no Capítulo 5, através do debate sobre políticas públicas com sistema de cotas sob o título "*Valores evocados nos posicionamentos referentes às cotas para alunos negros ou alunos de escolas públicas. Uma pesquisa entre universitários*" de Maria Suzana de Stefano Menin, Alessandra de Moraes Shimizu e Divino José Silva. É um debate polêmico no país desde sua apresentação no ano de 2001 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Nacional de Brasília (UNB). É muito válida a investigação realizada considerando as inúmeras políticas que vem sendo feitas como favorecimento a classes específicas, o que pode interferir no processo democrático de resoluções de problemas quando parece haver medidas que podem atuar como meios de exclusão e não de inclusão.

Na forma de análise do discurso de alunos da UNESP de Presidente Prudente, de São Paulo, pesquisaram a opinião de 403 alunos de diferentes semestres e cursos de graduação e de ambos os sexos, sobre quais os valores que os universitários têm a respeito das cotas e dos cotistas descrevendo esses alunos negros (ou afrodescendentes, ou provenientes de escolas públicas). A despeito de discursos a favor e contrários ao sistema de cotas, os autores abordam os aspectos apontados em favor de seus argumentos, contudo, sem alimentar opinião definitiva de qual proposta estão de acordo.

Os métodos utilizados foram análise qualitativa de respostas sobre ingressar nas universidades e o programa ALCESTE (*Analyse Lexica le par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*, Max Reinert 1990, 1993) - que trata das respostas abertas dos participantes dividindo-as em unidades de

contexto e classes. Já havia sido realizada uma pesquisa semelhante em 2006, porém com outras questões a respeito dos critérios de entrada nas universidades. Foram feitas análises e subdivisão das respostas em cinco classes, bem como os autores tentaram responder ao questionamento central do livro concluindo que o mais pertinente na atualidade é a perspectiva de valores sendo postos em cheque, em especial, pela percepção da maioria das respostas de que há um conflito de valores: mérito *versus* justiça compensatória oportunizada pelo Estado.

O Capítulo 6, apresentado e discutido por Cleonice Camino, Márcia Paz e Verônica Luna, com o título "*Valores morais no âmbito escolar: uma revisão dos valores apresentados nos livros didáticos e por professores, de 1970 a 2006*" aborda em contextos sociopolíticos da realidade brasileira (ditadura militar, redemocratização e atualidade) como os valores morais têm sido considerados em livros didáticos e por professores do ensino formal. Utilizando uma análise sócio-histórica e perspectiva cognitiva de Piaget, a pesquisa avalia o percurso do ensino da moral, com avanços ou retrocessos em relação à formação do indivíduo autônomo. O artigo apresenta a análise, através do método de Bardin (1977), de materiais didáticos e respostas dadas por professores a entrevistas realizadas em 2006, do ensino fundamental e médio, de escolas particulares da cidade de João Pessoa. Os livros didáticos de 1970 transmitem valores morais indicativos de uma moral heterônoma; nos livros de 1980 há traços da moral heterônoma bem como de uma moral autônoma; e, no discurso dos professores há prevalência da moral autônoma. Concluíram que a prática educativa nos períodos históricos citados fortaleciam valores predominantemente heterônomos, em contrapartida ao período atual no qual se observa uma formação de moral autônoma. Deve se falar em 'crise de valores' com base na ideia postulada por Piaget (1978) sobre o conflito cognitivo, quando há uma perturbação no processo de adaptação como um fator de

desenvolvimento, o que incita as autoras a apoiarem uma educação com diálogo, cooperação e o respeito mútuo a fim de que seja possível proporcionar uma moral mais avançada e adequada, tão almejada nos tempos atuais.

O Capítulo 7 provoca a discussão sobre a importância da escola e professores na educação de valores morais. Considerando os inúmeros exemplos cotidianos a respeito da postura (in)adequada de professores em todos os níveis de ensino, penso que a proposta da pesquisa, no mínimo, convida que estes profissionais repensem suas práticas no seio do processo educativo assim como a sociedade é posta diante de um espelho. Sob o título *"Tecendo os sentidos atribuídos por professores do ensino fundamental ao médio profissionalizante sobre a construção de valores na escola"*, Maria Teresa Ceron Trevisol afirma concordar com a atualidade de se refletir a temática de possível crise nos valores morais, sugerindo que esta seja uma permanente reflexão e, quiçá, ressignificação das diversas posturas assumidas pelos indivíduos de nossa sociedade (Charlot, 2007). No seu olhar, nota um enfraquecimento dos princípios e regras básicas que norteiam o comportamento humano, pensando ser fundamental compreender a dinâmica dessas mudanças, bem como adentrar no espaço da escola como o meio social de interlocução de conhecimentos e valores.

A autora ressalta que a concepção de valores utilizada é de Ferreira (1986) quem define como conjunto de normas/padrões sociais que são construídos e orientam o agir dos indivíduos que os aceitam ou mantêm. Desta forma, cada um tem seu próprio sistema de valores, que são incorporados a sua personalidade e que influencia suas atitudes e relações com outros e com a sociedade (Marroco, 1997 em Schmitz et al., 2003). Inclusive, para a autora, os meios e problemas são os principais fatores na construção de uma personalidade moral. Com base na investigação com 120 professores de diferentes níveis de ensino

(fundamental, médio e profissionalizante) e faixas etárias, de escolas públicas e particulares de municípios de Santa Catarina objetivou avaliar sentidos atribuídos acerca do processo de construção dos valores que ocorre na escola (como possível mediadora) e os principais entraves observados neste ambiente. As respostas foram analisadas e agrupadas em três blocos. Houve consenso quanto à origem dos valores a partir das experiências vividas ao longo de todo o processo de desenvolvimento da criança/aluno, o que paulatinamente irá influenciar na construção das atitudes baseadas no que foi absorvido da interação cotidiana.

Na opinião dos professores, os valores fornecem qualidade à educação e por esta razão devem ser priorizados pela escola (Zabalza, 2000). A partir das relações professor-aluno, livros didáticos, avaliações, atividades pedagógicas, a escola possui compromisso com processos que estimulem a autonomia, respeito a si mesmo, aos demais e à natureza; trabalhar pela paz e igualdade pluricultural; formar cidadãos - conforme assegurado no art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996). Além de que acreditam que a escola precisa suprir as deficiências perpetuadas pela precariedade de relações e valores do meio familiar, quando muitas vezes não é proporcionado ao indivíduo o mínimo de princípios sociais.

Para a autora, está ocorrendo mudanças evidentes nos valores morais, pela falta de qualidade na mídia televisiva efetivamente integrada aos lares e relações familiares, pela ausência de valores a serem perpetuados pela família, pelas alterações culturais e econômicas resultando em 'valores em crise' que precisam ser trabalhados. Com base nas respostas dos profissionais, também identificaram falas que ratificam estas afirmações e engendram solicitações de parceria/colaboração entre a escola e a família como proveitosos para ambos os lados, posto que as próprias crianças/adolescentes experimentam regras continuamente provenientes tanto do

convívio familiar como escolar e assim compreenderão seus papéis na sociedade e tornarão cidadãos autônomos e com compromisso ético.

Com a ideia de apontar "*Valores morais do ponto de vista de professores de ensino fundamental e médio*", o Capítulo 8 é obra de Raul Aragão Martins e Izabella Alvarenga Silva, que também se utilizam dos estudos de Piaget (1977) citando-o como base de toda a compreensão que se tem hoje sobre o desenvolvimento da moral, principalmente sobre o papel dos sentimentos nesta formação. Uma afirmação desta teoria é que a moralidade não é homogênea, uma vez que a sociedade não é una, sendo representadas duas moralidades práticas dentro do mesmo meio social: moral da coação ou do respeito unilateral. Neste processo, o conhecimento social é fruto da relação entre indivíduo e sociedade.

Os autores destacam que o estudo da moralidade continuou com Kohlberg (1969), nos Estados Unidos, porém com enfoque maior no modo de raciocínio moral de jovens e adultos. Todavia, pouco se sabe sobre como os professores, tão próximos e atuantes na relação de formação com crianças e adolescentes, entendem esse processo sobre valores e julgamento moral. Portanto, os autores propõem uma pesquisa que, de certa forma, ratifica e complementa o trabalho do capítulo anterior, pois há investigação com 42 professores, de escolas públicas, que trabalham da 1-ª Série do ensino fundamental a última do ensino médio, de regiões de São José do Rio Preto, em São Paulo, com a proposta de observar quanto e como estão entendendo a formação moral de seus alunos e os valores morais/sociais na escola.

Para a efetivação das análises, foi aplicado um questionário com questões sobre perfil profissional e pessoal e outras acerca da construção dos referidos valores na escola. Os professores felizmente se mostraram cientes da necessidade de realizar o trabalho com questões morais, reconhecendo a importância de sua participação nesse processo, bem como o papel da escola como

um todo no trato desses aspectos basicamente por meio de projetos e atividades com valores. No entanto, na pesquisa não foi observado domínio das teorias fundamentais para a execução deste trabalho o que mais uma vez abre a ferida encravada no processo educativo que se refere ao pouco e/ou nenhum investimento feito na formação especializada de profissionais que se sintam capacitados para lidar com o dia a dia escolar - além de lidar com suas próprias limitações e problemas pessoais.

A conclusão dos autores foi de que não há uma falência nos valores morais; há uma mudança na forma como estão sendo vivenciados, inclusive como estão se dando as relações interpessoais. Justamente por entender a contemporaneidade deste tema que os interlocutores percebem que os valores devem ser objeto permanente de reflexão e trabalho da escola como um todo, visando uma educação para a autonomia e moral nas escolas, priorizando os aspectos como dignidade, solidariedade, respeito mútuo, justiça, de modo que as aprendizagens sejam vivenciadas, exploradas, discutidas e refletidas.

Sobre a autora:

Ana Paula Chagas Monteiro: Psicóloga clínica especialista em Gestalt-terapia, servidora municipal da Secretaria de Saúde de Ananindeua e Professora da disciplina "Psicologia e Ética Profissional" em cursos técnico-profissionalizantes. E-mail: anapcmonteiro@hotmail.com.